

MANUAL VERSÃO 3.0

ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO
DAS ZONAS DE RISCO E DAS
POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO
DE INSEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

QUADRO HARMONIZADO



MANUAL VERSÃO 3.0

Análise e identificação das zonas de risco e das populações em
situação de insegurança alimentar e nutricional

Equipa editorial

BAOUA Issoufou, Redator, **CILSS**

Membros da equipa editorial

BERNARD Cédric

TRAORE Sy Martial Anasthase,
WILLIAMS Massaoud,
KEITA Abdou Karim,
HOUSSOU Ector Sedar,
AMEWUAME Mawuli,
TAPSOBA Djeneba,

Martin D. Naindoubu, Mody DIOP

OUEDRAOGO Abdou Karim,
ZOUNGRANA Bernadin,

Ousmane DIOP

DIOP Amadou Demba, KORPI Kaija

Anne Claire THOMAS

BOLY Ismaël Ardho

Atsuvi GAMLI, Magagi Saidou,
Idrissa DABO, Federico DOEHNERT,
Aliou Badara Samaké

ABDOU MALAM Dodo,
Demba TOURE

Designer gráfico Karen
Kelleher Carneiro Frank
Nyakairu

Contribuintes

Issaka LONA, Idrissa H. Maiga,
, Adamou Ousmane

Assad BORI

JAYASEKARAN Douglas,
Moctar MOUSSA

Estefânia Custódio, Anne WAGNER

Laure BOUDINAUD, Marie NDIAYE

Barbara Baille, Ado Balla, Etel
GODWIL

Estrutura

ACF

CILSS

FAO

FEWS NET

FICR

GSU/IPC

CE-JRC

Oxfam

PAM

Save the Children

UNICEF

GSU/IPC

Tradução para língua portuguesa – Cabo Verde

unicef 
para cada criança

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

Prefácio	ix
Agradecimentos	x
PRIMEIRA PARTE: APRESENTAÇÃO DO QUADRO HARMONIZADO	1
1.1. PORQUÊ ESTE MANUAL?	13
1.2. NOVAS FUNCIONALIDADES NA VERSÃO 3.0	13
1.3. QUESTÕES TÉCNICAS EM ANÁLISE	15
1.4. O QUE É O QUADRO HARMONIZADO?	16
1.5. QUAL É O OBJETIVO DO QUADRO HARMONIZADO?	17
1.6. VALOR ACRESCENTADO DO QH	18
1.7. QUADRO CONCEITUAL INTEGRADO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO	19
1.8. PARCERIA	21
1.9. CICLO QH	22
1.10. PROCESSO QH	22
1.11. BASE DO PROCESSO QH	23
1.12. AS QUATRO FUNÇÕES DO QH	23
1.13. O QUE QH NÃO É	25
1.14. PRINCÍPIOS E NORMAS DA QH	26
1.15. ALINHAMENTO COM A CARTA DO PREGEC	27
1.16. GESTÃO DO QH	27
1.17. RELEVÂNCIA DO CH PARA A TOMADA DE DECISÕES	29
1.18. ORGANIZAÇÃO DE SESSÕES DE ANÁLISE DE QH	31
2.1. QUADRO ESTRATÉGICO PARA A PROPRIEDADE DO QH	32
II. PARTE DOIS: FUNÇÕES E PROTOCOLOS DO QH	35
2.1. FUNÇÃO 1: CRIAR UM CONSENSO TÉCNICO	35
2.1.1. PROTOCOLO 1.1 ASSEGURAR QUE AS UNIDADES NACIONAIS DE ANÁLISE QH SEJAM CORRECTAMENTE COMPOSTAS	36
2.1.2. PROTOCOLO 1.2. EFETUAR A ANÁLISE NUMA BASE CONSENSUAL	24
2.2. FUNÇÃO 2: CLASSIFICAÇÃO DA GRAVIDADE E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES	39
2.2.1. PROTOCOLO 2.1. CONSULTAR O QUADRO ANALÍTICO PARA CONSTRUIR A CONVERGÊNCIA DAS PROVAS	27
2.2.2. PROTOCOLO 2.2. UTILIZAÇÃO DO QUADRO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAR PROVAS DIRETAS DE SANEAMENTO E FATORES CONTRIBUTIVOS	35
2.2.3. PROTOCOLO 2.3. CUMPRIMENTO DOS PARÂMETROS DA ANÁLISE	37

ETAPA 1: INVENTÁRIO DE PROVAS E ATRIBUIÇÃO DE ÍNDICES DE FIABILIDADE	45
2.2.4. PROTOCOLO 2.4 AVALIAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE ÍNDICES DE FIABILIDADE DAS PROVAS	47
ETAPA 2: ANÁLISE DAS PROVAS	57
2.2.5. PROTOCOLO 2.5. DOCUMENTAR SISTEMATICAMENTE E DISPONIBILIZAR A PROVA	57
ETAPA 3: RESUMO E CLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS	68
2.2.6. PROTOCOLO 2.6. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DA ANÁLISE	68
ETAPA 4. ESTIMATIVA DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	70
2.3. FUNÇÃO 3: COMUNICAR OS RESULTADOS DA ANÁLISE PARA AÇÃO	76
ETAPA 5: COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS PARA AÇÃO	76
2.3.1. PROTOCOLO 3.1. ADEÇÃO ÀS NORMAS DE CARTOGRAFIA	77
2.3.2. PROTOCOLO 3.2. ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO DE ANÁLISE	78
2.3.3. PROTOCOLO 3.3. PARTILHAR OS PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO DE FORMA ESTRATÉGICA E ATEMPADA	80
2.4. FUNÇÃO 4: GARANTIA DE QUALIDADE E ANÁLISE RIGOROSA	81
2.4.1. PROTOCOLO 4.1. ORIENTAÇÃO E FACILITAÇÃO DAS ANÁLISES NACIONAIS	82
2.4.2. PROTOCOLO 4.2. CONTROLO E CONSOLIDAÇÃO DAS ANÁLISES NACIONAIS	84
2.4.3. PROTOCOLO 4.3. AVALIAÇÃO DAS SESSÕES DE FORMAÇÃO E DE ANÁLISE DE QH	86
III. PROTOCOLOS ESPECIAIS DE QH	87
3.1. PROTOCOLOS ESPECIAIS PARA A CLASSIFICAÇÃO DA FOME	87
3.2. PROTOCOLOS ESPECIAIS PARA ZONAS DE ACESSO RESTRITO OU INACESSÍVEL	91
3.3. PROTOCOLOS ESPECIAIS PARA A CLASSIFICAÇÃO DE GRUPOS DE AGREGADOS FAMILIARES OU POPULAÇÕES ESPECÍFICAS	96
3.4. PROTOCOLOS ESPECIAIS PARA A INTEGRAÇÃO DO GÉNERO NAS ANÁLISES QH	97
IV. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS QH	99
Conclusão	100
Bibliografia	101
Anexo 1: Orientações sobre o indicador das estratégias de adaptação baseadas nos meios de subsistência	105
Anexo 2: Utilização dos dados nutricionais	106
Anexo 3: Ficha dos decisores	110
Anexo 4: Ficha do público em geral	111
Anexo 5: Nota sobre a inclusão da ajuda alimentar humanitária nas análises do Quadro Harmonizado	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Base do processo de QH	11
Quadro 2: Descrição do QH	12
Quadro 3: O que a QH não é	12
Quadro 4: Perguntas feitas pelos decisores quando uma crise está iminente	16
Quadro 5: Protocolos da função 1 do QH	22
Quadro 6: Matriz de assistência para a composição da Unidade Nacional de Análise	24
Quadro 7: Protocolos para a função 2 do QH	26
Quadro 8: Lista indicativa de fatores contributivos de "perigo e vulnerabilidade"	30
Quadro 9: Lista indicativa dos fatores que contribuem para as "dimensões da segurança alimentar"	31
Quadro 10: Limiar do impacto dos fatores contributivos do perigo e da vulnerabilidade	33
Quadro 11: Limiar do impacto dos fatores de disponibilidade	34
Quadro 12: Limiar do impacto dos fatores que contribuem para o acesso	35
Quadro 13: Limiar do impacto dos fatores que contribuem para o estado nutricional	36
Quadro 14: Resultados da segurança alimentar e nutricional	38
Quadro 15: Quadro de referência de provas diretas	39
Quadro 16: Quadro de referência de provas indiretas	40
Quadro 17: Calendário e condições de utilização dos elementos de prova	47
Quadro 18: Índice de fiabilidade das provas	51
Quadro 19: Índice de fiabilidade (validade e temporalidade) para os indicadores de nutrição e mortalidade	56
Quadro 20: Critérios de avaliação do nível de confiança	70
Quadro 21: Instruções passo a passo para o procedimento de estimativa da população	72
Quadro 22: Protocolos da função 3 no hospital	76
Quadro 23: Código de cores para o mapeamento	77
Quadro 24: Códigos de hachura em áreas inacessíveis ou restritas com fundo branco	78
Quadro 25: Pictogramas utilizados	78
Quadro 26: Protocolos da função QH 4	81
Quadro 27: Guia de avaliação da sessão de análise do QH	85
Quadro 28: Provas mínimas necessárias para a classificação da fome numa zona acessível	89
Quadro 29: Provas mínimas necessárias para a classificação da fome para um zona inacessível ou restrita	89
Quadro 30: Critérios de identificação de zonas inacessíveis e de acesso restrito	91
Quadro 31: Critérios mínimos para a classificação das zonas inacessíveis ou inacessíveis nas fases 1, 2 e 3 acesso limitado	94
Quadro 32: Critérios mínimos para a classificação da Fase 4 das zonas inacessíveis ou de acesso restrito	94
Quadro 33: Critérios mínimos para a classificação da Fase 5 das zonas inacessíveis ou de acesso restrito	94
Quadro 34: Critérios para os níveis de confiança para uma zona inacessível ou restrita	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Continuidade da análise-intervenção-resposta	5
Figura 2: Diferentes fases do processo de QH	6
Figura 3: Quadro conceitual integrado do IPC para a segurança alimentar e a nutrição	8
Figura 4: Quadro institucional do QH	9
Figura 5: Ciclo PREGEC	10
Figura 6: Coordenação e consulta sobre QH	10
Figura 7: As funções do QH	11
Figura 8: Continuidade da análise-intervenção-avaliação	16
Figura 9: Funções do processo de análise do QH	22
Figura 10: Quadro analítico do IPC versão 3.1/ QH 3.0.	28
Figura 11: Árvore de decisão para determinar a fase da SCA	41
Figura 12: Árvore de decisão para determinar a fase da AHE	41
Figura 13: Sazonalidade dos dados sobre nutrição nos países do Sahel	53
Figura 14: Gráfico de decisão sobre a utilização de provas nutricionais para o ciclo outubro-novembro.	53
Figura 15: Gráfico de decisão sobre a utilização de provas nutricionais para o ciclo fevereiro-março.	54
Figura 16: Gráfico de decisão sobre a utilização de dados nutricionais para a situação projetada	55
Figura 17: Diagrama da convergência dos elementos fatuais e da sua dedução nos resultados das RAS	63
Figura 18: Diagrama da convergência dos resultados da RAS	63
Figura 19: Classificação final das zonas	68
Figura 20: Ficha de avaliação da sessão	86
Figura 21: QH	99

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1: Instituições membros do CT-QH	17
Caixa 2: Pontos focais nacionais da QH	18
Caixa 3: O consenso técnico não é sinónimo de :	25
Caixa 4: Lista de quadros de análise	27
Caixa 5: Fatores contributivos e resultados para a segurança alimentar e nutricional	29
Caixa 6: Impacto dos fatores contributivos	37
Caixa 7: Quadros de inventário de provas	45
Caixa 8: Calendário das provas	47
Caixa 9: Orientações para o inventário de provas sobre fatores contributivos	48
Caixa 10: Critérios para determinar a validade das provas	50
Caixa 11: Índice de fiabilidade das provas	51
Caixa 12: Definição de prioridades na utilização de dados nutricionais	52
Caixa 13: Convergência de provas sobre o resultado do consumo de alimentos	58
Caixa 14: Quadros de análise	58
Casa 15: Fatores determinantes e limitantes	58
Caixa 16: Panorâmica dos resultados da RAS	61
Caixa 17: Diretrizes para a classificação de provas de mortalidade	62
Caixa 18: Formulação de hipóteses-chave para o domínio analisado	66
Caixa 19: Condições mínimas para a classificação de zonas com base em protocolos normalizados	69
Caixa 20: Modelo de ficheiro do decisor	79
Caixa 21: Procedimentos específicos de comunicação em caso de fome	80
Caixa 22: Grupo consultivo de peritos	82
Caixa 23: Mais pormenores sobre os dados relativos à nutrição e à mortalidade	88
Caixa 24: Indicações para a classificação da fome na situação projetada	88
Caixa 25: Condições para a classificação de zonas inacessíveis ou de acesso restrito	92
Caixa 26: Orientações para a recolha de dados em zonas inacessíveis ou restritas	93

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ACF	Ação contra a Fome
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AGVSAN	Análise global da segurança alimentar e nutricional
ARAA	Agência Regional para a Agricultura e Alimentação
BAB	Bancos de alimentos para animais
RUIM	Banco Mundial de Desenvolvimento
BC	Bancos de cereais
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BM	Banco Mundial
CA	Consumo alimentar
CCI-UE	Centro Comum de Investigação da União Europeia
CEDEAO	Comunidade dos Estados da África Ocidental
QH	Quadro Harmonizado
CILSS	Comité Inter-Estados de luta contra a seca no Sahel
CIRAD	Centro de Cooperação Internacional em Investigação Agrícola para o Desenvolvimento
CRN	Centro de Recuperação Nutricional
CNA	Unidade Nacional de Análise
CRA	Centro Regional AGRHYMET
SWAC	Clube do Sahel e da África Ocidental
CT-QH	Comité Técnico do Quadro Harmonizado
DPME	Falta de proteção dos meios de subsistência
DS	Défice de sobrevivência
EBSAN	Inquérito de base sobre segurança alimentar e nutrição
ECOAGRIS	Sistema Integrado de Informação Agrícola Regional da CEDEAO
EDS	Inquérito Demográfico e de Saúde
EFSAN	Avaliação de emergência da segurança alimentar e nutricional
EME	Evolução dos meios de subsistência
ENSAN	Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar e Nutricional
EPA	Organismo público administrativo
F	Fiabilidade
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEWS NET	Rede do Sistema de Alerta Rápido contra a Fome
IFRC	Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
FIES	Escala de experiência de insegurança alimentar
FNG	Preencher a lacuna de nutrientes
FRC	Comité de Revisão da Fome
GEC	Grupo consultivo de peritos

CFRG	Relatório global sobre as crises alimentares
GSU	Unidade de Apoio Global
M/F	Homens/Mulheres
HDDS	Pontuação de diversidade alimentar do agregado familiar
HEA	Abordagem económica das famílias
HHS	Escala de fome do agregado familiar
IAN	Insegurança alimentar e nutricional
ICN	Índice de cobertura normalizado
IFPRI	Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares
IMC	Índice de Massa Corporal
INS	Instituto Nacional de Estatística
INSHA	Instituto do Sahel
IPC	Classificação integrada da fase de insegurança alimentar
IPC AMN	Fase Integrada de Insegurança Alimentar Classificação da Desnutrição Aguda
ISAN	Insegurança alimentar e nutricional
ISAME	Índice de estratégias de sobrevivência baseadas nos meios de subsistência
CCI	Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia
M	Mortalidade
GAM	Desnutrição aguda global
MAM	Desnutrição aguda moderada
MAS	Desnutrição aguda grave
MICS	Inquérito de Cluster Multiply Indicators
MM	Milímetros
Morte	Mortalidade
MUAC	Circunferência média do braço
mVAM	Análise e mapeamento de vulnerabilidades móveis
N	Nível administrativo
NA	Não aplicável
NDVI	Índice de vegetação da diferença normalizada
Porca	Nutrição
OCHA	Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários
OIG	Organização Intergovernamental
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Nações Unidas
OSC	Organização da sociedade civil
Oxfam	ONG Oxfam
POT	Produtos de observação da Terra

P/T	Peso/tamanho
PAM	Programa Alimentar Mundial
PB	Perímetro braquial
PRAPS	Projeto de Apoio Regional ao Pastoreio no Sahel
P2RS	Programa de reforço da capacidade de resistência à insegurança alimentar e nutricional no Sahel
PREGEC	Prevenção e gestão de crises alimentares
PTF	Parceiros técnicos e financeiros
RBM	Rede Billital Maroobé
RCF	Revisão da classificação da fome
rCSI	Reduzir o índice de estratégias de sobrevivência
RPCA	Rede de Prevenção e Gestão das Crises Alimentares
SA	Segurança alimentar
MESMO	Estratégias de adaptação baseadas nos meios de subsistência
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SAP	Sistema de alerta precoce
SCA	Pontuação do consumo de alimentos
SCI	Save the Children International
SE	Secretariado Executivo
SIM	Sistema de Informação de Mercado
SIMB	Sistema de Informação do Mercado Pecuário
SMART	Monitorização e avaliação normalizadas do socorro e das transições
SNDVI	Índice de vegetação de diferença normalizada padronizada
SNIS	Sistema Nacional de Informação Sanitária
SNU	Sistemas das Nações Unidas
T	Tempo
TBM	Taxa bruta de mortalidade
TDE	Termos de troca
TMM5	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos
UE	União Europeia
UEMOA	União Monetária da África Ocidental
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
V	Validade
VCI	Índice do estado da vegetação
Vnu	Validade Não utilizável
OMS	Organização Mundial de Saúde

PREÂMBULO

O Quadro Harmonizado (QH) é um instrumento de alerta precoce desenvolvido a pedido dos governos e dos seus parceiros (UNS, organizações intergovernamentais, PTF, ONG), neste caso os membros da Rede de Prevenção das Crises Alimentares (RPCA). A TI tem por objetivo os sistemas nacionais, regionais e mundiais de prevenção e gestão das crises alimentares e nutricionais. Tem sido desenvolvida com base numa abordagem inclusiva e iterativa desde 2019, mobilizando peritos regionais e internacionais. O QH tira o máximo partido de todos os produtos e dados gerados pelos sistemas de informação existentes (tanto a nível nacional como regional) sobre clima, agricultura, pecuária, pescas, hidrologia, economia familiar, padrões de consumo alimentar, riscos de catástrofes, conflitos, mercados, migração, assistência humanitária, saúde, nutrição e género. Trata-se, por conseguinte, de uma ferramenta unificadora que tem em conta todos os sistemas de recolha de dados existentes. O QH utiliza a abordagem da meta-análise para construir a convergência de provas fiáveis, a fim de classificar a gravidade e a extensão da insegurança alimentar e nutricional aguda.

Os resultados do QH destinam-se principalmente aos governos para os ajudar a tomar melhores decisões em resposta a crises alimentares e nutricionais agudas e a implementar ações para reforçar a resiliência. É o instrumento de arbitragem para acionar a Reserva Regional de Segurança Alimentar da CEDEAO (RFSR) e apoia a tomada de decisões do Comité de Alto Nível de Segurança Alimentar e Nutricional da UEMOA (CHSAN). Esta versão 3.0 do QH é o resultado de uma longa e dinâmica parceria técnica entre as organizações e instituições membros do comité técnico do QH: CILSS, FEWS NET, agências das Nações Unidas (FAO, PAM, UNICEF), IPC/GSU, EC-JRC, IFRC e ONGs internacionais (ACF, Oxfam e Save the Children). O processo foi liderado pelo CILSS com o apoio financeiro da CEDEAO, da UEMOA, da UE, da USAID, do BAD, da BIO e do BM. A versão 3.0 do manual de QH clarifica as funções e protocolos específicos para a realização de uma análise integrada e consensual da insegurança alimentar e nutricional aguda. Foi desenvolvida com base nas lições aprendidas com os ciclos nacionais de análise realizados nos países desde 2013 com as versões 1.0 e 2.0 do QH, bem como com as várias consultas do Comité Técnico do QH (TC- QH).

A versão 3.0 foi adotada pelo Comité de Direção do QH em março de 2023, marcando a determinação de implementar normas de qualidade para que cada parte compreenda e respeite as suas próprias obrigações no que diz respeito à aplicação da Carta para a Prevenção e Gestão das Crises Alimentares (Carta PREGEC). Os resultados das análises do QH são amplamente comunicados e divulgados através dos diferentes quadros de consulta a nível nacional, regional e internacional (acordos nacionais, PREGEC, RPCA, Conselhos de Ministros da CEDEAO, CILSS, UEMOA, Liptako-Gourma, G-5-Sahel, Comités de Alto Nível e Cimeiras de Chefes de Estado das diferentes instituições intergovernamentais, etc.).

O Secretário Executivo do CILSS

Dr. Abdoulaye Mohamadou

AGRADECIMENTOS

Este manual 3.0 é o fruto de um amplo consenso (construído entre 2019 e 2022) de reflexão técnica e científica iterativa, que foi possível graças ao apoio múltiplo dos parceiros técnicos e financeiros: CEDEAO, UEMOA, UE, USAID, AFD, BM, BAD, FAO, PAM, UNICEF, FEWS NET, ACF, GSU/IPC, Oxfam, Save the Children, EC-JRC, IFRC. A todos estes parceiros, o CILSS agradece sinceramente por não se terem poupado a esforços para apoiar o desenvolvimento desta nova versão 3.0 do QH.

O manual 3.0 foi desenvolvido pelos membros especialistas do Comité Técnico do Quadro Harmonizado (ACF, CILSS, FAO, FEWS NET, IFRC, EC-JRC, GSU/IPC, Oxfam, WFP, Save the Children, UNICEF). O CILSS expressa a sua profunda gratidão a todos estes profissionais de segurança alimentar e nutrição pela qualidade dos seus conhecimentos técnicos e pela sua dedicação ao desenvolvimento desta versão.

A elaboração deste Manual 3.0 é também fruto de uma estreita colaboração técnica com o IPC/GSU na harmonização de ferramentas e procedimentos. O CILSS agradece calorosamente aos peritos do IPC/GSU e a todos os membros dos seus grupos de trabalho de segurança alimentar e nutrição pelo seu empenho neste processo.

O Secretário Executivo do CILSS, Dr. Abdoulaye Mohamadou, agradece calorosamente aos membros do Comité Diretivo do Quadro Harmonizado pela sua orientação e apoio ao longo do processo: Alain Sy Traoré (CEDEAO), Amadou Mbodj (UEMOA), Halima Ouattara-Ayanou (USAID), Amadou Hébié (Delegação da União Europeia), Sophie Chotard (IPC/GSU), Coumba Sow e Koffy Dominique Kouakou (FAO), Olo Sib (PAM), Laouali Ibrahim (FEWS NET), Sibiri Jean Zoundi (Club du Sahel et de l'Afrique de l'Ouest), Hubert Ndjaffa (Secretariado Executivo do CILSS), Dr. Mahalmoudou Hamadoun (Secretariado Executivo do CILSS), Dr. Moussa Moussa (Secretariado Executivo do CILSS). Dr. Mahalmoudou Hamadoun (Centro Regional AGRHYMET do CILSS) e Ebbe Mohamed Abdallahi (Instituto do Sahel do CILSS).

Por último, gostaria de exprimir a minha gratidão a todas as outras pessoas que, de longe e de perto, tornaram possível a elaboração deste manual graças ao seu encorajamento e às suas múltiplas formas de apoio. Estas incluem Luca Russo, Consultor Sénior de Segurança Alimentar e Resiliência na FAO HQ, Jose Lopez, Chefe do Programa Global do IPC, Mamadou Diop, Representante Regional da ACF para a África Ocidental, Assalama Sidi Dawalak, Diretor Regional da Oxfam, Naziha El Moussaoui, Conselheira para a Segurança Alimentar, Meios de Subsistência e Nutrição, Cruz Vermelha Britânica - FICV, Siméone Nanéma, Gabinete Regional da UNICEF-WCARO, Xavier Joubert, Diretor Regional Adjunto, Operações do Programa, Gabinete Regional da Save the Children para a África Ocidental e Central.

PRIMEIRA PARTE:
APRESENTAÇÃO DO
QUADRO HARMONIZADO

1.1 PORQUÊ ESTE MANUAL?

Este manual é a terceira versão do guia metodológico do Quadro Harmonizado para os analistas realizarem análises situacionais integradas (atuais e projetadas) da insegurança alimentar e nutricional aguda. O processo de análise foi concebido para ser aplicado a uma área geográfica definida, a uma unidade administrativa ou a grupos de agregados familiares, tanto em condições normais como em condições específicas devidas a riscos importantes (catástrofes climáticas, crise sociopolítica, insegurança, pandemia, etc.) que limitam o acesso físico às populações. O manual permitirá aos utilizadores melhorar :

- a) familiarizar-se com os princípios da meta-análise ;
- b) compreender os princípios do consenso técnico para construir a convergência das provas;
- c) conhecer as normas e os princípios do QH;
- d) compreender as funções, os protocolos e os procedimentos normalizados e específicos ;
- e) dominar a utilização da folha de cálculo QH;
- f) utilizar os resultados da QH para preparar uma resposta às crises alimentares e nutricionais e como dados potenciais para análises mais pormenorizadas.

1.2 NOVAS FUNCIONALIDADES NA VERSÃO 3.0

Esta versão 3.0 do manual do QH apresenta melhorias e esclarecimentos para uma melhor compreensão e aplicação dos protocolos especiais que foram brevemente desenvolvidos na versão 2.0. Trata-se especificamente dos seguintes protocolos especiais:

- Protocolos especiais para a classificação da fome
- Protocolos especiais para a classificação de áreas inacessíveis ou restritas
- Protocolos especiais para a análise de grupos de agregados familiares e populações
- Protocolos especiais para a integração do género nas análises de QH

A versão 3.0 também desenvolveu novos procedimentos para: (1) realizar atualizações da análise QH e, mais especificamente, atualizar uma análise projetada, (2) classificar e estimar as populações de emergência (Fase 4), (3) classificar e estimar as populações de catástrofe (Fase 5), (4) a análise da ajuda alimentar humanitária, (5) a utilização de produtos de observação da terra (EOP) para a análise de zonas inacessíveis ou restritas e (6) a determinação do nível de confiança da análise de zonas inacessíveis ou restritas.

Além disso, a Versão 3.0 clarificou ainda mais a abordagem de convergência de provas para a classificação dos resultados e zonas de segurança alimentar e nutricional, bem como o processo para melhorar a revisão da qualidade e a consolidação regional das análises de QH. Para acompanhar estas várias melhorias, a folha de cálculo da análise de QH sofreu grandes ajustamentos e foi desenvolvida uma nova ferramenta, a matriz intermédia. Por último, a versão 3.0 clarificou os critérios de validade dos dados dos inquéritos.

Foram introduzidas inovações para determinados grupos de fatores contributivos. A versão 3.0 incorpora os resultados da análise "Fill the Nutrient Gap" (FNG), que identifica os principais obstáculos enfrentados pelos agregados familiares e pelos indivíduos no acesso a alimentos nutritivos, e também apoia a tomada de decisões multisectoriais que visam o estado nutricional dos grupos mais vulneráveis.

Dois (2) novos indicadores NGF foram incluídos nesta versão. Estes são : 1) Acessibilidade dos alimentos nutritivos, para o fator contributivo "Acesso" e 2) Custo dos alimentos nutritivos, para reforçar a convergência na "Utilização".

Houve também esclarecimentos mais precisos sobre o processo de identificação dos tipos e níveis de impacto dos fatores contributivos nos resultados da segurança alimentar. Para além do que existia na versão 2.0, foram desenvolvidos limiares de impacto para os indicadores dos fatores contributivos do NGF definidos para as dimensões "uso e acesso" da segurança alimentar.

Os quadros de análise foram melhorados para facilitar a sua utilização iterativa e torná-los mais conviviais. Todos os quadros de análise estão agora agrupados num único ficheiro Excel com folhas que permitem completar todas as etapas do QH numa sequência lógica. Estas são :

Quadros de análise		Melhoria
Quadro 1-A	Levantamento das fontes	
Quadro 1-B	Análise do contexto	
Quadro 1-C	Inventário de provas sobre os fatores contributivos e atribuição de índices de fiabilidade	
Quadro 1-D	Inventário de provas sobre os resultados e atribuição de índices de fiabilidade	
Quadro 2-A	Análise dos dados sobre os fatores contributivos	
Quadro 2-B	Análise dos dados relativos aos resultados	
Quadro 3	Resumo e classificação das zonas e níveis de confiança para as análises atuais e projetadas	
Quadro 4-A	Resumo dos números	
Quadro 4-B	Estimativas da população para situações atuais e projetadas	
		Quadros melhorados
		Quadros não alterados

Este manual está dividido em duas partes:

- **Primeira parte:** Apresentação geral do QH.
- **Segunda parte:** funções e protocolos do QH.

1.3 QUESTÕES TÉCNICAS EM ANÁLISE

Este manual do QH 3.0 fornece importantes avanços técnicos sobre os procedimentos de utilização de protocolos especiais para efetuar análises em condições específicas em determinadas áreas. No entanto, o processo de desenvolvimento técnico do QH está em curso para melhorar certos procedimentos de classificação da insegurança alimentar e nutricional. Enquanto esta versão está a ser finalizada, surgiram novas necessidades técnicas e científicas que deverão permitir a introdução de melhorias substanciais nos procedimentos do QH.

As questões de interesse científico e técnico que estão a ser desenvolvidas a curto prazo podem ser resumidas da seguinte forma:

- A continuação dos debates técnicos sobre a integração do indicador FIES e dos novos indicadores que serão desenvolvidos para reforçar a convergência sobre o resultado RAS "Evolução dos meios de subsistência" no quadro de referência;
- Revisão do quadro de referência para ter em conta as alterações a introduzir nos indicadores
- Melhorar a utilização dos indicadores NGF e a taxa de acesso à água agrícola como fatores contributivos;
- O modelo de extrapolação das projeções populacionais do QH em caso de crise grave, como fenómenos meteorológicos extremos, pandemias, epizootias, conflitos, crises de segurança, invasões de gafanhotos com impacto direto e imediato na situação alimentar e/ou nutricional da população, etc;
- Melhorar a análise de género nas análises do QH.

1.4 O QUE É O QUADRO HARMONIZADO?

O Quadro Harmonizado é um instrumento unificador que permite uma análise pertinente, consensual, rigorosa e transparente da situação alimentar e nutricional atual e prevista. Classifica a gravidade da insegurança alimentar e nutricional de acordo com a escala de classificação internacional, utilizando uma abordagem baseada em funções e protocolos bem definidos. Os resultados do QH são comunicados de forma clara, coerente e eficaz para apoiar a tomada de decisões, ligando a informação à ação. O QH fornece uma plataforma para facilitar o planeamento das respostas às crises alimentares e nutricionais, enquadrando-se no continuum: análise da resposta - planeamento da intervenção - implementação da intervenção - acompanhamento/avaliação (Figura 1).

Figura 1: Continuidade da análise-intervenção-resposta

Análise do QH: A análise do QH: fornece informações pertinentes e coerentes sobre a gravidade da NAI e o impacto dos principais fatores causais:

- **Análise das intervenções:** identificação de áreas prioritárias e formulação de recomendações claras para responder às crises em função dos fatores causais
- **Planeamento** da resposta: identificação e execução das ações adequadas, eficazes e eficientes necessárias, incluindo os aspetos financeiros, logísticos e de reforço das capacidades em matéria de recursos humanos.
- **Implementação das intervenções:** operacionalização das respostas planeadas de forma eficaz e de acordo com as necessidades estimadas. O QH é o instrumento de desencadeamento da reserva alimentar regional da CEDEAO e contribui para a tomada de decisões do Comité de Alto Nível de Segurança Alimentar da UEMOA.
- **Acompanhamento e avaliação:** recolha de dados no terreno para garantir que as ações são efetivamente executadas, que os objetivos são atingidos e que os resultados esperados são alcançados. Sempre que necessário, orientar a tomada de decisões, a fim de garantir a eficácia das intervenções.



O processo geral de implementação do QH compreende seis (6) etapas principais, que o manual clarifica (Figura 2). A adesão a estas etapas promove uma análise baseada na convergência de provas, no consenso técnico e na correlação entre informação e intervenção. Cada um destes pontos reforça a integridade técnica do QH.

Figura 2: Diferentes fases do processo de QH



O Quadro Harmonizado foi concebido para ter em conta uma vasta gama de sistemas de informação e quadros conceptuais relacionados com a segurança alimentar e nutricional. O QH baseia-se nos sistemas de informação nacionais, regionais e mundiais existentes e promove uma análise integrada da NAI. Trata-se de um processo de análise que permite uma maior comparabilidade dos resultados no espaço e no tempo.

1.5 QUAL É O OBJETIVO DO QUADRO HARMONIZADO?

O QH é um conjunto de funções e protocolos para classificar a gravidade da insegurança alimentar e nutricional aguda com o objetivo de ajudar na tomada de decisões, em particular para dar respostas de emergência adequadas. O QH dá resposta às questões fundamentais que se colocam aos decisores em caso de crise alimentar e/ou nutricional. Faz parte do quadro geral de alerta precoce e prevenção de crises alimentares e nutricionais, respondendo às seguintes perguntas: 1) *Qual é a natureza e a gravidade da situação?* - 2) *Quantas pessoas são afetadas?* - 3) *Quando é que se deve atuar?* - 4) *Onde deve ser efetuada a intervenção prioritária?* - 5) *Quais são os fatores determinantes e limitativos?* E 6) *Para quem se deve atuar?*

1.6 VALOR ACRESCENTADO DO QH

- O seu carácter genérico permite a sua aplicação numa grande variedade de contextos;
- Coerência com as normas internacionais na escolha do quadro analítico e dos indicadores ;
- Consenso técnico respeitando a abordagem interdisciplinar e a complexidade das análises baseadas em provas;
- Um processo rigoroso com escolhas mais estritas das indicações definidas nos protocolos;
- Aplicação de fácil utilização com ferramentas simples e interligadas;
- Comparabilidade dos resultados no espaço e no tempo ;
- Transparência do processo a montante (recolha e tratamento de dados), durante o processo (partilha de fontes de provas) e a jusante (responsabilização das partes interessadas no que respeita ao respeito e à divulgação dos resultados obtidos);
- Possibilidade de aplicar o QH com um mínimo de provas exigidas.

A vantagem da QH é o facto de se basear num quadro analítico coerente e numa abordagem holística da análise, utilizando protocolos que permitem a convergência de uma série de provas para produzir resultados consensuais relevantes. O processo de QH é conduzido de forma imparcial e transparente, com referência a uma definição clara das condições de análise aplicáveis às zonas (unidades administrativas) ou grupos de agregados familiares, incluindo a estimativa das populações por fase de gravidade da insegurança alimentar e nutricional.

O QH é uma ferramenta flexível mas rigorosa que pode ser utilizada numa variedade de contextos. Os analistas têm acesso fácil à informação sobre as áreas e populações em consideração, de modo a terem uma compreensão comum das principais questões de insegurança alimentar e nutricional nas áreas, unidades administrativas ou grupos de agregados familiares analisados.

A abordagem do QH proporciona aos analistas um conhecimento claro e aprofundado das condições locais e dos riscos de erros de avaliação baseados em perceções sociais e culturais que podem influenciar as conclusões e decisões durante a análise.

1.7 QUADRO CONCETUAL INTEGRADO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

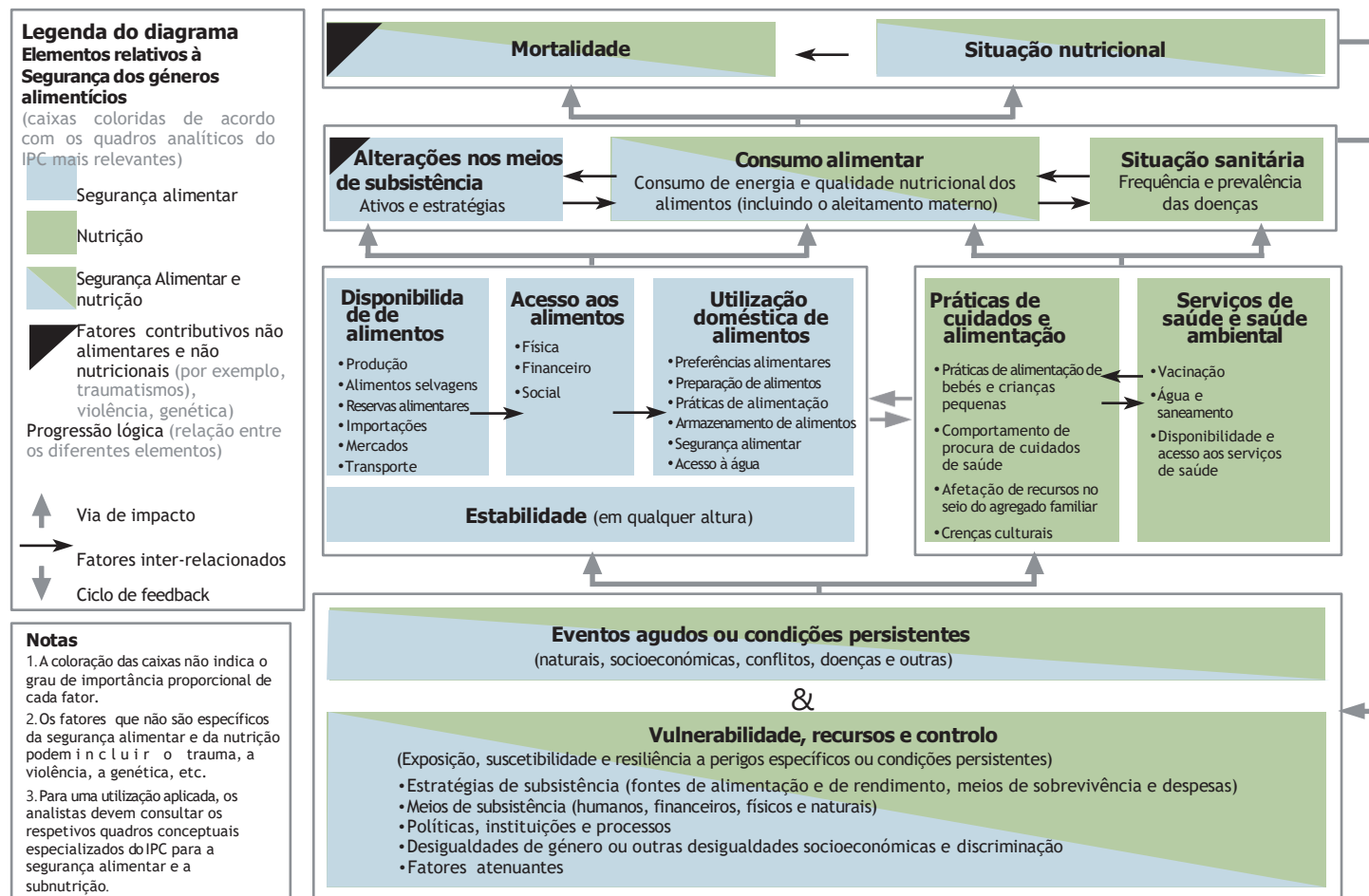
Este quadro concetual integrado sobre segurança alimentar e nutrição, já adotado pelo IPC, é uma extensão dos quadros conceptuais bem conhecidos sobre segurança alimentar e malnutrição. O seu objetivo é facilitar a compreensão das relações que ligam a segurança alimentar e a nutrição, a fim de enriquecer as análises da insegurança alimentar e nutricional (Figura 3).

Este quadro concetual integrado sobre segurança alimentar e nutrição tem em conta os seguintes elementos

- Muitos dos fatores fundamentais que estão na origem da insegurança alimentar e da subnutrição são comuns, pelo que as intervenções destinadas a combater as causas estruturais devem ser devidamente integradas.
- As práticas de cuidados e de alimentação insuficientes, combinadas com a fraca disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade dos alimentos, afetam diretamente o consumo alimentar familiar e individual.

- Existe uma relação complexa e recíproca entre o consumo alimentar e o estado de saúde. As pessoas que vivem em agregados familiares onde a quantidade ou a qualidade dos alimentos para consumo é inadequada são mais suscetíveis de adoecer. Além disso, é provável que comam menos, enquanto a sua doença pode afetar a sua capacidade de aceder e utilizar os alimentos, quer devido a um sistema imunitário enfraquecido, quer devido a uma capacidade reduzida de participar em atividades produtivas.
- A insegurança alimentar e a subnutrição contribuirão para um estado de vulnerabilidade global ou constituirão um choque em si mesmas, em função da natureza cíclica destes dois fenómenos.

Figura 3: Quadro conceitual integrado do IPC para a segurança alimentar e a nutrição

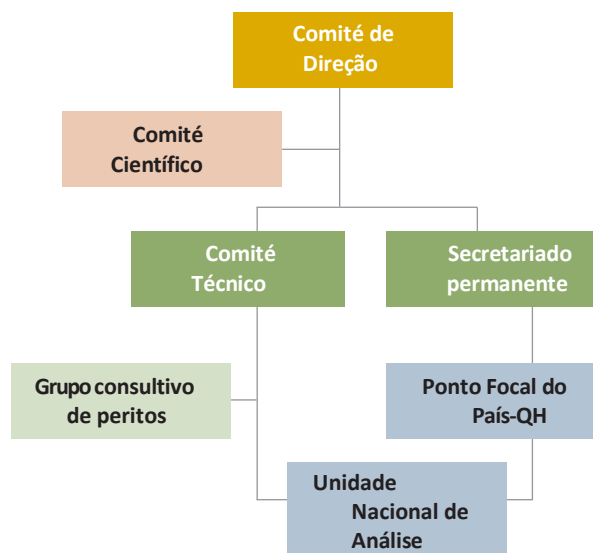


1.8 PARCERIA

Os desafios ligados à parceria técnica e financeira são: i) garantir a participação inclusiva dos diferentes parceiros, assegurando simultaneamente o alinhamento dos diferentes atores do processo; ii) assegurar a apropriação pelos diferentes Estados; iii) assegurar um financiamento sustentável para a execução do QH.

As diferentes partes envolvidas no QH são apresentadas na Figura 4.

Figura 4: Quadro institucional do QH

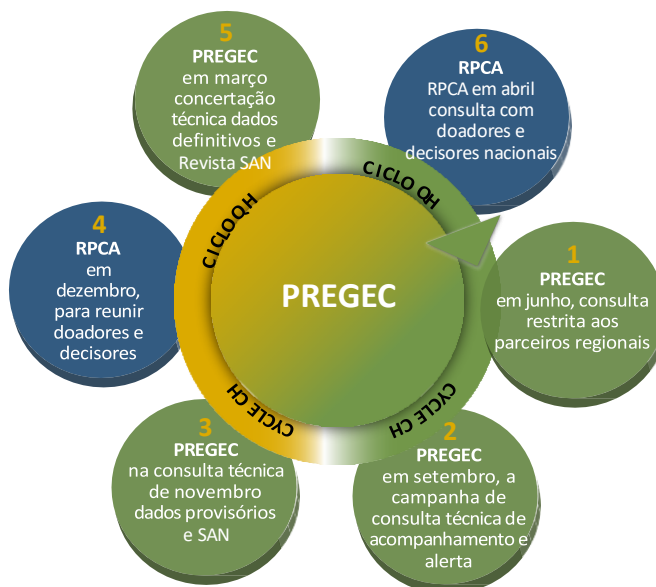


- **a nível nacional:** decisores políticos, sociedade civil, organizações profissionais, serviços técnicos governamentais (SAP, SIM, EPA, SIMB, SAN, SNIS, INS, direções nacionais, etc.), parceiros técnicos e financeiros e intervenientes não estatais (ONG locais e internacionais, organizações de agricultores, sector privado, etc.). As partes interessadas nacionais estão envolvidas em todas as fases da aplicação do quadro harmonizado e beneficiam do programa de reforço das capacidades.
- **a nível regional:** CILSS, CEDEAO, UEMOA, agências das Nações Unidas, ONG e outras organizações internacionais para apoiar a implementação.
- **a nível internacional:** SWAC, USAID, UE, AFD, BM, FAO, PAM, UNICEF, FEWS NET, GSU/IPC, CE-JRC, IFRC, ACF, Save the Children, Oxfam, OMS...

1.9 CICLO QH

O calendário do QH está ligado aos ciclos de consulta técnica do PREGEC e do RPCA. A figura 4 resume os dois quadros de consulta (PREGEC e RPCA). O QH é utilizado duas vezes por ano para partilhar os resultados das análises nas reuniões do PREGEC, nomeadamente em novembro e março. Estas duas últimas reuniões fornecem elementos para as reuniões da RPCA em dezembro e abril. Os dois ciclos de análise devem, portanto, ter lugar em outubro e novembro (após a publicação das previsões de colheitas e dos resultados dos inquéritos sobre nutrição e mercado) e em fevereiro-março (após a publicação dos resultados finais da produção agrícola e de quaisquer novos dados sobre nutrição, HEA, consumo alimentar, etc.). Se necessário, a análise QH é atualizada em resposta aos pedidos dos países e dos seus parceiros, tendo em conta a disponibilidade de novos dados em caso de deterioração da situação alimentar e nutricional.

Figura 5: Ciclo PREGEC



1.10 PROCESSO QH

O processo de QH envolve normalmente dois ciclos principais de análise por ano. No entanto, numa base casuística e em função do contexto de risco, podem ser organizados ciclos adicionais, a fim de trazer à luz uma situação que pareça ser motivo de preocupação. Cada ciclo do QH envolve a implementação de ações de acordo com os níveis de coordenação ou consulta indicados na figura 6.

Figura 6: Coordenação e consulta sobre o QH

Secretariado Permanente Centro Regional AGRHYMET/CILSS

- Ciclos de análise de planeamento
- Comunicação oficial aos países (Termos de Referência e boletim informativo)
- Gestão do desenvolvimento Técnico do QH
- Gerir o desenvolvimento técnico do QH



Unidades de Análise Nacionais - CNA- QH

- Transmitir informações aos atores nacionais
- Gestão logística das sessões de análise
- Recolha, centralização e inventário dos dados de base
- Reunião técnica para preparar sessões de formação ou de análise
- Executar a plataforma interativa no QH



Unidade de Análise Regional - CRA-QH

(Reunindo todos os parceiros membros da QH)

- Resultados centralizados para todos os países analisados
- Análise crítica da qualidade dos resultados nacionais, país a país
- Informação imediata ao país em caso de alteração da classificação
- Consolidação dos resultados em documentos de síntese regionais (mapas, fichas de comunicação, apresentações em PowerPoint, etc.)
- Apresentação dos resultados consolidados ao PREGEC e ao RPCA

1.11 BASE DO PROCESSO QH

Todo o processo de análise do QH baseia-se num entendimento comum da definição de insegurança alimentar e nutricional aguda, dos objetivos da intervenção, das diferentes fases de gravidade e do foco da análise. O quadro seguinte resume o mecanismo básico do processo de QH.

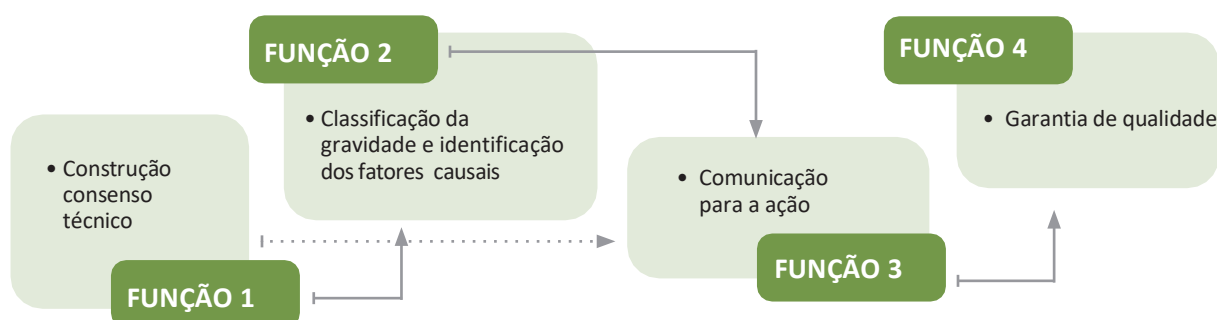
Quadro 1: Base para o QH

	Base do processo do Quadro Harmonizado
Definição de insegurança alimentar aguda	Insegurança alimentar observada numa determinada zona, num determinado momento e com uma gravidade que ameaça a vida ou os meios de subsistência, ou ambos, independentemente das causas, do contexto ou da duração.
Definição de malnutrição	Desnutrição global aguda, expressa pela magreza dos indivíduos e/ou pela presença de edema.
Objetivos da intervenção	A curto prazo, para evitar ou atenuar os efeitos de crises alimentares e/ou nutricionais graves que podem conduzir à deterioração dos meios de subsistência e à perda de vidas.
Classes de gravidade	Em 5 fases  1-Nenhum/Mínimo 2-Sob pressão 3-Crise 4-Emergência 5-Catástrofe/Fome
Orientação	Identificação de zonas com défices significativos de consumo alimentar entre a maioria dos agregados familiares que utilizam estratégias de sobrevivência insustentáveis.

1.12 AS QUATRO FUNÇÕES DO QH

Convém recordar que o QH e o IPC têm o mesmo quadro analítico para analisar a insegurança alimentar aguda e partilham as mesmas funções essenciais que constituem a base fundamental do processo de análise. Para cada função essencial, existem diretrizes protocolares que permitem a realização de uma análise situacional robusta e rigorosa, respeitando as normas, princípios e padrões definidos. As quatro funções são descritas no quadro 2.

Figura 7: As funções do QH



Quadro 2: Descrição do QH

Função	Descrição	Protocolos
Função 1: Criação de consenso técnico	Assegurar a representação de todas as partes interessadas nos vários domínios-chave relevantes para a segurança alimentar e nutricional.	• Composição inclusiva das unidades de análise nacionais ; • Definição de uma base consensual de análise no início de cada processo.
Função 2: Classificação da gravidade e identificação dos fatores determinantes	• Criar as condições para uma análise complexa, sólida e rigorosa, baseada em provas; • Chegar a um consenso sobre a classificação das zonas e as estimativas de população por fase, identificando os fatores determinantes.	• Referência ao quadro analítico para a construção da convergência das provas ; • Utilização do quadro de referência para avaliar as provas diretas da RAS e dos fatores contribuintes; • Respeito pelos instrumentos de análise e outros meios de comunicação ; • Avaliação e atribuição de índices de fiabilidade das provas ; • Conformidade com os critérios mínimos exigidos para a análise ; • Análise baseada nas fontes de provas disponíveis e acessíveis aos analistas.
Função 3: comunicação para a ação	Assegurar uma comunicação ativa sobre a gravidade da situação e os fatores determinantes imediatamente após a análise.	• Elaboração de relatórios de análise (relatório geral, ficha de comunicação, resumo para os decisores, mapas e quadros); • Respeito das normas cartográficas (cores, pictogramas, legenda, título, escala, orientação, etc.); • Disponibilizar produtos de comunicação imediatamente após a análise para ajudar a tomar decisões rápidas.
Função 4: Garantia de qualidade	Assegurar o rigor técnico da análise, respeitando a neutralidade e capitalizando as lições aprendidas para enriquecer o desenvolvimento da ferramenta.	• Efetuar uma autoavaliação de cada ciclo; • Controlo de qualidade das análises nacionais ; • Análise da qualidade do GEC em caso de fome.

1.13 O QUE O QH NÃO É

O QH foi concebido para analisar a gravidade e os fatores determinantes da insegurança alimentar e nutricional utilizando uma abordagem de meta-análise baseada em provas fiáveis e consenso técnico. Para maior clareza dos utilizadores, é importante sublinhar o que o QH não é, como indicado no Quadro 3.

Quadro 3: O que a QH não é

QH não é :	Mas o QH :
Um sistema de recolha de dados	<i>Acrésceta valor aos dados dos sistemas existentes</i>
Uma metodologia para a avaliação direta da malnutrição	
Uma ferramenta de análise da resposta humanitária ou de emergência	<i>Fornece a base para o planeamento de emergência da resposta</i>
Uma ferramenta para avaliar e medir o impacto das ações humanitárias	Fornece a base para o planeamento da resposta, tendo em conta a complexidade das causas da fome na presença ou ausência de ajuda alimentar humanitária.

1.14 PRINCÍPIOS E NORMAS DO QH

Princípios

O manual do QH definiu um conjunto de princípios para garantir que a sua implementação se insere numa abordagem interinstitucional que respeita o consenso e promove a participação e a parceria inclusiva. Estes princípios têm por objetivo garantir que: (i) o processo seja sustentável, (ii) os governos e os parceiros apropriam-se da ferramenta e (iii) aderem e respeitam os mecanismos existentes. O QH define três princípios

Princípio 1: Ancoragem institucional do QH

- A liderança do processo de QH é assegurada por uma estrutura nacional que coordena o sistema de informação sobre segurança alimentar e nutricional;
- Todo o apoio deve envolver o reforço das capacidades dos governos, incentivando a apropriação do processo e reforçando o quadro institucional através da integração da dimensão do género;
- O processo de QH deve incluir um mecanismo para reforçar a liderança institucional dos governos através da criação oficial de uma unidade nacional de análise.

Princípio 2: Neutralidade na análise

- A análise QH deve ser objeto de um consenso técnico entre todos os analistas e ser efetuada de forma transparente e neutra;
- O QH baseia-se nas contribuições do maior número possível de partes interessadas, incluindo ONG, OSC, organizações de produtores e organismos profissionais;
- Os analistas devem libertar-se das agendas das suas instituições ou organizações e contribuir de forma a produzir uma análise técnica crítica e realista dos domínios estudados.

Princípio 3: Comunicação proactiva dos resultados do QH

Três aspetos essenciais devem ser mantidos para garantir uma melhor comunicação:

- Os resultados da análise devem ser comunicados de forma eficaz aos decisores políticos para os ajudar a tomar melhores decisões;
- Os resultados da análise servem de referência para sensibilizar os doadores para a promoção e a mobilização de recursos para satisfazer as necessidades identificadas;
- Os resultados da análise devem ser amplamente comunicados, incluindo ao público.

Normas

Os analistas têm o dever de observar a neutralidade e de manter a independência de espírito aquando da obtenção de consensos técnicos. As normas destinam-se a ser gerais e aplicáveis a todas as análises de QH. As normas que se seguem são necessárias para garantir o bom funcionamento do processo de análise da QH:

- A unidade de análise reúne todas as competências técnicas que trabalham nos domínios da segurança alimentar e da nutrição, assegurando simultaneamente o respeito da dimensão do género;
- a unidade de análise convida as partes interessadas e informa-as atempadamente sobre a data, o local e as disposições logísticas da sessão de análise;
- os membros da equipa de análise devem partilhar todos os dados de que dispõem, de forma totalmente transparente, para permitir a realização das análises atuais e previstas;
- Os analistas devem trabalhar num espírito de equipa para produzir análises pertinentes e fiáveis que reflitam o mais fielmente possível a realidade da situação alimentar e nutricional, seguindo uma abordagem participativa, inclusiva e consensual.

1.15 ALINHAMENTO COM A CARTA DO PREGEC

As disposições da Carta têm por objetivo melhorar a eficácia e a eficiência dos mecanismos de prevenção e gestão das crises alimentares nos países da África Ocidental e do Sahel. As partes interessadas aderem aos três princípios definidos, nomeadamente a participação da sociedade civil na avaliação da situação alimentar e nutricional e na definição, execução e avaliação das ações. Com base nestes princípios, reconhecem que qualquer ação de prevenção e gestão das crises alimentares deve assentar nos seguintes pilares principais

- **Pilar 1:** Informação e análise da situação alimentar e nutricional ;
- **Pilar 2:** Consulta e coordenação ;
- **Pilar 3:** Análise de consenso para a escolha dos instrumentos de prevenção e gestão das crises alimentares e nutricionais.

O QH foi concebido para responder a estas exigências de produção de informação e de análise consensual da situação alimentar e nutricional (pilar 1). Esta é uma condição prévia para uma análise correta para a escolha dos instrumentos (pilar 3). Para além de respeitar os pilares da Carta, o processo de desenvolvimento e de aplicação do QH foi realizado garantindo o consenso a três níveis essenciais: o comité diretor, o comité técnico e as unidades nacionais de análise.

1.16 CONDUÇÃO DO QH

Comité de Direção

O Comité de Direção é o órgão máximo de decisão, em conformidade com a Carta. Define todas as orientações estratégicas, políticas e técnicas do QH numa base consensual entre os órgãos diretivos de todas as instituições interessadas nos desafios da segurança alimentar e nutricional.

Os membros do comité de direção são os responsáveis das organizações regionais e internacionais (CILSS, CEDEAO, CE-JRC, UEMOA, FEWS NET, FAO, GSU/IPC, PAM, UNICEF, doadores (USAID, União Europeia, etc.), Comissão Europeia, Banco Mundial e Banco Mundial).

União Europeia, Embaixada de França no Burkina Faso, Embaixada do Canadá no Burkina Faso, etc.). Os responsáveis das ONG internacionais (ACF, Oxfam, Save the Children, FICV) têm o estatuto de observadores. O CILSS assegura igualmente o secretariado. As reuniões do comité de direção realizam-se pelo menos uma vez por ano, por convocação do presidente ou a pedido dos membros. O modo de funcionamento do CP-QH é definido de comum acordo pelos seus membros votantes.

O comité diretor apoia o comité técnico na manutenção da transparência e da neutralidade do processo, assegurando simultaneamente que os países e a região disponham de recursos suficientes para manter a sustentabilidade do QH.

Comité Técnico do Quadro Harmonizado

É o órgão de consenso técnico para o desenvolvimento do QH, o controlo da qualidade e a validação dos resultados. O Comité Técnico (CT) do Quadro Harmonizado é responsável pela coordenação do desenvolvimento técnico do QH e da sua aplicação, tanto a nível regional como nacional. O Comité Técnico é também o órgão responsável pela avaliação e melhoria do desempenho metodológico, capitalizando as lições aprendidas após cada ciclo de análise. Representa uma garantia de verificação e de garantia de qualidade dos produtos do QH. Reúne-se trimestralmente ou a pedido dos seus membros e é presidido pelo seu Presidente. É presidido rotativamente pelas instituições e organizações membros sob a supervisão do Comité de Direção. De 2000 a 2006, o Comité Técnico do QH foi presidido pelo escritório regional do PAM. Posteriormente, a FEWS NET presidiu aos trabalhos do CT/QH de 2007 a 2018. Desde janeiro de 2019, é presidido pela FAO. O Comité Técnico do QH é composto por representantes do CILSS, FEWS NET, FAO, PAM, EC-JRC, IPC/GSU, UNICEF, ARAA/ECOWAS, IFRC e ONG internacionais: OXFAM, ACF e Save the Children. Esta diversidade de membros faz do QH um instrumento aberto a todas as abordagens, cujas realizações reúne.

A governação técnica do CT-QH é garantida pelo CILSS através do Centro Regional AGRHYMET, que alberga a unidade responsável pela gestão e implementação do QH na região. Esta unidade assegura o secretariado permanente do QH. O papel da unidade na gestão técnica e na implementação do QH está em perfeita consonância com o mandato do CILSS, conferido pelos Estados e instituições regionais, de liderar a rede de prevenção e gestão das crises alimentares e nutricionais. Planeia os ciclos de análise, a revisão da qualidade, o acompanhamento e o arquivo dos resultados dos ciclos de análise. É também a memória e o coração da organização das consultas para o desenvolvimento metodológico e técnico do QH.

1.17 RELEVÂNCIA DO QH PARA A TOMADA DE DECISÕES

O QH é o instrumento fundamental utilizado para mobilizar a Reserva Regional de Segurança Alimentar da CEDEAO e para a tomada de decisões pelo Alto Comité de Segurança Alimentar da UEMOA. Através de uma análise exaustiva e detalhada, fornece aos decisores bases relevantes e coerentes para a sua tomada de decisões estratégicas, detalhando a gravidade da situação atual e projetada, identificando os determinantes da insegurança alimentar e nutricional, estimando as populações por nível de prioridade de intervenção e clarificando os tipos de ações apropriadas a serem tomadas com base na identificação dos fatores limitantes. Por conseguinte, o QH fornece aos decisores informações sobre as seis (6) questões fundamentais que devem ser colocadas quando está iminente uma crise alimentar e nutricional (quadro 4).

Quadro 4: Perguntas feitas pelos decisores quando uma crise está iminente

Questões-chave :	O que o QH está a tentar alcançar
1. Qual é a gravidade da situação?	Classificação da gravidade da insegurança alimentar e nutricional (fases QH).
2. Quantas pessoas são afetadas?	Estimativa das populações que necessitam de assistência imediata, por ordem de prioridade, de acordo com a sua gravidade.
3. Quando é que se deve intervir?	Identificação de zonas de acordo com a gravidade da insegurança alimentar e nutricional na situação atual e projetada.
4. Qual é a prioridade de ação?	Identificação das zonas mais afetadas: cartografia.
5. Quais são os fatores determinantes?	Identificação dos fatores determinantes: causas e fatores limitantes.
6. Para quem devemos intervir e o que devemos fazer?	Determinar as principais características das populações mais afetadas pela gravidade da insegurança alimentar e nutricional e as ações adequadas a implementar a curto prazo.

Com base neste questionamento, os decisores são informados sobre a gravidade da situação com base em provas fiáveis, num processo participativo e inclusivo que promove o consenso técnico. Os resultados deste processo de análise crítica e complexa acabam por ajudar a orientar os planeadores de resposta na escolha das áreas prioritárias e na definição de ações imediatas adequadas que correspondam à realidade das práticas alimentares essenciais das populações afetadas.

O processo de QH faz, portanto, parte do continuum análise-intervenção-avaliação, como mostra a Figura 8.

Figura 8: Continuidade da análise-avaliação



- **Análise da situação:** corresponde ao processo de análise da gravidade, da escala e dos fatores determinantes e limitativos da insegurança alimentar e nutricional aguda.
- **Análise da resposta:** em função do nível de gravidade, a identificação dos fatores determinantes e limitativos (perigo/vulnerabilidade, as quatro dimensões da segurança alimentar) permite definir as ações prioritárias de resposta. As estimativas demográficas ajudam a quantificar as necessidades de forma mais precisa, tal como a avaliação financeira.
- **Planeamento da resposta:** em função do contexto, é efetuada uma programação temporal para uma melhor utilização dos recursos, a fim de alcançar um bom nível de eficácia e eficiência da resposta.
- **Implementação da resposta:** Trata-se da operacionalização efetiva das ações programadas, bem como da consideração de todos os requisitos para a otimização da logística, da análise do quadro de parcerias e da definição das áreas de advocacia que permitirão alcançar os resultados esperados.
- **Acompanhamento e avaliação:** criação de um mecanismo adequado para acompanhar o desempenho e o impacto imediato das várias intervenções destinadas a alcançar os objetivos desejados. Através do acompanhamento dos indicadores de desempenho, podem ser feitos os ajustamentos necessários para corrigir as deficiências e minimizar o tempo perdido na execução das intervenções. Os resultados do controlo e da avaliação podem ser utilizados em futuros ciclos de análise da QH.

1.18 ORGANIZAÇÃO DE SESSÕES DE ANÁLISE DE QH

Caixa 1: Instituições membros do CT-QH

1. Ação contra a Fome (ACF)
2. Centro Comum de Investigação da União Europeia (EU-JRC)
3. Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS)
4. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
5. Rede de Sistemas de Alerta Rápido contra a Fome (FEWS NET)
6. Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC)
7. Unidade de Apoio Global do IPC (GSU/IPC)
8. Oxfam
9. Programa Alimentar Mundial (PAM)
10. Salvar as crianças
11. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Esta organização está em conformidade com a carta e as recomendações do comité diretor, que visa consolidar as realizações dos sistemas de alerta precoce. O ciclo do QH exige uma preparação prévia em termos de recolha de dados, mobilização de recursos humanos e logísticos e informação das partes interessadas para uma participação efetiva. Existem vários níveis de organização:

1. **Nível regional:** o secretariado permanente do Centro Regional AGRHYMET, Centro Regional do Clima para a África Ocidental e o Sahel (CRA-CCR-AOS) elabora um calendário global que é aprovado pelo Comité Técnico do QH (CT-QH). O calendário global assim definido é apresentado nas reuniões do mecanismo regional de prevenção e gestão das crises alimentares (PREGEC). O CRA-CCR-AOS redige o caderno de encargos e informa oficialmente os mecanismos nacionais dos diferentes países. É mantida uma vigilância permanente de informação com os pontos focais de QH dos diferentes países para assegurar o progresso da recolha dos dados a utilizar nas análises de QH. O planeamento das sessões de análise envolve também

Caixa 2: Instituição do ponto focal nacional do QH :

- conduz o processo sob a supervisão de um ou mais representantes regionais para facilitar e orientar;
- assegura a participação inclusiva e a boa representação de todas as partes interessadas no domínio da segurança alimentar e nutricional e um bom quadro de trabalho;
- é responsável por respeitar o horário e o tempo da sessão de análise;
- organiza a sessão de apresentação dos resultados aos decisores nacionais;
- atua como interface entre o CILSS e o Comité Técnico do QH;
- partilha e divulga os resultados das análises em grande escala a nível nacional.

programação de equipas de *coaching* e facilitação para supervisionar as análises nacionais. Os peritos das organizações e instituições membros do CT-QH disponibilizam peritos qualificados para supervisionar as análises nacionais do QH.

2. **A nível nacional:** os Sistemas de Alerta Rápido (SAP) ou as estruturas nacionais responsáveis pela informação sobre o NWS, pontos focais QH, coordenam o processo. O SAP organiza, em sinergia com outros departamentos governamentais, agências das Nações Unidas e ONG, OP e OSC, a preparação da recolha de dados, o processamento e a formatação das provas necessárias para o ciclo do QH. É responsável pela organização de sessões de análise e todas as outras formalidades administrativas para manter informados os decisores e todos os envolvidos na segurança alimentar e nutricional.

1.19 QUADRO ESTRATÉGICO PARA A APROPRIAÇÃO DO QH

O CILSS e os seus parceiros são responsáveis pela gestão estratégica do QH e, como tal, são os garantes da qualidade dos resultados produzidos por este processo, de modo a que sejam suficientemente robustos e relevantes para responder às necessidades dos decisores nacionais, regionais e internacionais. A adoção da abordagem, das ferramentas e dos protocolos do QH continua a ser o pilar fundamental que garante a qualidade dos resultados esperados das análises do QH. Por conseguinte, foram definidas quatro componentes como eixos estratégicos para apoiar a apropriação do QH pelos países:

- **Reforçar as capacidades técnicas dos gestores regionais** para melhorar o seu conhecimento dos avanços científicos e metodológicos que podem ser utilizados para melhorar o desenvolvimento técnico em curso do QH. Isto inclui a manutenção do quadro de sinergia de ação com a ferramenta de pares do IPC desenvolvida a nível global. A mobilização da direção do Comité Científico assegurará esta visão para a profissionalização dos membros especialistas do Comité Técnico do QH.

- **Transferência de competências e aptidões para os gestores nacionais** para melhorar a gestão da ferramenta e a sua plena aplicação. Logo que o manual 3.0 seja adotado, o CILSS e os seus parceiros criarão um programa de formação contínua apoiado por uma certificação em QH com base num sistema de avaliação rigoroso. Esta opção de formação romperá com as práticas anteriores em termos de qualidade do programa e do rigor com que os formandos são avaliados e certificados. Foi criado um programa complementar de formação em linha para reforçar as competências técnicas dos utilizadores. Além disso, foi desenvolvido um currículo de ensino superior de QH para ajudar a aumentar a massa crítica de conhecimentos especializados em análise integrada de segurança alimentar e nutricional, visando universidades e outras instituições de ensino superior.
- **Criação de um Grupo Consultivo de Peritos (GCP)** em QH: este grupo será constituído por investigadores e peritos especializados na análise da SAN ou em domínios conexos, como o IPC ou instituições especializadas. Este grupo contribuirá para uma revisão da qualidade das análises em tempo real face a uma potencial classificação da fome. Assegurará que a classificação seja revista com base nos dados disponíveis utilizados pelos analistas nacionais. As conclusões e recomendações do ECG podem também contribuir para o desenvolvimento técnico do QH.
- **Exploração de uma plataforma para a divulgação em tempo real** dos resultados da análise do QH a nível nacional e regional. Esta plataforma interativa foi desenvolvida para funcionar de forma autónoma e é gerida pelo CILSS. O programa de transferência de competências incluirá, por conseguinte, a gestão da plataforma pelos gestores nacionais, mais especificamente os departamentos SAP, que serão os administradores nacionais.

1.20 PRINCIPAIS DIFICULDADES E LIMITAÇÕES

O QH proporciona um processo estruturado para efetuar a melhor avaliação possível da situação alimentar e nutricional com base nos dados disponíveis. No entanto, o processo tem certas limitações, que são pormenorizadas a seguir.

- **Disponibilidade dos dados** : A qualidade da análise do QH depende da qualidade dos dados utilizados para a análise. O processo de QH depara-se regularmente com dificuldades ligadas à fraca capacidade dos sistemas nacionais que fornecem os dados para manter a regularidade e a conformidade com as normas de qualidade dos métodos recomendados pelo QH. Inquéritos de segurança alimentar e nutricional irregulares e parciais não facilitam o processo de análise com cobertura nacional. As deficiências na afirmação da liderança nacional contribuem para as dificuldades encontradas na recolha e centralização das fontes de dados que alimentam as análises do QH. Por último, as dificuldades de acesso a certas zonas limitam a recolha de dados que satisfaçam os critérios mínimos de qualidade necessários para concluir sobre a viabilidade da realização de uma análise do QH.
- A formação de consensos **técnicos**: A formação de consensos é um dos fundamentos da análise QH e uma das mais-valias desta metodologia. No entanto, é um processo longo que exige uma gestão cuidadosa para limitar os preconceitos, favorecer o debate técnico aberto e evitar os antagonismos ideológicos. O primeiro desafio para a obtenção de um bom consenso reside na formação das unidades nacionais de análise e no cumprimento das indicações sobre a sua composição detalhadas neste manual. A maior dificuldade é também conseguir que o grupo compreenda o verdadeiro significado do consenso técnico e a abordagem para o alcançar. Durante as análises, os maiores oradores tendem a dominar o debate, tornando o processo de auscultação e triangulação incómodo e a

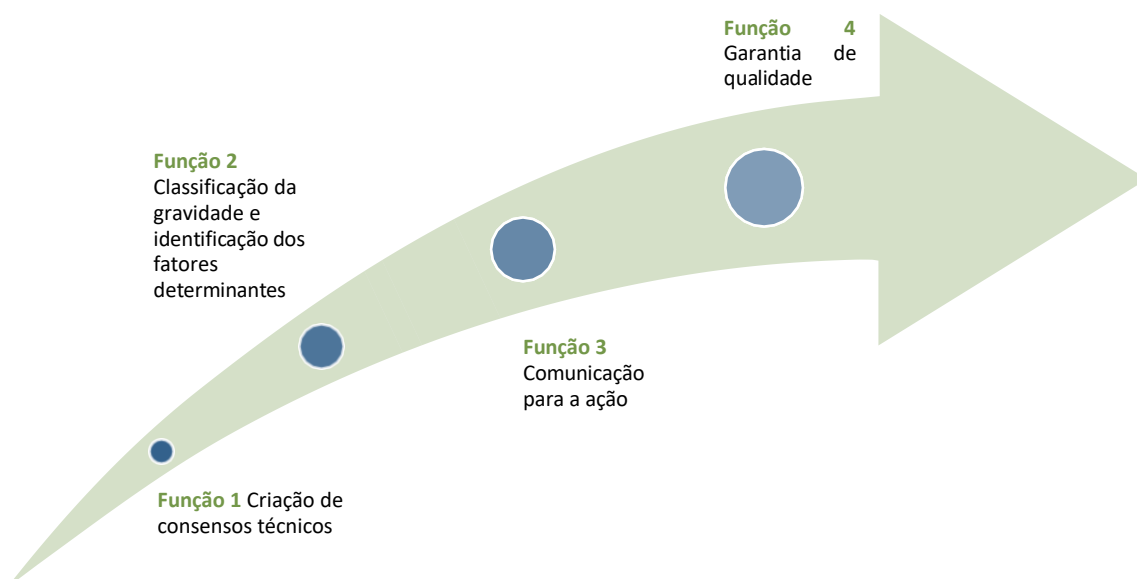
A tomada de decisões finais é morosa. A importância estratégica do QH faz com que as análises atraiam um grande número de participantes, tornando as conclusões complexas e difíceis de alcançar.

- **Convergência de provas:** esta é a pedra angular do QH e está na base da credibilidade do processo de classificação. A análise do QH baseia-se em todas as provas existentes. Por conseguinte, as análises têm de conciliar vários elementos de prova que podem parecer contraditórios. Isto significa analisar cada elemento de informação em profundidade para estabelecer um entendimento comum da situação. Os analistas devem ser bem formados para garantir que a lógica da análise seja claramente compreendida. Esta versão 3.0 do QH fornece uma metodologia melhorada e um conjunto de ferramentas (folhas de cálculo) para orientar a convergência e proporcionar uma melhor compreensão do processo e articulação da análise de provas. Estas ferramentas encorajam o analista a documentar as conclusões para cada elemento dos resultados e dos fatores contribuintes.
- **Estimativa das populações :** O processo de estimativa das populações é uma fase delicada do processo do QH, nomeadamente no que diz respeito à situação projetada. A versão 3.0 do QH propõe instrumentos de síntese melhorados e orientações mais indicativas sobre a abordagem, com esclarecimentos sobre as condições de estimativa das populações nas fases mais graves da insegurança alimentar e nutricional. No entanto, a construção da convergência de provas quantitativas continua a ser complexa e exigente para as análises e requer um acompanhamento atento. O CT-QH está a trabalhar num modelo de projeção da população do QH em caso de choque grave, que fornecerá uma melhor base para as projeções das estimativas populacionais e, assim, melhorará a qualidade do sistema de alerta precoce e a preparação das respostas em termos de assistência alimentar.
- **Calendário de análise QH:** A conciliação do calendário de consulta da rede de prevenção e gestão das crises alimentares (PREGEC e RPCA) com a necessidade de informação a nível global implica que o processo QH esteja sujeito a um calendário muito apertado, exigindo um planeamento preciso de todas as fases do ciclo QH. Qualquer atraso na recolha de dados, devido à falta de recursos ou a outros fatores , coloca o processo sob pressão. O processo de QH enfrenta um duplo constrangimento: por um lado, a necessidade de respeitar o calendário de recolha de dados pelos países e, por outro, a necessidade de respeitar o calendário global da rede.

SEGUNDA PARTE: **FUNÇÕES E** **PROTOCOLOS DO QH**

Esta parte do manual trata de todo o processo passo a passo que conduz à análise, com referência aos protocolos de cada uma das quatro funções do QH (figura 9). Cada função tem os seus próprios protocolos claros e precisos, que os analistas devem promover e fazer respeitar durante as sessões de análise. O cumprimento destas funções e dos seus protocolos específicos garante a qualidade, a coerência e a pertinência dos resultados obtidos no final da análise do QH.

Figura 9: Funções do processo de análise do QH



2.1 FUNÇÃO 1: OBTENÇÃO DE CONSENSO TÉCNICO

Quadro 5: Protocolos da função 1 do QH

Função 1: Criação de consenso técnico

Protocolos

Ferramentas

Protocolo 1.1:
Garantir
uma boa
composição do
QH nacional



Protocolo 1.2:
Efetuar a análise
numa base
consensual



A construção do consenso técnico implica a criação de uma equipa multidisciplinar e inclusiva que reúna a maior diversidade possível de analistas e intervenientes no domínio da segurança alimentar e nutricional. Antes de cada sessão, a estrutura responsável pelo Sistema de Alerta Rápido, o ponto focal do QH, deve assegurar uma comunicação transparente sobre o lançamento do processo de análise, a identificação conjunta dos desafios para a análise e uma programação clara das atividades. Foram definidos dois protocolos para cumprir a função 1 no processo de implementação do QH (Quadro 5).

2.1.1 PROTOCOLO 1.1 ASSEGURAR UMA BOA COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES NACIONAIS DE ANÁLISE DO QH

Em cada país, deve ser criada e institucionalizada uma Unidade Nacional de Análise (UNA) para se encarregar da implementação do QH. Colocado sob a liderança da estrutura responsável pelo Sistema de Alerta Rápido (SAR), a UNA é o órgão responsável pela centralização dos dados temáticos (provas) sobre os vários sectores e componentes da segurança alimentar e nutricional e pela sua organização em bases de dados estruturadas. As bases de dados são utilizadas para preencher a Matriz Intermédia, que é utilizada para gerar as folhas de cálculo de análise. A UNA é também responsável pela atualização destes Quadros com dados adicionais durante os ciclos nacionais de QH, com vista à publicação de informações e mapas consensuais sobre áreas e populações que sofrem de insegurança alimentar e nutricional aguda. A UNA é o único organismo autorizado a produzir, validar e divulgar os mapas e os resultados consensuais dos ciclos de análise do QH após a revisão de qualidade efetuada pelo Comité Técnico do QH (CT-CH) ou pelo Grupo Consultivo de Peritos (GCP) no caso da classificação da fome.

A composição da unidade nacional de análise é deixada à iniciativa dos países (quadro 6), mas deve ser constituída por serviços e organizações envolvidos nos sectores relevantes para a análise da segurança alimentar e nutricional. Estes podem incluir :

- os serviços responsáveis pelo sistema de alerta rápido, as estatísticas agrícolas e pecuárias, o comércio, as alfândegas, a meteorologia, a nutrição, os sistemas de informação sanitária, o ambiente, o sistema de informação sobre os mercados agrícolas e pecuários, a proteção fitossanitária e os recursos hídricos os recursos pastorais, o serviço responsável pelo controlo da pobreza, a proteção social, a ajuda humanitária, a gestão das pessoas deslocadas e dos refugiados, o instituto ou os serviços de estatística, os serviços responsáveis pela segurança alimentar e nutricional, a proteção civil, a gestão das catástrofes, o género, etc.;
- Gabinetes nacionais das agências das Nações Unidas (PAM, FAO, UNICEF, OIM, OCHA, etc.);
- ONG nacionais e internacionais;
- Estruturas especializadas na investigação e análise da segurança alimentar e nutricional (FEWSNET, IFPRI, Universidades, CIRAD, outros centros de investigação, etc.)
- sociedade civil;
- redes ou federações de organizações de agricultores...

O responsável pela Unidade Nacional de Análise do QH é um gestor técnico da instituição nacional que "acolhe" o QH, envolvido na organização, nos convites para a sessão de análise e no funcionamento do sistema nacional. Deve ter um bom conhecimento técnico da segurança alimentar e nutricional e do processo global do QH, bem como um nível hierárquico e de decisão significativo na estrutura nacional de análise da segurança alimentar e nutricional. Preside a todas as sessões plenárias e assegura a liderança nacional durante todo o período de análise. Especificamente, é responsável por

- uma boa comunicação sobre o planeamento e a organização de cada ciclo de análise;
- uma performance e a presença de atores/estruturas convidados;
- Utilização ótima de todas as informações disponíveis;
- garantir que os participantes compareçam às reuniões com regularidade e pontualidade durante todo o processo de análise;
- respeito pelo princípio do consenso, do respeito mútuo e da gestão do debate;

- criação de um sistema de apresentação de relatórios (relatores designados);
- o progresso dos trabalhos através da criação de grupos de trabalho equilibrados;
- apresentação e validação preliminar dos resultados em sessão plenária;
- apresentação de relatórios aos órgãos de decisão nacionais (nível político).

Os membros da UNA devem completar a formação online na plataforma QH e participar nos vários níveis de formação presencial para compreenderem plenamente o processo de análise. Idealmente, os membros da UNA devem ser certificados como analistas de nível 1 do QH. A equipa de elaboração de relatórios é responsável pela elaboração do relatório global sobre o workshop, que servirá de "relatório administrativo". Este relatório deve descrever o contexto, a realização do workshop, o processo de análise, os pontos de divergência, as dificuldades encontradas e as lições aprendidas, as recomendações e as conclusões relevantes e consensuais. Deve ser partilhado com os facilitadores e o presidente da sessão para revisão antes de ser distribuído e incorporar os logótipos de todos os parceiros.

Quadro 6: Matriz de assistência para a composição da Unidade Nacional de Análise

Presidente e Diretor-Geral		Representação dos serviços técnicos e das organizações das partes interessadas (o objetivo é incluir pelo menos um representante de todos os grupos aplicáveis)				
		Serviços governamentais (a todos os níveis relevantes)	ONG nacionais, organizações de produtores, sector privado	ONG internacional	Sucursais da SNU	Organismos técnicos especializados, Universidades
Área de especialização (Incluir se for relevante para a análise)	SA/vivência					
	Nutrição					
	SIM A/B					
	Agricultura					
	Pecuária/Pesca/Ambiente					
	Tempo e clima					
	Saúde					
	Tipo					
	Estatísticas					
	Segurança/Proteção civil					
	Outros					

2.1.2 PROTOCOLO 1.2: EFETUAR A ANÁLISE NUMA BASE CONSENSUAL

Caixa 3: Consenso técnico não significa

- Aceitação vinculativa e coerente de uma conclusão pelo grupo e pelo plenário. No entanto, é importante que a maioria dos pontos de vista converge para a conclusão alcançada.
- As discussões técnicas devem ser interrompidas em caso de impasse. Nesse caso, o chefe do grupo deve imediatamente recorrer aos treinadores e facilitadores para o ajudarem a restabelecer a serenidade do grupo com base em explicações técnicas convincentes, remetendo para as indicações do Manual 2.0 para esclarecer os analistas.

Os analistas devem possuir uma excelente experiência em matéria de segurança alimentar e nutricional e no processo de análise. *O consenso não significa concordar com tudo. Também não significa rejeitar ideias contraditórias.* Para o conseguir, cada analista deve agir de boa fé, ser imparcial, participar de forma inclusiva e fazer um esforço intelectual para ouvir e tentar compreender os argumentos desenvolvidos pelos outros participantes. Quanto mais diversificada for a composição das unidades de análise nacionais dos vários grupos de atores, mais aceitável será o consenso.

O consenso deve conduzir à formulação e aceitação de conclusões fundamentadas com base nas provas disponíveis durante a análise. Os formadores e facilitadores devem ter o cuidado de promover a compreensão mútua e de evitar opiniões que tendam a atingir as agendas específicas dos participantes. Devem ser tomadas disposições prévias para clarificar a forma como a sessão de análise de QH será conduzida. Por exemplo, uma reunião preliminar convocada pela pessoa responsável/Ponto Focal para o QH no âmbito do SAP (PF-QH) pode resultar em :

- A constituição conjunta de grupos de trabalho e a atribuição de áreas com base nas competências técnicas dos peritos e no seu conhecimento do terreno;
- Definição do *modus operandi* dos grupos de trabalho, com identificação dos relatores e do chefe do grupo. Devem igualmente ser definidas as orientações que ajudarão os líderes a conduzir o grupo para um consenso. Estas podem incluir a convergência de pontos técnicos baseados na interpretação das provas e no conhecimento dos analistas sobre o contexto atual de cada área analisada;
- Revisão em plenário dos pontos de discussão sobre os quais os grupos de trabalho não chegaram a uma conclusão consensual. Os formadores e facilitadores desempenharão aqui um papel crucial para que a plenária chegue a uma conclusão que seja partilhada e aceite pelos participantes;
- Gestão do tempo para garantir que todas as fases do processo de análise estejam concluídas e que os resultados sejam apresentados aos decisores antes de os treinadores e facilitadores deixarem a sessão de análise.

2.2 FUNÇÃO 2: CLASSIFICAÇÃO DE GRAVIDADE E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES

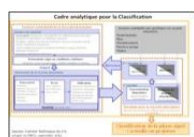
Quadro 7: Protocolos para a função 2 do QH

Função 2: Classificação da gravidade e identificação dos fatores determinantes

Protocolos

Protocolo 2.1:

Referir-se ao quadro analítico para construir a convergência das provas



Protocolo 2.2:

Utilizar o quadro de referência para avaliar as provas diretas da RAS e dos fatores que para ela contribuem

Protocolo 2.3:

Respeitar os parâmetros de análise

- Definição de insegurança alimentar e nutricional aguda
- Informar a ação com objetivos estratégicos a curto prazo
- 5 fases da gravidade da insegurança alimentar e nutricional aguda
- Regra dos 20%
- Convergência de provas
- Unidades de análise
- Período de validade das análises
- Classificação da situação atual e prevista
- Identificação das zonas que recebem ajuda alimentar humanitária
- Identificação dos fatores determinantes

Protocolo 2.4:

Avaliação e atribuição de pontuações de fiabilidade das provas

Protocolo 2.5:

Documentar e disponibilizar sistematicamente as provas e análises

Protocolo 2.6: Cumprir os requisitos mínimos de análise

- Provas mínimas para a classificação
- Justificação (conclusão) classificação de fases
- Monitorização dos pressupostos dos fatores de risco para a situação projetada
- Estimativas da população

A função 2 visa classificar a natureza e a gravidade da Insegurança Alimentar e Nutricional e identificar os fatores determinantes e limitantes. Isto permite que todas as provas analisadas sejam transformadas em informação para apoiar a tomada de decisões, respondendo às questões fundamentais do QH (caixa 4). A função 2 visa, portanto, fornecer aos decisores a informação necessária para preparar intervenções que respondam eficazmente às necessidades atuais e previstas das populações analisadas. Esta função utiliza uma série de protocolos, procedimentos e ferramentas específicos (quadro 7).

Protocolo 2.1. Referir-se ao quadro analítico para construir a convergência de provas: o quadro analítico do QH é utilizado como guia e orientação para construir a convergência de provas. Este quadro liga os elementos do resultado e os fatores que contribuem para a segurança alimentar e nutricional, em particular os fatores determinantes (perigo/vulnerabilidade) e os fatores limitantes (quatro dimensões da segurança alimentar).

Protocolo 2.2. Utilização de quadros de referência para avaliar as provas diretas da segurança alimentar e nutricional e os fatores contribuintes: a análise das provas disponíveis requer a utilização de quadros de referência para avaliar as provas diretas e indiretas da segurança alimentar e nutricional, bem como certos fatores contribuintes. Os vários quadros servem de ajuda técnica para orientar os analistas na avaliação do impacto dos fatores contributivos e na determinação das fases de cada indicador de resultados.

Caixa 4: Lista de quadros de análise

- Quadro 1-A Resumo das fontes de provas
- Quadro 1-B Análise do contexto
- Quadro 1-C Inventário de provas sobre os fatores contribuintes e atribuição de pontuações de fiabilidade
- Quadro 1-D Inventário de provas sobre os resultados e atribuição de graus de fiabilidade
- Quadro 2-A Análise dos dados relativos aos fatores contributivos
- Quadro 2-B Análise dos dados relativos aos resultados
- Quadro 3 - Resumo e classificação das zonas e nível de confiança da análise
- Quadro 4-A Resumo dos números
- Quadro 4-B Estimativas da população

Protocolo 2.3. Respeitar os parâmetros da análise: as análises de QH devem respeitar os seguintes parâmetros-chave: 1) a definição de insegurança alimentar e nutricional aguda; 2) informar a ação com objetivos estratégicos a curto prazo; 3) respeitar as 5 fases de gravidade; 4) utilizar a regra dos 20%; 5) construir a convergência das provas, 6) definir as unidades de análise, 7) especificar o período de validade das análises, 8) classificar a situação atual e a situação projetada, 9) identificar as zonas abrangidas pela ajuda alimentar humanitária, 10) identificação dos fatores determinantes e limitativos.

Protocolo 2.4. Avaliação e atribuição de índices de fiabilidade das provas: cada prova utilizada deve ser avaliada para determinar o seu índice de fiabilidade. Uma grelha de atribuição de pontuação de fiabilidade ajuda os analistas a determinar a pontuação de fiabilidade da prova de acordo com a relevância da metodologia utilizada e a temporalidade. No entanto, a análise dos dados nutricionais refere-se a critérios mais específicos de validade e temporalidade.

Protocolo 2.5. Documentar e disponibilizar sistematicamente as provas e a análise: O processo é conduzido utilizando a folha de cálculo QH desenvolvida para cada fase da análise. As folhas Excel (caixa 4) foram desenvolvidas para ajudar a documentar e arquivar as provas, disponibilizando-as aos analistas de forma transparente. Estas ferramentas asseguram a coerência global do processo e permitem que todas as fases de análise sejam efetuadas no mesmo suporte, oferecendo a possibilidade de comunicação automática de dados, limitando assim os erros e poupando tempo ao debate.

Protocolo 2.6. Respeitar as exigências mínimas de análise: de um modo geral, a classificação de uma zona requer, pelo menos, a classificação de um resultado com provas diretas ou indiretas de fiabilidade média (F2) e a presença de, pelo menos 3 grupos de fatores contribuintes introduzidos. Esta versão inclui critérios específicos para a classificação de uma zona na Fase 4 (Emergência). São definidas condições específicas para uma análise mais flexível no caso de zonas inacessíveis ou de acesso limitado, bem como para a classificação da fome.

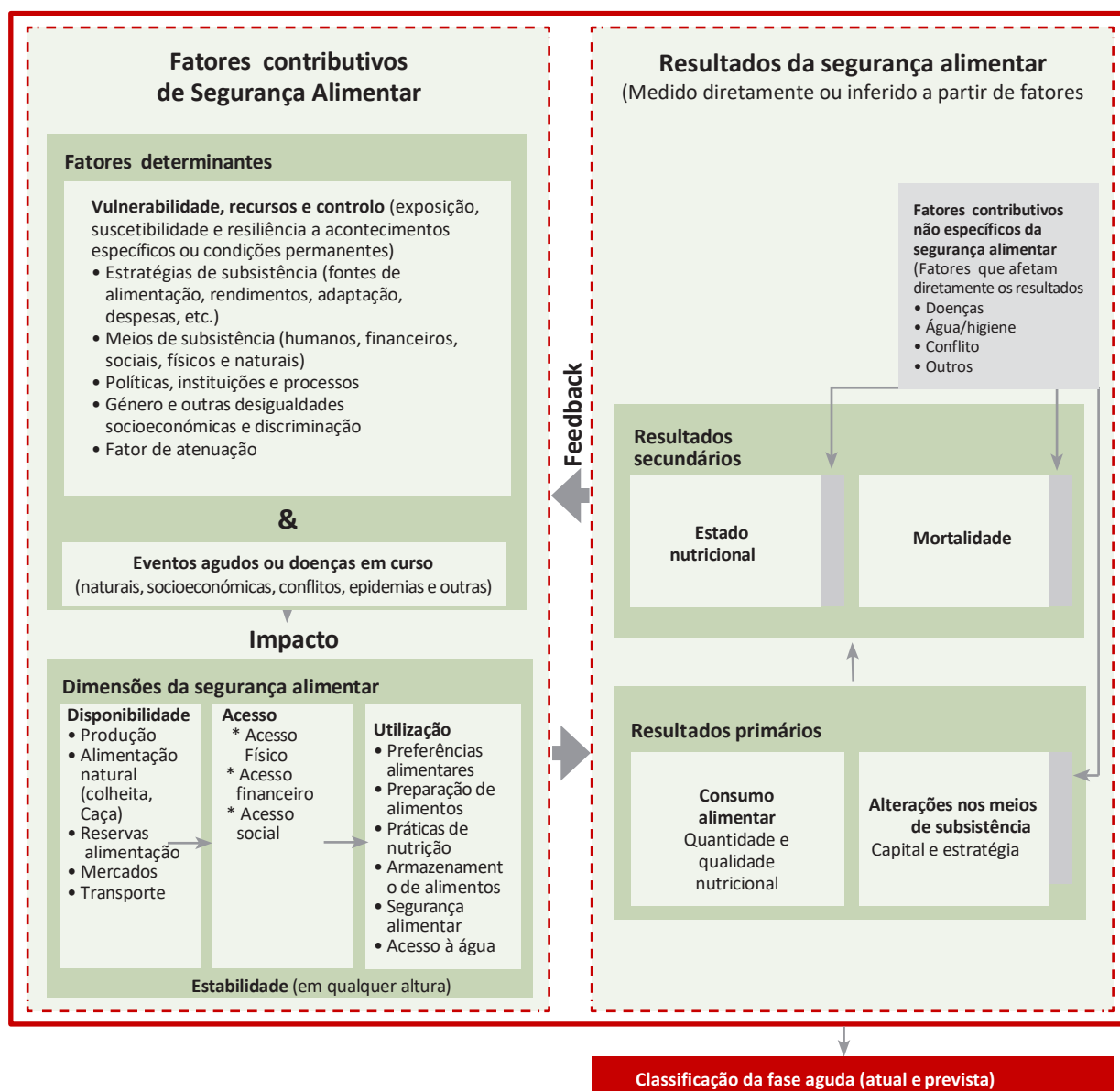
2.2.1 PROTOCOLO 2.1: UTILIZAR O QUADRO ANALÍTICO PARA CRIAR UMA CONVERGÊNCIA DE PROVAS

O quadro analítico do QH baseia-se em quatro quadros conceptuais de :

- Análise de risco de catástrofe: $R = f(\text{perigo, vulnerabilidade})$ (White 1975, Turner et al. 2003) ;
- Meios de subsistência sustentáveis (Sen, 1981; Frankenberger, 1992; SCF-UK, 2000; DFID, 2001);
- Quatro dimensões da segurança alimentar: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (FAO, 2006);
- UNICEF Causes of Malnutrition (UNICEF 1990) ;
- Quadro concetual integrado para a segurança alimentar e a nutrição (IPC 2019).

A figura 10 ilustra a forma como os principais aspetos destes quadros conceptuais são integrados a fim de

Figura 10: Quadro analítico da versão 3.1/QH 3.0 do IPC.



Caixa 5: Fatores contributivos e resultados para a segurança alimentar e nutricional

Fatores contributivos: são os fatores determinantes e limitativos que conduzem a mudanças positivas ou negativas nos resultados da segurança alimentar.

Fatores determinantes :
Perigo e vulnerabilidade

Fatores limitativos :

- Disponibilidade;
- Acessibilidade ;
- Utilização, incluindo o acesso à água potável ;
- Estabilidade

Resultados da segurança alimentar e nutricional

Estes são os elementos básicos em que se baseia a classificação da insegurança alimentar e nutricional aguda. Podem ser baseados em provas diretas ou indiretas, tendo em conta o impacto dos fatores contributivos. São quatro:

- Consumo alimentar ;
- Alterações nos meios de subsistência ;
- Estado nutricional ;
- Mortalidade.

orientam a análise do QH. A classificação por fase de insegurança alimentar e nutricional aguda baseia-se em todos os dados disponíveis sobre os fatores que contribuem para a segurança alimentar e nutricional e os seus resultados. A classificação é o resultado de uma análise das várias interações que existem entre os elementos do quadro analítico.

Fatores determinantes (riscos e vulnerabilidade)

A vulnerabilidade é concetualmente definida em termos de: exposição (o perigo afeta uma população e em que medida?), suscetibilidade (como é que o perigo afeta os meios de subsistência de uma população e em que medida?) e resiliência (qual é a capacidade de adaptação da população?). De acordo com a abordagem dos meios de subsistência sustentáveis, a vulnerabilidade pode ser definida analiticamente em termos de :

- **Estratégias de subsistência:** uma análise comportamental do tipo e quantidade de fontes de alimentação, fontes de rendimento e padrões de despesa do agregado familiar;
- **Meios de subsistência:** uma análise estrutural dos cinco capitais necessários para sustentar os meios de subsistência de um agregado familiar: capital humano, capital financeiro, capital social, capital físico e capital natural;
- **Políticas, instituições e processos:** uma análise social, política e económica da forma como estes aspetos apoiam (ou não apoiam) os meios de subsistência dos agregados familiares.
- O perigo é definido como um fenómeno prejudicial que pode ser natural ou induzido pelo homem, agudo/voluntário ou crónico/contínuo e é analisado em termos da sua probabilidade de ocorrência, gravidade e magnitude. O quadro 8 apresenta uma lista indicativa de provas dos fatores determinantes (riscos e vulnerabilidade) normalmente observados na região do Sahel e da África Ocidental.

Quadro 8: Lista indicativa de fatores contributivos de « perigo e vulnerabilidade »

Fatores contributivos	Exemplos de provas
Riscos e vulnerabilidade	Identificar antecipadamente os perigos: • Catástrofes naturais: secas, infestações de pragas, inundações, maremotos, anomalias de biomassa, incêndios florestais, etc; • Catástrofes de origem humana: industriais e tecnológicas • Insegurança civil e conflitos: guerras, agitação social, banditismo, crises políticas, conflitos comunitários, etc. • Epidemias: epizootias, epidemias (VIH/SIDA, ébola, cólera, malária, sarampo, meningite), etc. • Aumento dos preços dos géneros alimentícios de base: inflação elevada (IPC, IHPC, taxa de inflação, taxa de câmbio, etc.) Identificar indícios de vulnerabilidade: : • Condições socioeconómicas: flutuações de preços, mau funcionamento do mercado; saída da população ativa; prevalência (M/F, g/f) de comportamentos extremos, por exemplo, mendicidade, prostituição ; • Proporção de homens e mulheres afetados por catástrofes: naturais, provocadas pelo homem, insegurança civil/conflitos, crises políticas e doenças/epidemias • Proporção (%) de chefes de família (M/F) que sofreram choques nos últimos 12 meses • Propriedade ou acesso a recursos fundiários (M/F, terras urbanizadas) • Incidência da pobreza ; • Dificuldade de acesso às terras de pastagem • Descapitalização maciça ou invulgar de animais, incluindo animais de criação • Propriedade de ativos produtivos (como bicicletas, carroças e ferramentas agrícolas) e alterações recentes na propriedade) ; • Propriedade do gado e mudanças recentes na propriedade (apresentação invulgar de jovens fêmeas reprodutoras nos mercados, perdas devido a catástrofes e/ou epidemias); • Agregados familiares que saem ; • Deslocações da população - pessoas deslocadas internamente (M/F, categorias socioprofissionais) / campos de concentração de refugiados; • Expansão das habitações precárias nas zonas periurbanas não urbanizadas; • Pontos de água para o gado (acessibilidade, distância, disponibilidade) • Partida e regresso antecipados da transumância; crises civis e políticas que impedem ou afetam a transumância, em especial a transumância e o acesso aos mercados • Secagem precoce de lagos e outros pontos de água • Vendas invulgares de terras de pastagem • Concentrações anormais de animais em zonas pouco habituais • Percentagem do rendimento por género, de acordo com a categoria do agregado familiar • Violência ou exclusão baseada no género, casamento precoce, gravidez precoce, taxa de escolarização das raparigas ou mulheres • Acesso ao financiamento (crédito, etc.) (Homens/Mulheres) • Rácio da dívida para homens e mulheres

Fatores limitativos (dimensões da segurança alimentar)

As interações entre os fatores causais (incluindo os eventos agudos/crónicos e a vulnerabilidade) têm efeitos diretos ou indiretos nas quatro (4) dimensões da segurança alimentar, nomeadamente a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade destes três elementos (Quadro 9). Estas dimensões interagem sequencialmente: os alimentos devem estar disponíveis para que os agregados familiares tenham acesso a eles; em seguida, eles devem usá-los adequadamente; e o sistema como um todo deve ser estável (Barrett, 2010).

Quadro 9: Lista indicativa dos fatores que contribuem para as « dimensões da segurança alimentar »

Fatores contributivos	Exemplos de provas
Disponibilidade	• Produção agrícola, análise da evolução das principais culturas alimentares e de rendimento produzidas na época atual em comparação com a média quinquenal; produção per capita (zonas de alta e baixa produção); • Período do calendário agrícola: colheita, comercialização ou períodos de escassez • Proxy calórico (proxy simples e proxy integrado) • Balanços alimentares e cerealíferos; • Níveis de existências nos bancos de cereais (BC), • Taxa de cobertura das necessidades de cereais ou de géneros alimentícios • Alterações dos índices de vegetação (ICN, NDVI, VCI, SNDVI) ; • Disponibilidade de pastagens: produção de biomassa (variação da produção de biomassa em relação à média quinquenal, balanço forrageiro, etc.). • Acesso a bancos de alimentos para animais (BAB) • Disponibilidade de leite e carne: avaliação da produção animal e variações em relação à média ; • Abastecimento do mercado: fluxos internos e importações/exportações • Dados sobre os recursos haliêuticos e florestais (peixe, madeira e produtos não lenhosos, colheita, caça, etc.) • Produção, armazenamento e compra de alimentos por sexo do chefe de família... • Superfície média cultivada por sexo do chefe de família
Acesso	Acesso físico : • Distância/densidade dos mercados, infraestruturas, etc, • Stock alimentar das famílias... Acesso económico : • Percentagem da população no quintil/índice de riqueza mais baixo • Alterações nos padrões de despesa alimentar • Percentagem do rendimento gasto em alimentos • Variação dos preços dos cereais • Variação dos preços das culturas de rendimento • Variação dos preços dos animais • Variação dos TDE entre animais e cereais ou outras culturas de rendimento/cereais • Poder de compra das famílias chefiadas por mulheres • Proporção da população sem acesso ao cabaz alimentar básico durante o período de análise (Homens/Mulheres) • Percentagem do rendimento gasto em alimentos, por sexo do chefe de família • Rendimento médio das mulheres proveniente da venda de gado e de produtos alimentares • Principais fontes de rendimento por sexo do chefe de família • Acessibilidade de alimentos nutritivos e saudáveis (proporção de agregados familiares com acesso)¹

¹ FNG

Fatores contributivos	Exemplos de provas
Utilização, incluindo o acesso à água potável	Identificar preferências alimentares, práticas de preparação e armazenamento de alimentos e segurança alimentar : • Acesso a água potável (litros por pessoa/dia) • Taxa de acesso à água potável • Preços da água • Tipos de fontes de água • Composição das refeições • Número de grupos de alimentos consumidos/preferências alimentares. • Práticas de armazenamento e perdas de alimentos • Práticas alimentares, incluindo tabus alimentares Lista de práticas nutricionais : • Práticas de cuidados infantis (amamentação, desmame, alimentação, higiene) • Índice de Diversidade Alimentar para crianças de 5 anos (IDDS) • Índice de Diversidade Alimentar (para mulheres em idade fértil ou mulheres grávidas e a amamentar) (WDDS) • Custo de uma alimentação saudável e nutritiva • Admissões no centro de recuperação nutricional Lista do acesso à água e ao saneamento : • Condições de higiene e saneamento: acesso a casas de banho melhoradas ou a outras instalações sanitárias, etc. • Meios de transporte e armazenamento de água potável
Estabilidade	Enumerar as provas que fornecem informações sobre a estabilidade dos elementos anteriores de disponibilidade, acesso e utilização • Calendário sazonal típico para toda a zona • Calendário sazonal das atividades das mulheres • Êxodo sazonal e migração • Duração dos stocks alimentares das famílias • Tendências da produção alimentar • Funcionalidade e fluxos dos mercados agrícolas e pecuários • Cesto de alimentos nutritivos²

Para certos fatores contributivos, foram definidos limiares para facilitar a avaliação do nível de impacto nos resultados. É importante notar que cada país, em função do seu contexto, pode selecionar fatores contributivos importantes para a segurança alimentar e nutricional que lhe são específicos, e que esta lista é indicativa e não exaustiva. É igualmente importante ter em conta a dimensão do género ao analisar o impacto dos fatores contributivos.

² FNG

Os quadros 10, 11, 12 e 13 seguintes agrupam os limiares de impacto para determinados fatores contributivos:

Quadro 10: Limiar do impacto dos fatores que contribuem para os Perigos e a Vulnerabilidade

Fatores contribuintes Perigos e vulnerabilidade	Impacto						
	Negativo			Negligenciável	Positivo		
Agregados familiares que saem	Forte	Médio	Ligeiro		Ligeiro	Médio	Forte
	>= 30%	10 à 30%	<10%	NA	NA	NA	NA
Fatores de vulnerabilidade durante a época agro-pastoril							
Início tardio da época	>33%	33%	<33%	NA	NA	NA	NA
Longos períodos de seca	>33%	33%	<33%	NA	NA	NA	NA
Anomalias decadais	<50%	50%-85%	85%-95%	NA	NA	NA	NA
VCI: índice do estado de desenvolvimento da vegetação	0-40%	40%-60%		NA	NA		
NAI: índice normalizado de crescimento da vegetação	0-40%	40%-60%		NA	NA		
sNDVI: índice de vegetação por diferença normalizada (NDVI) da vegetação	<-1	-1 à 1	NA	NA	NA		
e-MODIS	<mínimo	<média	quase médio	NA	NA	NA	NA
Balanço alimentar (cobertura das necessidades)	< 30%	30% à 70%	> 70%	NA	NA	NA	NA
	< 3 meses	3 a 6 meses	6 meses	NA	NA	NA	NA
Superfície queimada (Quantidade de biomassa residual queimada)	>50%	25- 50%	10-25%	NA	NA	NA	NA
Partida precoce e maciça dos rebanhos transumantes:	setembro / outubro	novembro	dezembro	NA	NA	NA	NA
Concentração de efetivos superior ao habitual	> 2 vezes	1,5- 2 vezes	1,5 vezes	NA	NA	NA	NA
% de pontos de água atualmente em utilização	<50%	50 à 70%	70 à 90%	NA	NA	NA	NA
Presença de águas superficiais de mais de 1 km ² em comparação com a média ou SWB do Landsat 30 m	<60%	60-80%	80%	NA	NA	NA	NA
Índice de condição corporal inferior ou igual a 2: NEC < =2	> 60%	30-60%	<30%	NA	NA	NA	NA
Venda invulgar de jovens fêmeas reprodutoras	>30%	16-30%	6-15%	<5%			

Quadro 11: Limiar do impacto dos fatores de disponibilidade

Fatores contributivos Disponibilidade	Impacto						
	Negativo			Negligenciável	Positivo		
	Forte	Médio	Ligeiro		Ligeiro	Médio	Forte
Início precoce da época	NA	NA	NA	33% (normal)	<33%	33%	>33%
Curtas sequências secas	NA	NA	NA	33% Normal	<33%	33%	>33%
Anomalias decadais	NA	NA	NA	95%-105%	105%-115%	115%-150%	>150%
VCI: índice do estado de desenvolvimento da vegetação	NA	NA		NA	>60%		
NAI: índice normalizado de crescimento da vegetação	NA	NA		NA	>60%		
sNDVI: índice de vegetação por diferença normalizada (NDVI) da vegetação	NA	NA	NA	0	>1		
e-MODIS	NA	NA	NA	média	fecho + média	>média	>maxi
Balanço alimentar (cobertura das necessidades)	NA	NA	NA	equivalente	+30%	+30 à +70%	+70%
	NA	NA	NA		6-8 meses	> 9 meses	
Partida habitual dos rebanhos transumantes:	NA	NA	NA		período normal	Um mês após o período normal	N/A
Presença de águas superficiais em 1 km ² em comparação com a média	NA	NA	NA	NA	120%	120-140%	>140%
Índice de condição corporal superior a 2 : NEC > 2	NA	NA	NA	NA	< 30%	30-60%	> 60%

Quadro 12: Limiar do impacto dos fatores que contribuem para o acesso

Fatores contributivos Acesso	Impacto						
	Negativo			Negligenciável	Positivo		
	Forte	Médio	Ligeiro		Ligeiro	Médio	Forte
Variação dos preços dos 3 principais produtos alimentares em % em relação à média quinquenal	> 50	26- 50	6- 25	-5 à +5	- 6 à- 25	-26 à-50	- 50 a mais
Variação dos preços das 3 principais culturas de rendimento (incluindo os produtos hortícolas) em % em relação à média quinquenal	- 50 a mais	-26 --50	- 6 à- 25	Na	6- 25	26- 50	> 50
Variação dos termos de troca (produtos em numerário/mercadorias) em % em relação à média de cinco anos	- 50 a mais	-26--50	- 6 à- 25	Na	6- 25	26- 50	> 50
Proporção de agregados familiares sem acesso a alimentos nutritivos e saudáveis	>73%	[65-73%]	[56-65%]	Na	[42%-56%]	[16%-41%]	[0%-15%]
Variação dos preços dos animais (%) em comparação com a média de cinco anos	- 50 a mais	-26 --50	- 6 à- 25	Na	6- 25	26- 50	> 50
Termos de troca de gado/cereais	<-50%	-50 à-26 %	-25 à-6%	-5 à 5%	6 à 25%	26 à 50%	>50%
Taxa de variação dos preços médios mensais do gado	<-50%	-50 à-26 %	-25 à-6%	-5 à 5%	6 à 25%	26 à 50%	>50%
Variação das taxas de venda por espécie (pontos percentuais)	<-10	-10 à-6	-5 à-3	-2 à 2	3-5	6-10	>10
Evolução dos preços dos alimentos para animais e das forragens	>50%	26 à 50%	6 à 25%	-5 à 5%	-25 à-6%	-50 à-26 %	<-50%

Quadro 13: Limiar do impacto dos fatores que contribuem para o estado nutricional

Fatores que contribuem para o estado nutricional	Impacto					
	Negativo			Positivo		
	Forte	Médio	Ligeiro	Ligeiro	Médio	Forte
Frequência mínima das refeições ³	<20%	[20-30%[	[30-40%[	[40-59%[	[60-79%[	>=80%
⁴ Diversidade alimentar mínima 6 - 23 meses para crianças	<20%	[20-30%[	[30-40%[	[40-59%[	[60-79%[	>=80%
⁵ Nível alimentar mínimo aceitável para as crianças :	<20%	[20-30%[	[30-40%[	[40-59%[	[60-79%[	>=80%
⁶ Taxas de aleitamento materno exclusivo em bebés com menos de 6 meses	<20%	[20-30%[	[30-35%[	[35-39%[	[40-50%[	>50%
⁷ Taxa de aleitamento materno continuado aos 2 anos para crianças	<20%	[20-30%[	[30-35% [	[35-39%[	[40-50%[	>50%
Pontuação da diversidade alimentar para as mulheres ⁸	<20%	[20-30%[	[30-40%[	[40-60%[	[60-80%[	>=80%
Taxa de acesso à água potável ⁹	<40%	[40-60%[	[60-80%[	[80-90%[	[90-96%[	>=96%
Taxas de anemia nas mulheres	>40%	[20-39,9%[	[6-19,9%[	5%	[3-4%[	<2%
¹⁰ Taxas de anemia em crianças	>40%	[20-39,9%[	[6-19,9%[	5%	[3-4%[	<2%
Taxas de suplementação de vitamina A para crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses ou mulheres grávidas e a amamentar	<20%	[20-40%[	[40-60%[	[60-70%[	[70-80%[	>80%
Taxas de suplementação de ferro e ácido fólico para mulheres grávidas	<20%	[20-39%[	[40-60%[	[60-70%[	[70-80%[	>80%
Taxa de cobertura do programa PCIMA: Admissões em programas terapêuticos/nutricionais	<20%	[20-39%[	[40-60%[	[60-70%[	[70-80%[	>80%
Número de refeições por dia por agregado familiar	na	[0-1 [	[1-2 [	[2-3[	[3-4 [	>=4
Custo estimado de uma alimentação nutritiva e saudável	>11,9	[8,8-11,9]	[5,6-8,8[	[0-1,5[	[1,6-2,5[	[2,6- 5,5[

³ Proporção de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses que recebem alimentos sólidos, semissólidos e moles (incluindo fórmulas à base de leite para crianças não amamentadas) o número mínimo de vezes ou mais (A percentagem a considerar é a das crianças que tomam 3 ou mais refeições por dia).

⁴ Proporção de crianças dos 6 aos 23 meses que comeram alimentos de pelo menos 4 grupos alimentares distintos

⁵ Proporção de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses que recebem uma dieta mínima aceitável (excluindo o leite materno)

⁶ Proporção de bebés dos 0 aos 5 meses alimentados exclusivamente com leite materno

⁷ Proporção de crianças de 20-23 meses alimentadas com leite materno

⁸ Proporção de mulheres em idade fértil que consumiram alimentos de pelo menos 4 grupos alimentares distintos

⁹ Percentagem da população com acesso razoável a água suficiente proveniente de uma fonte melhorada, como uma ligação doméstica, uma conduta pública, um furo, um poço ou uma nascente protegida, ou a recolha de água da chuva.

¹⁰ Prevalência da concentração de Hb < 11 g dl nas crianças e < 12 g dl nas mulheres

Os fatores contributivos (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade) podem ter um impacto nos resultados da SAN: consumo alimentar, alterações nos meios de subsistência, estado nutricional e mortalidade. Note-se que os três últimos resultados podem ser influenciados por fatores não alimentares, como a saúde, a higiene, a água e o saneamento, o acesso aos serviços sociais básicos, os conflitos, etc.

Caixa 6: Impacto dos fatores contributivos

A análise do Quadro Harmonizado baseia-se essencialmente numa análise contextual da evolução provável da situação alimentar e nutricional. Os analistas são convidados a responder às duas perguntas seguintes, em sequência. As provas disponíveis explicam condições favoráveis ou desfavoráveis para os resultados da segurança alimentar e nutricional? É de notar que a interação entre os fatores contribuintes deve explicar os riscos de deterioração ou de melhoria dos resultados da segurança alimentar e nutricional observados. O quadro analítico do QH inclui explicitamente um mecanismo de feedback através do qual procuramos explicar melhor as mudanças nos resultados da segurança alimentar, apesar do contexto de choques, tais como o aumento ou a melhoria da vulnerabilidade e/ou eventos agudos ou crónicos, que devem levar a mudanças nos impactos nas dimensões da segurança alimentar.

Em geral, os analistas são confrontados com vários tipos de dados que podem ser divergentes ou convergentes, o que torna o exercício complexo. O objetivo é examinar a tendência geral dos dados, a fim de chegar a uma conclusão consensual que reflita o mais fielmente possível a situação existente. O conhecimento que os analistas têm do contexto habitual e atual da área deve facilitar o exercício.

Uma vez que os analistas tenham chegado a um consenso sobre a direção do impacto dos fatores contribuintes, devem então determinar a magnitude do impacto potencial em cada resultado da segurança alimentar e nutricional. É evidente que o impacto dos fatores contributivos nos diferentes resultados pode variar em função das provas disponíveis. Estes impactos podem ser LEVES, MÉDIOS, FORTES ou negligenciáveis (não significativos).

Resultados da segurança alimentar e nutricional

Os resultados da segurança alimentar e nutricional (consumo de alimentos, alterações nos meios de subsistência, estado nutricional e mortalidade) são, em princípio, comparáveis, independentemente do contexto em termos de meios de subsistência, grupos étnicos, situação socioeconómica, etc.

O Consumo Alimentar e a Mudança dos Meios de Subsistência são resultados primários medidos ao nível do agregado familiar, enquanto que o Estado Nutricional e a Mortalidade são resultados secundários medidos ao nível zonal. É importante notar que, destes quatro resultados, apenas o consumo alimentar é específico da segurança alimentar. Os outros três resultados (mudanças nos meios de subsistência, estado nutricional e mortalidade) podem ser influenciados por fatores não alimentares.

Cada resultado da SAN é avaliado utilizando indicadores específicos sob a forma de provas diretas ou indiretas, que estão agrupadas no quadro 14. As provas diretas fornecem informações precisas e diretas sobre o estado de um resultado de segurança alimentar e nutricional. As provas indiretas não medem diretamente os resultados, mas fornecem indicações ou podem ser utilizadas para inferir resultados.

Quadro 14: Resultados da segurança alimentar e nutricional

	Resultados	Provas diretas	Provas indiretas
Resultados primários	Consumo alimentar	• Pontuação do consumo de alimentos (FCS) • Pontuação da diversidade alimentar do agregado familiar (HDDS) • Escala de fome do agregado familiar (HHS) • Índice de Estratégias de Enfrentamento Reduzidas (rCSI) • HEA: Déficit de sobrevivência (SD) e Déficit de proteção dos meios de subsistência (LDP)	Proxy de calorias integrado
	Evolução dos meios de subsistência	Índices de estratégias de adaptação baseadas nos meios de subsistência (ISAME)	
Resultados secundários	Estado nutricional	• Prevalência de desnutrição aguda global (peso/altura - WHZ) • Índice de Massa Corporal (IMC)	Perímetro braquial (PB/MUAC)
	Mortalidade	• Taxa de mortalidade bruta (CMR) • Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (U5MR)	

NB: qualquer prova não incluída neste quadro deve ser considerada como um fator contributivo.

Os quadros de referência das provas diretas e indiretas do QH especificam os indicadores de cada resultado e os seus limiares, permitindo a sua classificação por fase de gravidade, tal como especificado no protocolo 2.2.

2.2.2 PROTOCOLO 2.2: UTILIZAR O QUADRO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAR AS PROVAS DIRETAS DE SANEAMENTO E OS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O MESMO

O Quadro Harmonizado baseia a sua classificação principalmente em indicadores de resultados e utiliza fatores contributivos para avaliar o seu impacto, negativo ou positivo, nos resultados.

Quadro 15: Quadro de referência de provas diretas

Nomes de fases	Fase 1 Nenhum/Mínimo	Fase 2 Sob pressão	Fase 3 Crise	Fase 4 Emergência	Fase 5 Catástrofe/fome
Descrição das fases	Os agregados familiares têm capacidade para cobrir os seus necessidades alimentares e não alimentares essenciais sem recorrer a estratégias atípicas ou insustentáveis de acesso aos alimentos e ao rendimento.	Os agregados familiares têm um consumo alimentar minimamente adequado, mas não pode pagar certas despesas não alimentares sem assumir um compromisso nas estratégias de combate ao stress.	Agregados familiares: - têm défices de consumo insegurança alimentar reflectida por desnutrição aguda a níveis normais ou superiores; ou - são marginalmente capazes de satisfazer as suas necessidades alimentares básicas, mas apenas através da alienação de bens de subsistência importantes ou recorrendo a estratégias de resposta a crises.	Agregados familiares: - têm grandes défices de consumo alimentar que se reflectem em níveis muito elevados de desnutrição aguda e mortalidade excessiva, ou - são capazes de reduzir a extensão dos défices alimentares, mas apenas recorrendo a estratégias de sobrevivência de emergência e liquidando os seus activos.	Os agregados familiares sofrem de carências alimentares graves e/ou de outras necessidades básicas, apesar da utilização máxima de estratégias de sobrevivência. São evidentes os níveis críticos de fome, morte, miséria e subnutrição aguda. (Para ser classificado como Fome, um a zona deve registar níveis extremamente críticos de desnutrição aguda e de mortalidade)
Objetivos prioritários de intervenção	Ação necessária para desenvolver o resiliência e reduzir o risco de catástrofes.	Medidas necessárias para reduzir o risco de catástrofes e proteger os meios de subsistência.	Proteger os meios de subsistência e reduzir os défices de consumo alimentar	Salvar vidas e meios de subsistência.	Evitar mortes em grande escala e o colapso total dos meios de subsistência
Consumo alimentar	HDDS : >=5 grupos ¹¹ SCA : Consumo aceitável e estável: Fraco < 5%. HHS : nulo Pontuação = 0 rCSI : 0-3 ¹² HEA : DPME = 0	HDDS : 4 grupos SCA : Consumo aceitável mas em deterioração: Mediocre: 05-10% ou Mediocre + Limite: 15- 30% HHS : baixa Pontuação = 1 rCSI : 4-18 HEA : DPME < 80	HDDS : 3 grupos SCA : Limite de consumo : Mediocre 10-20% ou Mediocre + Limite : ≥ 30% HHS : moderado Pontuação 2- 3 rCSI : ≥ 19 HEA : DPME ≥ 80% ou DS < 20	HDDS : 2 grupos SCA : Baixo consumo : Fraco ≥ 20% HHS : Pontuação severa = 4 rCSI : ≥ 19 HEA : DS ≥ 20% e < 50%	HDDS : 0- 1 grupo SCA : Abaixo do baixo consumo (ND) HHS : muito grave Pontuação = 5- 6 rCSI : ≥ 19 HEA : DS : ≥ 50%
Alterações nos meios de subsistência	Pelo menos 80% dos agregados familiares não implementaram qualquer estratégia de adaptação negativa	Pelo menos 20% dos agregados familiares aplicaram estratégias de luta contra o stress ou estratégias piores e a soma das proporções de crise e de emergência é inferior a 20%.	Pelo menos 20% dos agregados familiares implementaram estratégias para adaptar as suas crise ou pior e a proporção em situação de emergência inferior a 20%.	Pelo menos 20% dos agregados familiares implementaram estratégias de adaptação de emergência	ND
Estado nutricional	Desnutrição aguda global : < 5%. Prevalência IMC <18,5 kg/m² : <5%	Desnutrição aguda global : 5-10%. Prevalência IMC <18,5 kg/m² : 5- 9.9%	Desnutrição aguda global : 10-15%. Prevalência de IMC <18,5 kg/m² : 10-20%	Desnutrição aguda global : 15-30%. Prevalência IMC <18,5 kg/m² : 20-40%	Desnutrição aguda global : ≥ 30%. Prevalência de IMC <18,5 kg/m² : ≥ 40%
Mortalidade	TBM : <0.5/10000/dia TMM5 : ≤1/10,000/dia	TBM : <0.5/10000/dia TMM5 : ≤1/10,000/dia	TBM : 0,5-1/10000/dia TMM5 : 1-2/10 000/dia	TBM : 1-2/10 000/dia OU 2 × referência TMM5 : 2- 4/10 000/dia	TBM : > 2/10 000/dia TMM5 : > 4/10 000/dia

¹¹ Foi definida uma árvore de decisão para ajudar a determinar a fase da SCA (Fig. 11).

¹² Foi definida uma árvore de decisão para ajudar a determinar a fase da AHE (Figura 12).

O sinal **ND** indica que, para certos indicadores do quadro de referência, é difícil determinar um limiar relevante.

É necessário utilizar a regra dos 20% para a classificação dos indicadores de consumo alimentar e de mudança de meios de subsistência. No entanto, esta regra não se aplica à pontuação do consumo alimentar (FCS) e aos indicadores do estado nutricional e da mortalidade.

Quadro 16: Quadro de referência de provas indiretas

Resultados	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
Consumo alimentar	Proxy calórico : ≥ 2400 kcal por pessoa e por dia	Proxy calórico: Entre 2100 e 2400 kcal por pessoa por dia	Calorias de substituição: 1680 a 2100 kcal por pessoa e por dia	¹³ Proxy calórico : < 1680 kcal por pessoa e por dia	Proxies calóricos: NA
Estado nutricional	PB/MUAC: < 5%.				
		PB/MUAC: 5%-10%			
			PB/MUAC: 10%-15%		
				PB/MUAC: >15 ¹⁴	

¹³ Proxy < 1000kcal por pessoa por dia não pode ser utilizado para classificar uma zona

¹⁴ A utilização de dados históricos de peso por altura é necessária e fundamental para determinar a fase a atribuir ao MUAC.

Figura 11: Árvore de decisão para determinar a fase da SCA

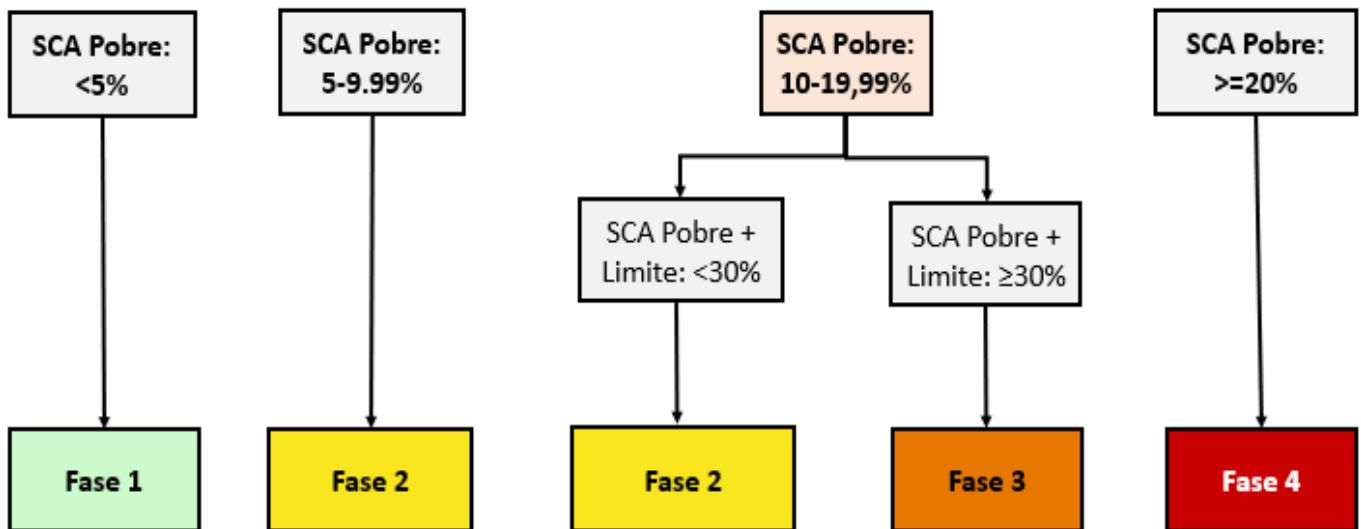
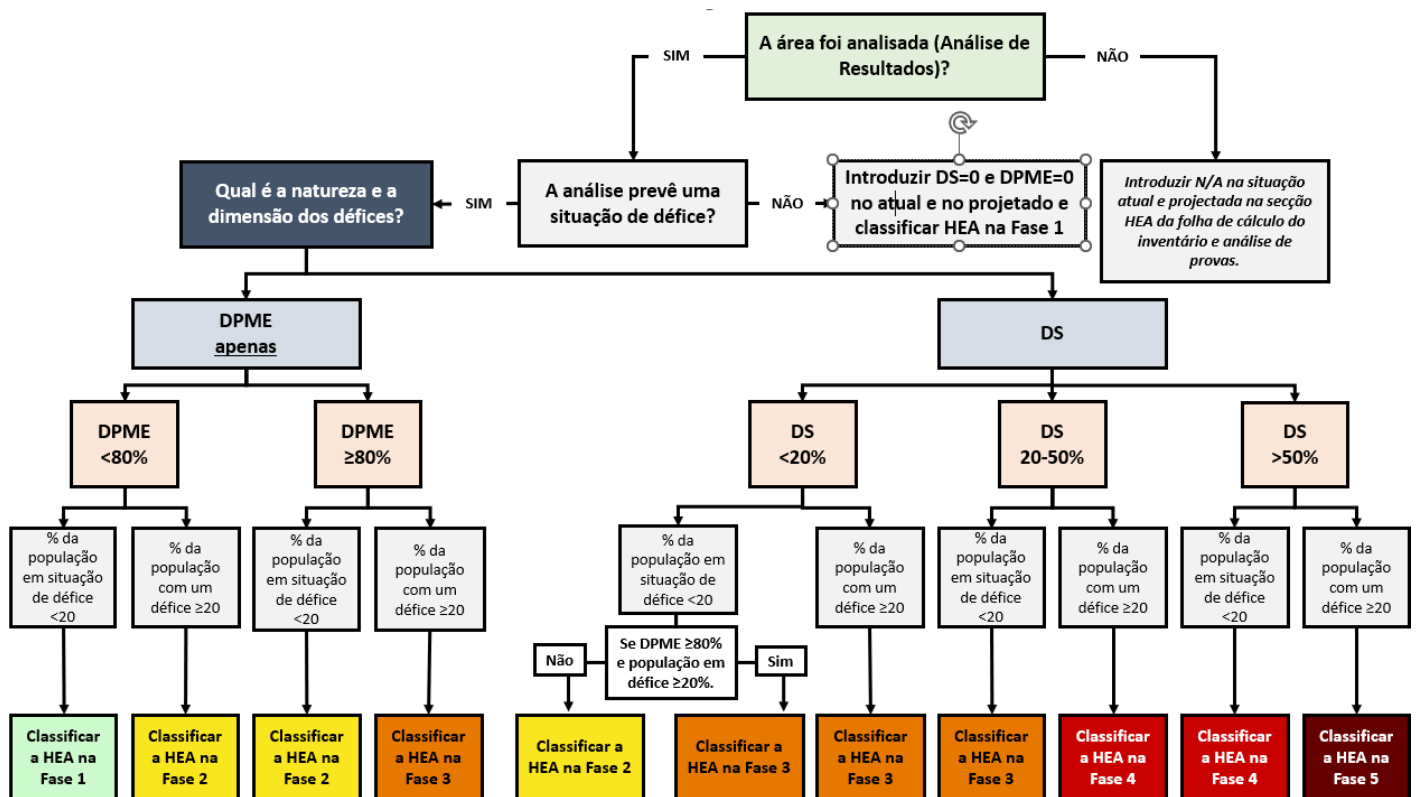


Figura 12: Árvore de decisão para determinar a fase da AHE



2.2.3 PROTOCOLO 2.3: CUMPRIMENTO DOS PARÂMETROS DE ANÁLISE

Os analistas de QH devem respeitar os seguintes parâmetros de análise:

- a definição de insegurança alimentar e nutricional aguda
- informar a ação com objetivos estratégicos a curto prazo
- cumprimento das 5 fases de gravidade da insegurança alimentar e nutricional aguda
- utilização da regra dos 20%
- construir a convergência das provas
- definição das unidades de análise
- a exatidão do período de validade das análises
- determinar a classificação da situação atual e prevista
- identificação das zonas abrangidas pela ajuda alimentar humanitária
- identificar os fatores determinantes e limitativos da RAS.

Insegurança alimentar aguda: Insegurança alimentar observada numa determinada área, num determinado momento e com uma gravidade que ameaça a vida ou os meios de subsistência, ou ambos, independentemente das causas, do contexto ou da duração.

Desnutrição aguda: Desnutrição aguda global expressa pela magreza dos indivíduos e/ou pela presença de edema.

Objetivos da intervenção a curto prazo: Prevenir ou atenuar, a curto prazo, os efeitos da gravidade das crises alimentares e/ou nutricionais suscetíveis de provocar a deterioração dos meios de subsistência e a perda de vidas humanas.

Classificação da gravidade da segurança alimentar e nutricional aguda em cinco fases: o QH adota a classificação da gravidade da insegurança alimentar e nutricional em cinco fases, com base em resultados e indicadores de referência. São elas: Nenhuma/Mínima (fase 1 do QH), Sob Pressão (fase 2 do QH), Crise (fase 3 do QH), Emergência (fase 4 do QH) e Catástrofe/Fome (fase 5 do QH).

Convergência das provas: a convergência das provas é o princípio básico do processo de análise. Durante a análise, os analistas têm de argumentar a sua decisão utilizando provas diretas e indiretas e avaliando os impactos dos fatores que contribuem para os diferentes resultados da segurança alimentar e nutricional.

A convergência das provas consiste em reforçar o quadro analítico e utilizar o quadro de referência para efetuar uma análise aprofundada e crítica das provas no seu contexto, validade e temporalidade, com o objetivo de chegar a um consenso sobre a fase de gravidade de cada resultado da segurança alimentar e nutricional. A análise das provas, que é efetuada num processo participativo e inclusivo, deve conduzir a um consenso baseado em pareceres técnicos bem documentados.

Para classificar as zonas, os analistas devem ter em conta todos os resultados (Consumo Alimentar, Evolução dos Meios de Subsistência, Estado Nutricional e Mortalidade), bem como os impactos identificados dos fatores determinantes (perigos e vulnerabilidade) e dos fatores limitantes (as quatro dimensões da segurança alimentar). A classificação basear-se-á na regra dos 20% e na utilização da Quadro de referência, que é essencial para a classificação de uma área.

Regra dos 20%: Uma zona é classificada numa fase específica quando pelo menos 20% da sua população se encontra nessa fase ou numa fase mais grave.

Unidade(s) de análise: a unidade de análise é determinada pelo nível de representatividade dos dados disponíveis e pela necessidade de ligar os níveis de informação e de decisão. Existem duas abordagens principais de classificação, que podem ser independentes uma da outra ou apoiar-se mutuamente: a análise ao nível da área e a análise por grupos de agregados familiares ou populações.

Em termos de área, a unidade de análise pode ser uma zona de subsistência, uma unidade administrativa ou um agrupamento de unidades administrativas. Embora o terceiro nível administrativo continue a ser o ideal, tal não impede que a análise seja efetuada a escalas geográficas mais descentralizadas, em função da disponibilidade de provas, ou mesmo a nível de grupos de agregados familiares. Apresentam-se a seguir as unidades administrativas de análise selecionadas pelo QH:

- Primeiro nível administrativo correspondente ao esboço do país, nível 0 (N0),
- O segundo nível administrativo corresponde ao nível 1 (N1),
- O terceiro nível administrativo corresponde ao nível 2 (N2),
- O quarto nível administrativo corresponde ao nível 3 (N3).

Além disso, em função da situação dos dados disponíveis, dependendo, por exemplo, de planos de amostragem ou de bases estatísticas fiáveis, alguns países agrupam unidades administrativas. Nestes casos, o consenso determina o nível administrativo da zona a analisar, em conformidade com a descrição anterior. Idealmente, quanto mais baixo for o nível administrativo da zona, melhor será a capacidade dos analistas para fornecerem informações pormenorizadas que ajudem a tomar melhores decisões.

Em termos de grupos de agregados familiares ou de população, a análise é efetuada considerando grupos relativamente homogêneos em termos de resultados de segurança alimentar, com base numa vasta gama de fatores, tais como condições sociais e económicas, meios de subsistência, exposição a choques, etc. Todos os grupos de agregados familiares numa área podem ser classificados, ou simplesmente um subconjunto deles. Todos os grupos de agregados familiares numa área podem ser classificados, ou simplesmente um subconjunto deles. No entanto, a análise de populações específicas é efetuada numa determinada área geográfica ou em campos de deslocados internos.

Períodos de validade das análises atuais e projetadas :

Para a análise da situação atual, foram definidos dois períodos, em conformidade com os ciclos de consulta do PREGEC:

- Para o ciclo outubro/novembro: outubro a dezembro
- Para o ciclo fevereiro/março: março a maio

As análises previsionais são geralmente elaboradas para a estação magra, que decorre de junho a agosto. Esta projeção é estabelecida durante o ciclo de outubro/novembro e depois atualizada durante o ciclo de fevereiro/março. Assim, o período de validade da situação projetada é de junho a agosto para os dois ciclos habituais do QH.

A título excecional, se necessário e a pedido dos países ou dos seus parceiros, pode ser efetuada outra ronda de análise. No entanto, tal requer a disponibilidade de novos dados que evidenciem alterações significativas na situação alimentar e nutricional já estabelecida. Neste caso excecional, os períodos de validade das novas situações atuais e projetadas são definidos por consenso.

Classificação das situações atuais e previstas

A classificação da situação atual baseia-se nas condições reais, independentemente das causas, do contexto ou da duração. Para efeitos de alerta precoce, a análise da situação projetada descreve o cenário mais PROVÁVEL num determinado momento futuro.

Uma área com uma projeção pode ser atualizada com base nos fatores contributivos mais recentes se não existirem resultados disponíveis para analisar a situação atual.

Identificação das zonas que recebem ajuda alimentar humanitária

- **Para a classificação atual** : Identificar as zonas que receberam assistência alimentar humanitária significativa na classificação
- **Para a classificação projetada**: Tal como na situação atual, a análise da situação projetada inclui igualmente todos os fatores de atenuação mais prováveis, incluindo os efeitos atenuantes da ajuda alimentar humanitária. A assistência a incluir na análise deve ser planeada, financiada ou suscetível de ser financiada e suscetível de ser prestada. Especificamente:
 1. Assistência planeada: deve estar disponível um plano escrito e aprovado.
 2. Financiada ou suscetível de ser financiada: a assistência já foi financiada ou foram prometidos ou autorizados os fundos necessários.

NB: A assistência recentemente planeada ou objeto de recurso não deve ser incluída na análise. Se as agências tiverem apresentado recursos formais e, embora esperem receber pelo menos algum financiamento, tal não tiver sido confirmado, a assistência não deve ser incluída nas análises.

Identificação dos fatores determinantes e limitativos

Os fatores determinantes são geralmente os principais fatores que afetam a segurança alimentar e nutricional e podem ser encontrados na secção "riscos e vulnerabilidade" do quadro analítico do QH.

Ao identificarem os principais choques e vulnerabilidades que afetam as condições atuais, os analistas podem também indicar os principais fatores suscetíveis de promover uma insegurança alimentar e nutricional aguda.

Os fatores que limitam a insegurança alimentar são analisados determinando que combinação de fatores relacionados com a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade impede as pessoas de terem segurança alimentar.

[illegible]

Sub-etapa 1-B: Análise do contexto

O preenchimento do quadro 1.B é a segunda tarefa do inventário de provas. Permite aos analistas situar o contexto atual da zona analisada. É preenchido passo a passo, especificando, em primeiro lugar, o país, os diferentes níveis administrativos a que pertence a unidade analisada e o período do ciclo de análise. Na segunda parte do quadro 1-B, os analistas devem fornecer uma breve descrição das características ecológicas e socioeconômicas da unidade de análise. Em seguida, é-lhes pedido que indiquem se a zona é acessível, restrita ou inacessível. Se a ajuda alimentar humanitária tiver sido prestada nos últimos três meses ou estiver atualmente a ser prestada na zona, tal deve também ser indicado. Em seguida, acrescentar a população atual (estimada no final de abril do ano de consumo alimentar (outubro do ano a setembro do ano n+1) da unidade administrativa de nível 2. Finalmente, com base em dados de arquivo (resultados antigos do QH para a unidade em causa), especificar a classificação atribuída a esta zona durante os últimos três (3) ciclos do QH para o mesmo período.

Quadro 1-B: Análise do contexto da zona

ETAPA 1, QUADRO 1-B - Análise do Contexto da Zona				Período de análise:		Atual	Projetado
				Característica geral da área			
1º Nível administrativo				Acessível		Principais choques que afetam a área	
2º Nível administrativo	População total		Acessibilidade limitada/parcial				
3º Nível administrativo				Não acessível			
Data do ciclo				Ação humanitária			
Recuperação da classificação QH da zona				3 últimos Ciclos do mesmo período		mês ano n-1	mês ano n-2
				Situação atual (mês)	Fase da zona		
				Situação Projetada	Fase da zona		
Fatores	Zonas de Meio de subsistência	Descrição geral da situação de referência da zona - elementos característicos habituais	Breve descrição da situação cíclica do período de análise	Distribuição das categorias de famílias da zona em %			
				Muito pobres	Pobres	Médias	Ricas
Caracterização do contexto cíclico da zona	ZM1	Breve descrição da área de médias existência da unidade de análise	Absorver possíveis choques incomuns que possam afetar as condições de segurança alimentar e nutricional	%	%	%	%
	ZM2	Breve descrição da área de médias de existência da unidade de análise	Idem	%	%	%	%
	ZM3	Breve descrição da área de médias de existência da unidade de análise	Idem	%	%	%	%
	ZM4	Breve descrição da área de médias de existência da unidade de análise	Idem	%	%	%	%
	SEM-ZME	Breve descrição da unidade de análise em caso de ausência de corte por zona dos meios de existência	Idem	%	%	%	%
Observações							
Dar em caso de necessidade outros detalhes sobre a área							
Idem							
Idem							
Idem							

São enumerados os principais choques que afetaram significativamente a zona. Se a área tiver uma descrição das zonas de subsistência, cada zona deve ser brevemente descrita como se mostra no Quadro 1-B. Se não existir uma zona de meios de subsistência, é solicitada uma descrição global das características ecológicas e socioeconômicas gerais da unidade administrativa analisada.

2.2.4 PROTOCOLO 2.4: AVALIAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÕES DE FIABILIDADE DAS PROVAS

Os analistas devem consultar a Quadro de temporalidade (caixa 8) e as condições de utilização dos dados durante a análise (Quadro 17) e a grelha que indica os critérios de fiabilidade das provas. Esta grelha separa os dados recentes dos dados antigos com uma sugestão de temporalidade e condições de utilização das provas, resultados e fatores contribuintes.

Caixa 8: Calendário das provas

Quadro 17: Calendário e condições de utilização dos elementos

Tempo	Duração	Utilização		Código
		Resultados	Fatores contributivos	
Muito recente ou atual	<=3 meses	Sim	Sim	T3
Recentes	3-6 meses	Sim	Sim	T2
Antigo	+ 6 meses	Não	Sim	T1

NB: *sem sair do período anterior ao da análise atual

- **T 3:** temporalidade habitual indiscutível a utilizar prioritariamente para fornecer indicações sobre os resultados e os fatores que contribuem para a análise.
- **T 2:** dados com um período de tempo aceitável que podem ser utilizados para tirar conclusões sobre os resultados e os fatores que contribuem para a RAS.
- **T 1:** dados antigos que não podem ser utilizados para informar os resultados da RAS. No entanto, estes dados devem ser considerados **1) para a análise dos fatores contribuintes, a fim de determinar o seu impacto nos resultados da RAS e 2) nas condições definidas pelos protocolos especiais.**

A recolha de provas e o preenchimento dos quadros (1.A, 1.B, 1.C, 1.D) devem ser concluídos com bastante antecedência em relação ao seminário de análise. O departamento de coordenação do CNA, em colaboração com todas as partes interessadas, é responsável por estas tarefas, através da criação de um pequeno grupo de várias partes interessadas. As provas devem provir dos serviços técnicos governamentais, das agências das Nações Unidas (ONU), das ONG, dos institutos de investigação, etc. O Quadro de inventário das fontes de provas é atualizada regularmente à medida que os dados dos vários parceiros são validados e ficam disponíveis. Isto reduz a carga de trabalho imediatamente antes e durante o workshop.

Sub-etapas 1-C e 1-D - Inventário de provas

Lembre-se que deve haver tantos quadros de inventário de provas (1-A, 1-B, 1-C, 1-D) quantas as áreas que estão a ser analisadas. Por exemplo: se a análise abranger n departamentos, será necessário o mesmo número de ficheiros, cada um contendo os 4 quadros de inventário de provas diferentes preenchidos com dados específicos de cada entidade. Contudo, algumas provas podem ser idênticas em várias das entidades analisadas se forem representativas a um nível mais elevado do que o da análise (zona de meios de subsistência, comuna, departamento, região, país).

Caixa 9: Orientações para o inventário de provas sobre fatores contributivos

Com base nos dados disponíveis para todos os fatores contributivos e indicadores de resultados, completar o quadro classificando os dados por elemento do quadro analítico do Quadro Harmonizado ao terceiro nível administrativo, se possível, ou a nível administrativo, consoante a disponibilidade de dados. A lista de dados deve ser tão exaustiva quanto possível. No entanto, algumas provas de fatores contributivos podem ser qualitativas ou provenientes de fontes não científicas (meios de comunicação social, debates, etc.).

Inventário de provas sobre os fatores contributivos e atribuição de um índice de fiabilidade

Para preencher o Quadro 1-C do Inventário das Provas dos Fatores Contributivos, siga as instruções dadas na secção envernizada no topo do quadro, como se segue:

1. Na primeira secção do quadro, inserir o nome da região de análise, o nome da unidade administrativa de nível 2 e o período analisado.
2. Especificar a data do ciclo de análise
3. Em seguida, para cada elemento de prova, especificar :
 - Coluna 2: Inserir o número de referência do elemento de prova; Numeração sequencial a atribuir a cada elemento de prova na etapa 1.A. A informação para as colunas (fontes, data de recolha, data de publicação e nível de representatividade e temporalidade) será apresentada automaticamente.
 - Coluna 7: Especificar as provas inventariadas (*por exemplo, inundações que afetam 20 000 agregados familiares com perda total da produção, dos animais e das habitações em todo o departamento*);
 - Coluna 8: Identificar e registar o nível administrativo para o qual os elementos de prova estão disponíveis: primeiro nível administrativo = 0,2° nível = 1 ou 3° nível = 2. (*Por exemplo, os preços no mercado provincial aumentaram 200% em relação ao mesmo período do ano passado e 60% em relação à média de cinco anos (N = 2)*);
 - Coluna 9: especificar a validade dos elementos de prova (V1, V2, V3)
 - Coluna 10: indicar o prazo para cada uma das provas (T1, T2, T3);
 - Coluna 11: Índice de fiabilidade: Trata-se de atribuir um índice de fiabilidade às provas. Esta pontuação é determinada de acordo com os critérios definidos na Casa 13 (Validade e temporalidade);

Por último, identificar a pontuação de fiabilidade das provas inventariadas por referência aos critérios estabelecidos na Quadro 18.

Quadro 1-C: Inventário de provas dos fatores contributivos e atribuição de uma pontuação de fiabilidade

ETAPA 1, TABELA 1-C – INVENTÁRIO DE PROVAS dos Fatores Contributivos										
1º Nível administrativo		0								
2º Nível administrativo		0								
3º Nível administrativo		0								
Data do ciclo		#####								
Inventário das provas disponíveis sobre os fatores contributivos										
Fatores	Transferir o número de referência	Fonte	Data de recolha dos dados	Breve descrição da metodologia	Data de publicação ou partilha	Descrição da Prova	Nível de representatividade (N0, 1,2,3)	Validade (V1, V2, V3)	Temporalidade (T1, T2, T3)	Pontuação de confiabilidade
Perigo e Vulnerabilidade	1	Boletim informativo mensal	out/18	Sistema de informação sobre o mercado dos produtos alimentares básicos/Recolha semanal de preços a nível municipal	dez/18	W01_Principais_choques_Pr eços_dos_alimentos_excep cionalmente_elevados--- 41,03			T2	Esta pontuação é determinada em função dos critérios definidos no quadro 13 (Validade e temporalidade)
	1	Buletin de precipitação						V-nu	T1	F0
Disponibilidade										
Acessibilidade										
Utilização, incluindo o acesso à água potável										
Estabilidade										

NB: Para completar o quadro de inventário de provas, o analista deve dispor de todos os dados disponíveis ou provas recolhidas e do quadro de referência dos critérios de fiabilidade. Este quadro ajudará o analista a organizar os dados de acordo com a natureza dos indicadores de resultados ou dos fatores contributivos considerados.

Caixa 10: Critérios para determinar a validade das provas

Para obter provas dos inquéritos presenciais sobre a RAS

- **V3 validade elevada:** provas derivadas de um inquérito estatisticamente representativo de uma amostra de, pelo menos, 150 agregados familiares distribuídos por, pelo menos, 15 agrupamentos/estratos, utilizando uma metodologia rigorosa e cientificamente aceite cujos resultados tenham sido validados por consenso.
- **V2 validade média:** provas derivadas de dados provisórios/preliminares de inquéritos de metodologias aceitáveis que cumpram os requisitos estatísticos, dados reanalisados, séries históricas de dados de inquéritos, no mínimo, de uma amostra de, pelo menos, 100 agregados familiares em, pelo menos, 10 agrupamentos/estratos.
- **V1 validade baixa:** provas provenientes de inquéritos a uma amostra de, pelo menos, 50 agregados familiares.
- **V-nu:** provas provenientes de metodologias não confirmadas, provas provenientes de fontes que não cumprem as normas de amostragem, de fontes duvidosas ou não especificadas.

Para obter dados de inquéritos telefónicos sobre o SA

- **V3 validade elevada:** Provas de um inquérito estatisticamente representativo de uma amostra de, pelo menos, 150 agregados familiares selecionados aleatoriamente numa área em que a proporção de agregados familiares com um telefone em funcionamento é superior ou igual a 80% ($\geq 80\%$).
- **Validade média V2:** Prova obtida a partir de um inquérito estatisticamente representativo de uma amostra de, pelo menos, 100 agregados familiares selecionados aleatoriamente numa área em que a proporção de agregados familiares com um rendimento familiar superior ou igual a 60% ($\geq 60\%$).
- **V1 baixa validade:** Provas de um inquérito estatisticamente representativo de uma amostra de, pelo menos, 50 agregados familiares selecionados aleatoriamente numa área em que a proporção de agregados familiares com um telefone em funcionamento é superior ou igual a 40% ($\geq 40\%$).
- **V-nu:** Provas de inquéritos telefónicos na área do inquérito em que a proporção de agregados familiares com um telefone em funcionamento é inferior a 40% e quaisquer outros dados que não satisfaçam as condições acima referidas (V1, V2 e V3).

Para provas provenientes de inquéritos nutricionais (SMART, EDS, MICS)

- **V3 validade elevada:** provas de inquéritos estatisticamente representativos que utilizem uma metodologia rigorosa e cientificamente aceite com, pelo menos, 25 agrupamentos/estratos e 200 crianças cujos resultados tenham sido validados com uma pontuação de plausibilidade excelente ou boa.
- **V2 validade moderada:** provas de dados provisórios/preliminares de inquéritos com metodologias aceitáveis que cumpram os requisitos estatísticos numa amostra de, pelo menos, 150 crianças distribuídas em, pelo menos, 20 grupos/estratos, dados reanalisados (pelo menos, 5 grupos de admin1 a admin2), séries históricas de dados de inquéritos e um com uma pontuação de plausibilidade aceitável.
- **V1 validade baixa:** provas provenientes de fontes que utilizam metodologias questionáveis ou que não cumprem as normas de amostragem representativa à escala das unidades de análise com, pelo menos, 100 crianças e uma pontuação de plausibilidade problemática.
- **V-nu:** provas provenientes de metodologias não confirmadas, provas provenientes de fontes que não cumprem as normas de amostragem, de fontes duvidosas ou não especificadas.

Caixa 11: Informações sobre a atribuição de índices de fiabilidade das provas**Quadro 18: Índice de fiabilidade das provas**

T \ V	T3	T2	T1
V3	F3	F2	F1
V2	F2	F2	F1
V1	F1	F1	FO
V-nu	FO	FO	FO

T = tempo

V =

A fiabilidade das provas é medida em quatro escalas determinado de acordo com a validade e a temporalidade das provas disponíveis durante a análise. Os diferentes níveis de fiabilidade das provas são : F0, F1, F2 e F3.

Determinar a fiabilidade das provas sobre nutrição devem respeitar as indicações fornecidas sobre a qualidade dos dados provenientes dos diferentes métodos de recolha de dados (SMART, sítios sentinela, inquéritos rápidos, etc.),

- F 3: elevada fiabilidade, dados que podem ser utilizados para avaliar os resultados e os fatores contribuintes
- F 2: Fiabilidade média, dados que podem ser utilizados para avaliar os resultados e os fatores que contribuem para os mesmos
- F 1: baixa fiabilidade, os dados só podem ser utilizados para avaliar os fatores contribuintes

Inventário de provas sobre os resultados e atribuição de um índice de fiabilidade

O inventário das provas dos resultados da RAS é inicialmente efetuado da mesma forma que para os fatores contribuintes no que respeita ao cabeçalho do quadro e às primeiras seis colunas. O quadro 1-D ajuda os analistas a efetuar o inventário, seguindo as indicações dadas.

	Resultados da RAS	Provas diretas ¹⁵	Provas indiretas ¹⁶
Resultados primários	Consumo alimentar	SDAM	Proxies calóricos integrados (cereais, tubérculos, leguminosas, produtos animais e de peixe, produtos florestais não lenhosos)
		SCA	
		HHS	
		rCSI	
		HEA: DPME e DS	
Resultados secundários	Alterações nos meios de subsistência	Índice de estratégias de adaptação baseadas nos meios de subsistência (ISAME)	
	Estado nutricional	GAM	MUAC
		IMC	
	Mortalidade	TBM	
		TMM5	

¹⁵ As provas diretas são informações que fornecem informações precisas e diretas sobre o estado de um resultado de segurança alimentar e nutricional. Estes são os indicadores no quadro de referência para os 4 resultados da segurança alimentar no quadro 15.

¹⁶ Provas indiretas são provas que podem ser utilizadas para aproximar o nível de provas diretas dos resultados de segurança alimentar e nutricional. Não medem diretamente, mas fornecem provas "indicativas" destes resultados e podem ser utilizados para inferir os resultados (quadro 16).

Caixa 12: Definição de prioridades na utilização de dados nutricionais

Os resultados das análises do CPI MA: Recomenda-se que os resultados do CPI MNA sejam integrados no ciclo de análise do QH que se seguirá diretamente ao CPI MNA, tendo em conta a fase de classificação do resultado nutricional e as conclusões sobre os grupos de fatores contributivos.

Inquéritos nutricionais SMART: Os inquéritos SMART são rápidos, simples e normalizados. Utilizam as melhores práticas de recolha de dados antropométricos de crianças e mulheres. Os inquéritos SMART fornecem estimativas de subnutrição com um elevado nível de fiabilidade que é internacionalmente comparável. Os inquéritos SMART são validados através de um processo nacional e regional que permite a comparação entre regiões e países.

Os inquéritos sobre parcelas inteligentes só devem ser utilizados nas zonas por eles abrangidas e apenas se tiverem sido validados pelo país e pelos seus parceiros.

Outros inquéritos (ENSAN, EFSAN, EBSAN, AGVSAN, MICS, EDS, inquéritos demográficos ou de segurança alimentar que incluam indicadores nutricionais úteis para a análise da QH). Os resultados destes inquéritos devem ser validados pelos serviços técnicos de nutrição ou pelo grupo de trabalho sobre nutrição existente na maioria dos países.

Os sítios sentinela podem fornecer dados em termos de MUAC/Perímetro braquial (PA) ou em termos de P/T. Os dados dos locais sentinela devem ser submetidos a um controlo de qualidade (preferência digital, desvio-padrão, distribuição etária e proporção entre os sexos) por estruturas nacionais com as competências necessárias antes do ciclo de análise. Nos sítios sentinela, é geralmente o PB que é recolhido durante estes inquéritos. Os critérios de aceitabilidade dos dados dos sítios sentinela para o QH são descritos em mais pormenor no **Apêndice 3**.

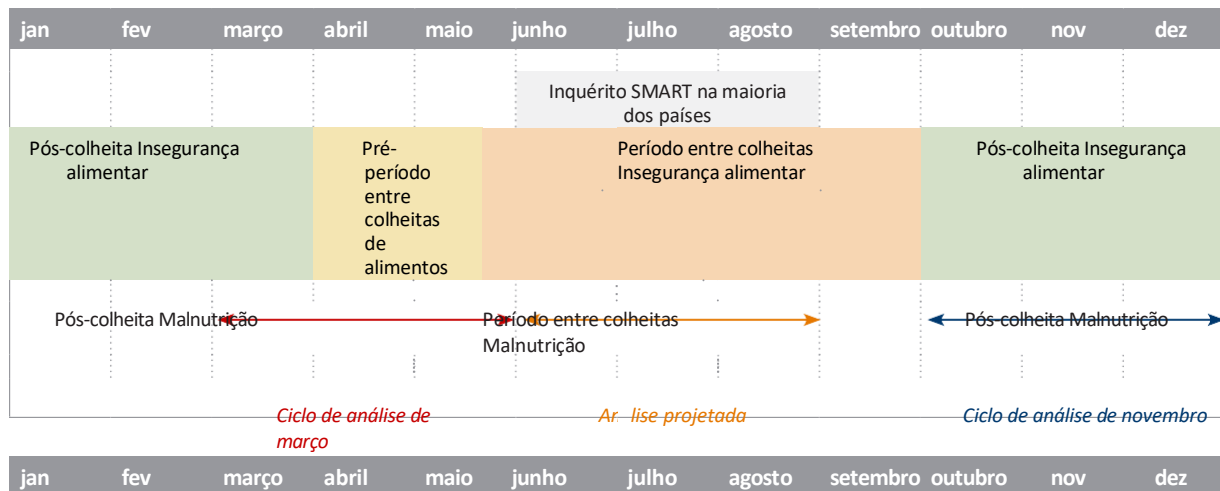
A última coluna (Pontuação de fiabilidade) deve ser preenchida com referência a indicações estabelecidas da fiabilidade das provas, particularmente para os resultados primários (consumo de alimentos e alterações nos meios de subsistência). Para os resultados secundários (Estado nutricional e Mortalidade) são fornecidas orientações adicionais na Figura 13 (Sazonalidade dos dados nutricionais), Figuras 14, 15 e 16 (Diagramas de decisão) e Quadro 19 (Pontuação de fiabilidade dos dados nutricionais e de mortalidade). Dada a particularidade e a complexidade que envolve a utilização de dados sobre nutrição, este manual fornece orientações adicionais aos analistas para que compreendam melhor o processo de análise deste tipo de dados.

Em particular, as provas em matéria de nutrição devem respeitar os critérios de qualidade definidos (caixa 12). Estes critérios respondem às exigências estatísticas e metodológicas para garantir a qualidade dos dados fornecidos pelos diferentes sistemas de recolha. A fim de alinhar a produção de informação nutricional com as normas do QH, será implementado progressivamente um plano de reforço das competências técnicas dos gestores nacionais e regionais, de modo a garantir o respeito generalizado da qualidade dos dados gerados nos países.

Temporalidade e sazonalidade dos dados nutricionais :

A sazonalidade da subnutrição compreende duas estações: a estação magra e a estação pós-colheita. Considerando que a época de carência nutricional decorre de abril a setembro na maioria dos países do Sahel, não corresponde inteiramente às três épocas de insegurança alimentar (época de fome de junho a setembro; época de colheita/pós-colheita de outubro a março e época de pré-fome de abril a maio).

Figura 13: Sazonalidade dos dados sobre nutrição nos países do Sahel



NB (acima): Os inquéritos realizados entre abril e setembro fornecem dados representativos do período "entre colheitas", enquanto os inquéritos realizados entre outubro e março fornecem dados representativos do período de "colheita e pós-colheita".

A árvore de decisão abaixo deve ser utilizada para orientar os analistas na tomada da decisão correta com base nas fontes de dados.

Figura 14: Gráfico de decisão sobre a utilização de dados nutricionais para o ciclo outubro-novembro.

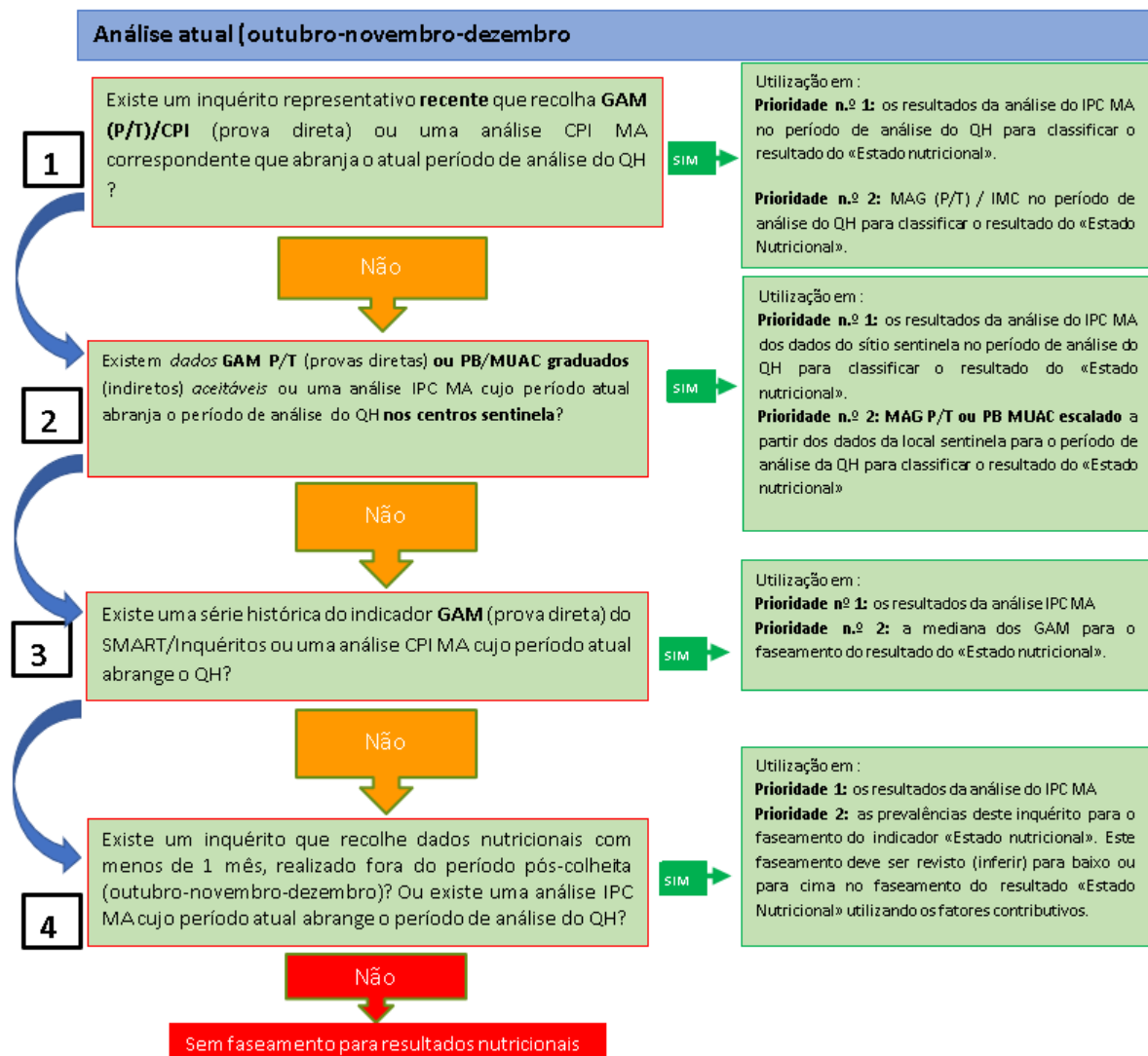


Figura 15: Gráfico de decisão sobre a utilização de dados nutricionais para o ciclo fevereiro-março

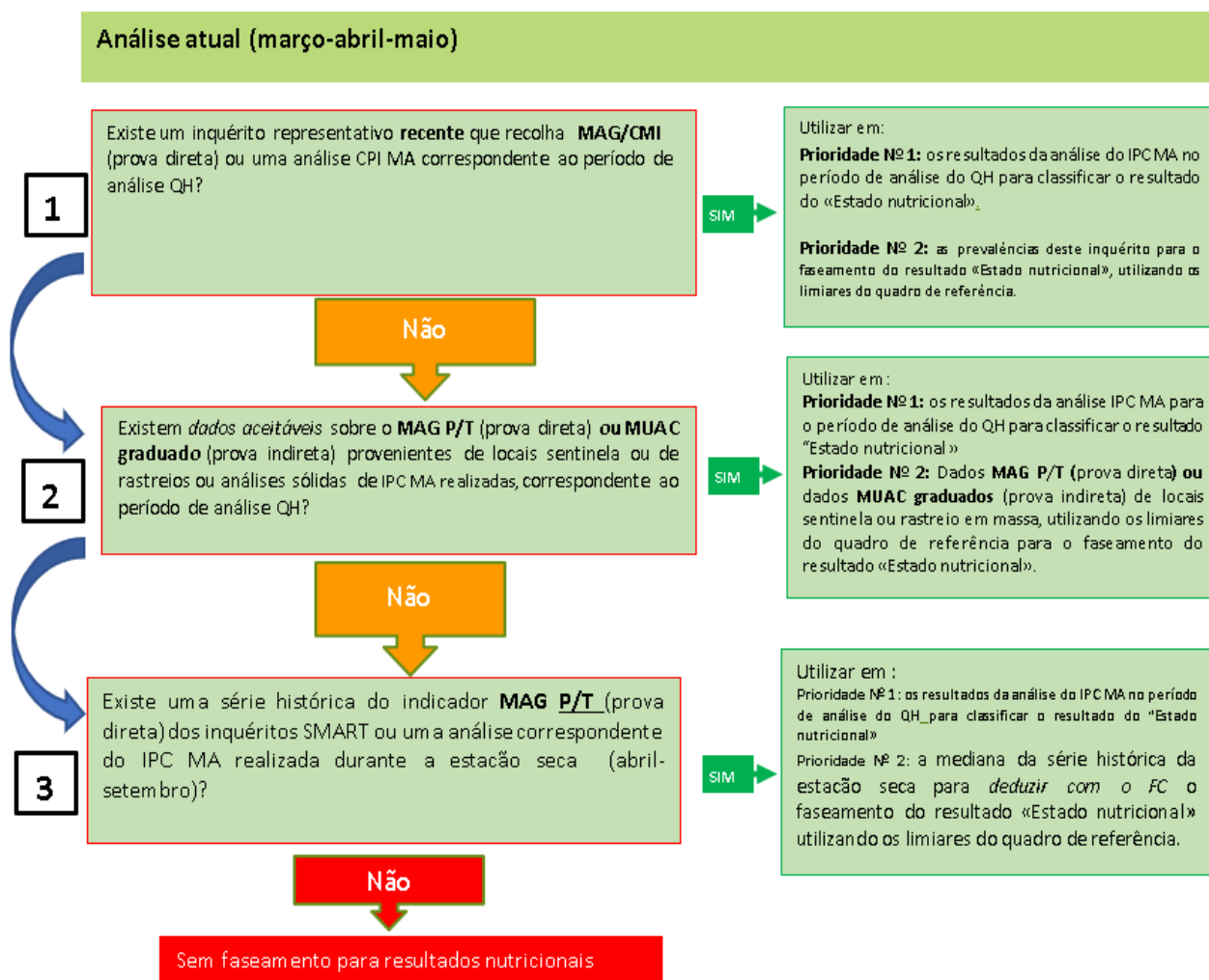
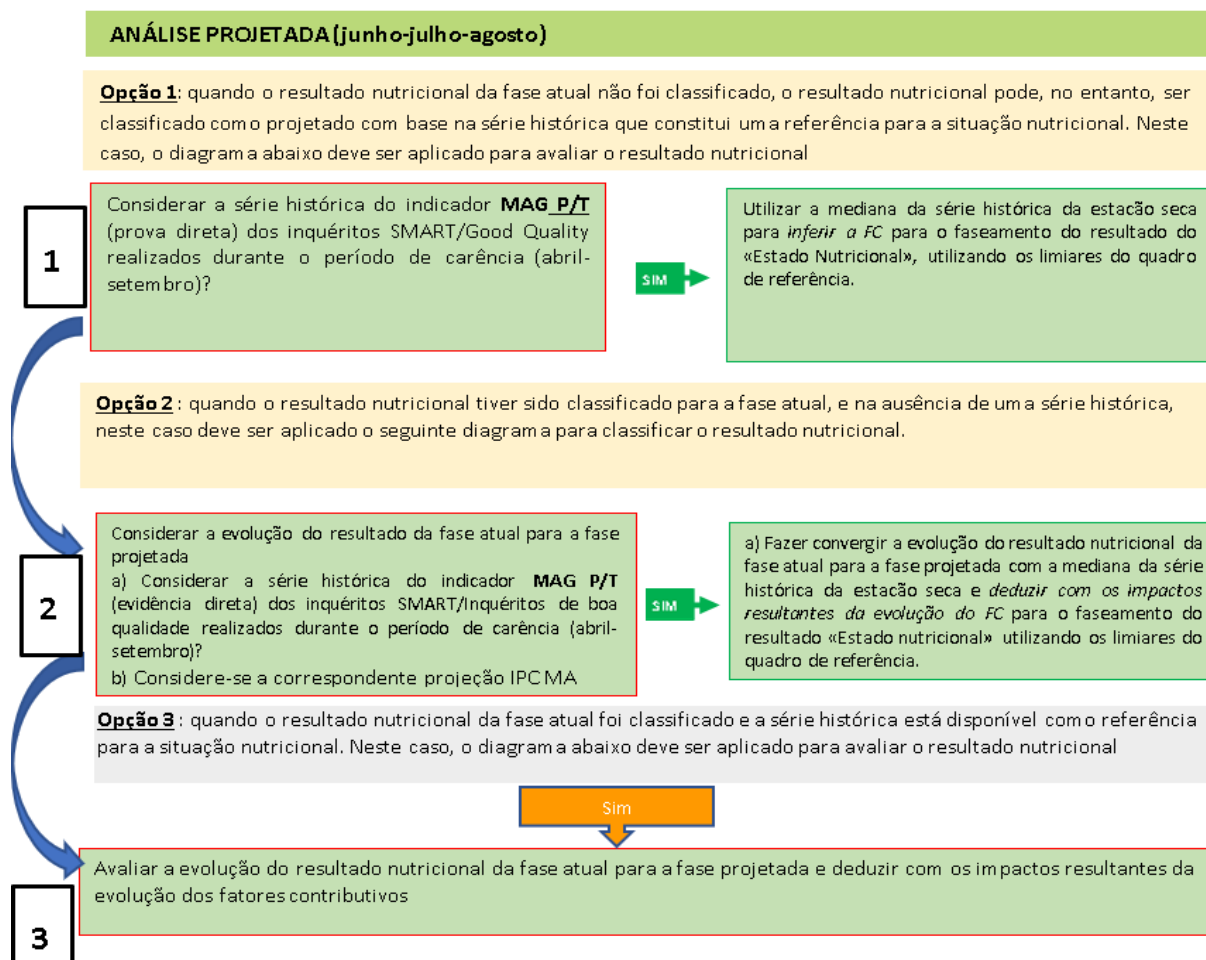


Figura 16: Gráfico de decisão sobre a utilização de dados nutricionais para a situação projetada



Instruções para a utilização das análises IPC MNA

Quando uma análise MNA IPC tiver sido efetuada antes do ciclo QH :

- Utilizando a figura 13 (página 53), verificar se o período dos resultados do CPI NAM corresponde ao período de análise do atual QH e USE a classificação do resultado do Estado Nutricional e as conclusões retiradas da análise do CPI NAM.
- Quando é realizado um novo inquérito nutricional e os dados deste inquérito não foram utilizados na análise anterior do IPC-MNA, a prevalência do GAM será utilizada para a classificação do indicador nutricional. Além disso, as conclusões da análise dos fatores contribuintes do IPC-NAM anterior serão tidas em conta para a classificação do resultado do estado nutricional.
- Se estiverem disponíveis fatores contributivos recentes não utilizados na análise do IPC NAM (IPC NAM mais recente) sobre o consumo de alimentos ou a morbilidade (por exemplo, diversidade alimentar, dieta mínima, diarreia, febre, IRA em crianças, etc.), ANALISAR o impacto destes fatores contributivos na pontuação nutricional. Caso contrário, considerar a classificação IPC MNA para o faseamento do resultado do estado nutricional.

Quadro 19: Índice de fiabilidade (validade e temporalidade) para os indicadores de nutrição e mortalidade

*Pontuação de fiabilidade nutricional (Fiabilidade = Validade e Temporalidade)	Validade	Tempo		
		T3	T2	T1
Inquéritos (P/T ou IMC) (por exemplo, SMART, MICS, EDS, inquérito SA, etc.)/ Resultados da análise CPI AMN	V3	F3	F2	F1
Inquéritos (PB/MUAC em mm - contínuo) (por exemplo, inquérito SA, etc.)	V2	F2	F2	F1
Sítios sentinela comunitários (P/T ou PB/MUAC em mm)	V2	F2	F2	F1
Rastreio exaustivo (P/T ou PB/MUAC em mm - contínuo, ou a cores com efeito de grande número) :	V2	F2	F2	F1
Dados de inquéritos reanalisados (por exemplo, SMART regional reanalisado a nível departamental)	V2	F2	F2	F1
Séries históricas retrospectivas (por exemplo, dados de inquéritos recolhidos na mesma época)	V2	F2	F2	F1
Sítios sentinela sanitários/de rastreio num ponto fixo (P/T. ou PB/MUAC mm-contínuo)	V1	F1	F1	F0
Dados sobre as admissões no programa de nutrição (por exemplo, dados de admissão PCIMAS)	V1	F1	F0	F0

***VER PARTE "FONTE DOS INDICADORES DE NUTRIÇÃO"**: Critérios de qualidade para diferentes tipos de dados (Inquéritos, Locais Sentinela, Rastreio, Reanálises e Séries Históricas).

FO = Não utilizável

NOTAS :

1. Se os dados antropométricos recolhidos com o MUAC forem validados com reservas, a validade deve ser reduzida de V2 para V1 ou não ser utilizada de todo na análise.
2. Ao classificar as várias pontuações de fiabilidade F2, deve ser dada prioridade aos aspetos de validade, tendo em conta o período de tempo envolvido
3. As pontuações de fiabilidade F1 não podem ser utilizadas para classificar o estado nutricional, mas podem ser consideradas como fatores contributivos.

Critérios de validade dos dados do sítio-sentinela para o QH	Validade
Zona AGRÍCOLA E AGROPASTORAL: ≥ 300 crianças selecionadas aleatoriamente por unidade de análise e ≥ 4 locais por unidade de análise (mínimo de 4 locais e mínimo de 300 crianças)	V3
Zona PASTORAL: ≥150 crianças no total por unidade de análise + ≥3 locais por unidade de análise (mínimo de 3 locais mas ≥150 crianças)	V2
Zona AGRÍCOLA E AGROPASTORAL: <4 locais e/ou <300 crianças no total	V2
Zona PASTORAL: < 3 locais e/ou < 150 crianças no total	V2

Com base nas diferentes indicações dadas acima, o quadro 1-D é assim completado com referência aos dados disponíveis nas fontes enumeradas no quadro 1-A. No entanto, a determinação do índice de fiabilidade é objeto de uma discussão entre os analistas, a fim de assegurar a boa compreensão das informações técnicas fornecidas no presente manual. Em caso de mal-entendido, os analistas recorrem sempre aos facilitadores para esclarecer as incertezas antes de concluírem sobre a fiabilidade das provas.

Quadro 1-D: Resultados do inventário de provas e atribuição de pontuação de fiabilidade

ETAPA 1, TABELA 1-D- INVENTÁRIO DE PROVAS de Resultado

1º Nível administrativo

inilha_CH_20.xlsm

2º Nível administrativo

inilha_CH_20.xlsm

3º Nível administrativo

inilha_CH_20.xlsm

Data do ciclo

inilha_CH_20.xlsm

Inventário das provas disponíveis sobre os Indicadores de Resultado

Fatores	Nº	Fonte	Data de recolha dos dados	Breve descrição da metodologia	Data de publicação ou partilha	Descrição e valor da prova					Nível de representatividade (N0, 1,2,3)	Validade (V1, V2, V3)	Temporalidade (T1, T2, T3)	Pontuação de confiabilidade	
Consumo de alimentos						SCA	Valor	4	3	1	1	1			
						HDDS									
						HHS									
						rCSI									
						HEA	Tipo de detalhe								
							DPME	%Pop DPME	DS	%Pop DS					
							Zona 1 (correndo)								
							Zona 1 (projectada)								
							Zona 2 (correndo)								
							Zona 2 (projectada)								
Evolução dos meios de subsistência							Zona 3 (correndo)								
							Zona 3 (projectada)								
							Zona 4 (correndo)								
							Zona 4 (projectada)								
						Proxy calórico									
						ISAME (índice de estratégia de adaptação baseado em meios de subsistência)	Classe	1	2	3	4				
							Valor								
						MAG-P/T									
						IMC									
						MAG-MUAC									

Estado nutricional

MAG-P/T

IMC

MAG-MUAC

ETAPA 2: ANÁLISE DAS PROVAS

• Análise da situação atual

2.2.5 PROTOCOLO 2.5: DOCUMENTAR E DISPONIBILIZAR SISTEMATICAMENTE AS PROVAS

Caixa 13: Convergência de provas sobre o resultado do consumo de alimentos

- Quando o consumo de alimentos, as mudanças nos meios de subsistência e o estado nutricional apontam para a mesma fase, a convergência de provas é de facto estabelecida.
- Para classificar as fases de crise a pior é necessário que os analistas tenham avaliado os dados sobre nutrição e mortalidade, quando disponíveis.
- Em caso de discrepância entre os resultados, os analistas devem efetuar uma análise mais pormenorizada para justificar a

A segunda fase da análise do QH examina todos os dados listados no inventário de provas (Fase 1; Quadros 1-C e 1-D). Os analistas decidem em conjunto quais os dados mais relevantes para a análise. Existem duas sub-etapas:

- Sub-etapa 2.A. Análise das provas relativas aos fatores contribuintes
- Sub-etapa 2.B. Análise das provas relativas aos resultados.

Tal como na primeira fase, são utilizadas duas Quadros para ajudar a analisar as provas. As Quadros 2-A e 2-B (Análise de Provas) são preenchidas da mesma forma que as Quadros 1-C e 1-D (Inventário de Provas). O processo de análise dos fatores contributivos (determinantes e fatores limitantes) e dos resultados é separado para evitar confusão durante a análise.

Análise dos FATORES CONTRIBUTIVOS (fatores determinantes e limitativos) para a situação atual

A análise segue uma ordem lógica de acordo com as duas categorias de fatores contributivos:

Caixa 14: Quadros de análise

- Quadro 2-A Análise dos dados relativos aos fatores contributivos
- Quadro 2-B Análise dos dados relativos aos resultados

Caixa 15: Fatores determinantes e limitantes

Fatores determinantes

- Perigos e vulnerabilidade

Fatores limitativos

- Disponibilidade de alimentos
- Acesso a alimentos
- Utilização
- Estabilidade

- Fatores determinantes : Perigos e vulnerabilidade;
- Fatores limitantes: disponibilidade de alimentos; acessibilidade; utilização dos alimentos, incluindo a água e a estabilidade

A análise dos fatores contributivos consiste em avaliar a natureza (positiva ou negativa) e a intensidade (ligeira, média e forte) do impacto global de cada um dos cinco grupos de fatores contributivos nos resultados das RAS.

Para cada grupo de fatores contribuintes, apenas as provas com um nível de fiabilidade de, pelo menos, F1 são retidas ao construir a convergência de provas para a análise de uma zona acessível. Estas provas são comunicadas automaticamente com base nas informações fornecidas no quadro 1-C. Para a análise de uma zona inacessível ou de acesso limitado, podem ser utilizadas provas com um nível de fiabilidade de F0.

A maioria dos fatores contributivos não tem limiares universais normalizados. No entanto, para alguns deles, foram determinados limiares para orientar os analistas. Se existirem limiares, os analistas devem referir-se a eles. Na ausência de limiares, cabe aos analistas interpretar as provas no seu contexto local. Os analistas devem tirar uma conclusão relevante que qualifique o possível impacto que os elementos dos fatores contributivos selecionados podem ter nos resultados da segurança alimentar e nutricional.

Quando houver mais do que uma prova de fatores contributivos, deve ser elaborado um resumo, tendo em conta os elementos mais relevantes para a área analisada e a maioria da população. A conclusão a tirar deve destacar o impacto positivo ou negativo que determinadas provas de fatores contributivos podem ter nos resultados.

O mesmo fator contributivo pode ter impactos de natureza e gravidade diferentes nos resultados da segurança alimentar e nutricional. Não é necessário avaliar sistematicamente os impactos em todos os quatro resultados da SAN. Dependendo das provas disponíveis, os analistas podem precisar de avaliar os impactos em apenas alguns dos resultados da SAN.

A conclusão a tirar, indicando o impacto positivo ou negativo, deve fornecer informações sobre o que é diferente em comparação com a situação habitual. Esta apreciação avalia a estabilidade ao longo do tempo do pilar de segurança alimentar em causa. Indicará se a situação é :

- Pior do que o habitual
- Semelhante às condições habituais
- Condições melhores do que as habituais

Tal como indicado no manual QH 3.0, a análise da estabilidade envolve a análise de provas que fornecem informações sobre a estabilidade dos elementos de disponibilidade, acesso e utilização. A regularidade ou não destes 3 pilares da RAS e as outras provas disponíveis sobre a estabilidade devem ser analisadas em conjunto para determinar se a situação global é ou não estável e qual o seu impacto nos resultados da RAS. A conclusão relativa à estabilidade deve indicar a forma como estes diferentes elementos foram combinados para obter a natureza e a intensidade do impacto.

Quadro 2-A: Análise da prova dos fatores contributivos

ETAPA 2, QUADRO 2 - A - ANÁLISE DA PROVA dos fatores contributivos															
1º Nível administrativo		0													
2º Nível administrativo		0													
3º Nível administrativo		0													
Data do ciclo		0 janeiro 1900													
Conclusões sobre os fatores que CONTRIBUEM para a segurança alimentar e nutricional															
		Situação atual :						Situação projetada :							
Fatores	Elementos de análise	Provas fiáveis (F1, F2 ou F3)						Hipóteses sobre a evolução provável das provas							
Perigo e Vulnerabilidade	Perigo	Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
	Vulnerabilidade	Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
		Remplir le protocole utilisé---erreur													
	Conclusão														
	Avaliação do impacto		Negativos			Positivos			Negativos			Positivos			
			Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte	Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte	
CA															
EME															
Nut															
Mort															
Tendo em conta os impactos dos elementos de Perigo e Vulnerabilidade, como é que a situação alimentar e nutricional na zona pode ser avaliada em comparação com as condições habituais para o período em análise?				Pior do que o habitual		Semelhante ao habitual		Melhor do que o habitual		Pior do que o habitual		Semelhante ao habitual		Melhor do que o habitual	

Quadro 2-A: Análise das provas dos fatores contributivos (continuação)

Disponibilidade	Remplir le protocole utilisé---erreur														
	Remplir le protocole utilisé---erreur														
	Remplir le protocole utilisé---erreur														
	Remplir le protocole utilisé---erreur														
Conclusão															
Apreciação de impactos		Negativos			Positivos			Negativos			Positivos				
		Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte	Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte		
		CA													
		EME													
		Nut													
		Mort													
Considerando os impactos dos elementos de disponibilidade, como é que a situação alimentar e nutricional na zona pode ser avaliada em comparação com as condições habituais para o período de análise?				Pior do que o habitual	Semelhante ao habitual	Melhor do que o habitual	Pior do que o habitual	Semelhante ao habitual		Melhor do que o habitual					

Quadro 2-A: Análise das provas dos fatores contributivos (continuação)

Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												

Conclusão															
Apreciação de impactos		Negativos			Positivos					Negativos			Positivos		
		Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte			Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte
	CA														
	EME														
	Nut														
	Mort														
Tendo em conta os impactos dos elementos de acesso, como é que a situação alimentar e nutricional na zona pode ser avaliada em comparação com as condições habituais para o período de análise?					Pior do que o habitual	Semelhante ao habitual	Melhor do que o habitual	Pior do que o habitual			Semelhante ao habitual	Melhor do que o habitual			

Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												

Conclusão															
Apreciação de impactos		Negativos			Positivos					Negativos			Positivos		
		Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte			Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte
	CA														
	EME														
	Nut														
	Mort														
Tendo em conta o impacto dos elementos sobre a utilização, como se pode avaliar a situação alimentar e nutricional na zona em comparação com as condições habituais para o período em análise?					Pior do que o habitual	Semelhante ao habitual	Melhor do que o habitual	Pior do que o habitual			Semelhante ao habitual	Melhor do que o habitual			

Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												
Remplir le protocole utilisé--erreur												

		Pior do que o habitual			Semelhante ao habitual			Melhor do que o habitual			Pior do que o habitual			Semelhante ao habitual			Melhor do que o habitual		
		Perigo/Vuln																	
		Disponibilidade																	
		Acessibilidade																	
		Utilização																	
Conclusão																			
Apreciação de impactos		Negativos			Positivos					Negativos			Positivos						
		Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte			Forte	Médio	Leve	Leve	Médio	Forte				
	CA																		
	EME																		
	Nut																		
	Mort																		

Caixa 16: Panorâmica dos resultados da RAS

Consumo alimentar: é avaliado com base numa série de 5 provas diretas ou uma prova indireta. As provas diretas fornecem informações sobre a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos pelos agregados familiares na zona analisada e as estratégias que utilizam para compensar eventuais carências no consumo alimentar.

Alterações nos meios de subsistência: refletem as estratégias de adaptação desenvolvidas pelos agregados familiares para satisfazer as suas necessidades alimentares em termos de quantidade e qualidade. Trata-se, nomeadamente, de estratégias de adaptação relacionadas com o comportamento das famílias no que respeita ao seu capital de base.

Estado nutricional: reflete o estado de emaciação e/ou a presença de edema nas crianças de 6 a 12 meses, 59 meses e mulheres em idade fértil. Os dados relativos a este resultado fornecem uma indicação da situação global na zona.

Análise dos resultados da RAS para a situação atual

A análise segue uma sequência lógica baseada nos quatro resultados das RAS:

- Consumo alimentar
- Alterações nos meios de subsistência
- Estado nutricional
- Mortalidade

Os resultados da RAS são analisados através do quadro 2-B, sendo atribuída uma fase a cada resultado com base na fase de classificação do indicador e, se for caso disso, nos impactos dos fatores contribuintes.

Para cada resultado RAS, apenas são consideradas as provas com níveis de fiabilidade F2 e F3 para a análise de uma área acessível. No caso de uma zona inacessível ou restrita, são consideradas as provas de nível de fiabilidade 1.

Um resultado da RAS só é classificado se existir pelo menos uma prova direta ou indireta relacionada com esse resultado.

Determinação da fase de prova dos resultados da RAS

Os analistas utilizam o quadro de referência (quadro 15) para as provas diretas a fim de determinar a fase das provas dos resultados da RAS, geralmente com base na regra dos 20%. No entanto, esta regra de 20% não se aplica às provas indiretas (Quadro 16) e a certas provas diretas, nomeadamente SCA, MAG, TBM e TMM5.

Para facilitar o processo, foram fornecidas diretrizes específicas para ajudar os analistas a criar o consenso técnico necessário para fazer a melhor utilização da Quadro de referência. Por exemplo, foram desenvolvidas árvores de decisão para determinar as fases SCA e HEA (Figuras 11 e 12).

Após a classificação dos vários resultados, as análises devem formular uma conclusão consensual com base nas provas analisadas. A conclusão deve refletir, na medida do possível, a situação real do resultado da RAS na zona estudada.

Orientações sobre a análise dos resultados nutricionais

O estado nutricional é analisado com base em indicadores do quadro de referência, divididos em provas diretas e indiretas:

Caixa 17: Diretrizes para classificar as provas de mortalidade**RESULTADOS DA MORTALIDADE :**

É necessária uma convergência de provas para determinar a fase do resultado da mortalidade quando a TBM e a TMM5 estão disponíveis para a mesma unidade de análise.

Quando $MMR5 < 1/10.000/\text{dia}$ e $SAM \geq 2\%$, $MMR5$ deve ser classificado como Fase 2.

Quando $MMR5 < 1/10.000/\text{dia}$ e $SAM < 2\%$, $MMR5$ deve ser classificado como Fase 1.

Provas diretas: o indicador MAG (Prevalência de desnutrição aguda global em crianças com menos de 5 anos de idade) derivado da relação peso/altura e na presença de edema e o indicador

- **IMC <18,5** (Índice de Massa Corporal para mulheres não grávidas e não lactantes inferior a 18,5).
- **Prova indireta:** O MUAC, também conhecido como Perímetro Braquial (PB), pode ser utilizado na ausência de GAM. A classificação do MUAC numa determinada fase requer o recurso a dados históricos sobre a prevalência de GAM/PT e a fatores contributivos atuais na área. O MUAC por si só não é aplicável para concluir sobre a classificação da fase 5 (fome).
- **Se o IMC estiver disponível para as mulheres e o PB/MUAC para as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses** (mesmo que estes dados provenham de fontes diferentes), os dois indicadores devem ser combinados para classificar o resultado nutricional.

A subnutrição e a mortalidade estão frequentemente associadas. Considera-se que a subnutrição aguda grave acelera a mortalidade porque aumenta a suscetibilidade das pessoas subnutridas de contraírem doenças infecciosas e, uma vez doentes, de aumentarem a gravidade e a duração dessas doenças na ausência de cuidados médicos eficazes. Por conseguinte, os analistas precisam de compreender este aspeto para estabelecer a ligação entre a mortalidade devida a estes tipos específicos de causas não alimentares e a mortalidade devida a causas de deficiências significativas no consumo de alimentos em termos de quantidade e qualidade, que conduzem à desnutrição aguda.

Para a análise da mortalidade :

- os dois indicadores (TBM e TMM5) devem convergir. Deve ser dada especial atenção ao indicador TMM5 no processo de convergência dos dois indicadores.
- Para distinguir entre a fase 1 e a fase 2, consultar o valor MAS, seguindo as instruções da casa 17.
- Para compreender a ligação entre a subnutrição aguda e a mortalidade, e as correlações que podem existir com a segurança alimentar, é necessário considerar vários elementos, tal como descrito no parágrafo seguinte.

Ter em conta o impacto dos fatores que contribuem para os resultados

Em certas situações, os fatores contributivos permitem contextualizar a classificação dos resultados. É o caso quando :

- Os indicadores do mesmo resultado não convergem
- Alguns indicadores de desempenho **NÃO SÃO MUITO RECENTES**
- Os indicadores de resultado **NÃO ESTÃO NA MESMA ÉPOCA** que o período de análise em termos de sazonalidade da RAS.
- Os indicadores de resultados **NÃO** são válidos em V3 ou o indicador encontra-se a um nível administrativo superior
- Não existem indicadores de resultados suficientes para criar uma boa convergência de provas (por exemplo, apenas está disponível um indicador para analisar o consumo alimentar).
- Ao analisar uma ZIAL, os analistas devem ter em conta o impacto dos fatores que contribuem para a classificação dos RESULTADOS.

Figura 17: Diagrama que mostra a convergência dos elementos factuais e a sua dedução nos resultados das RAS

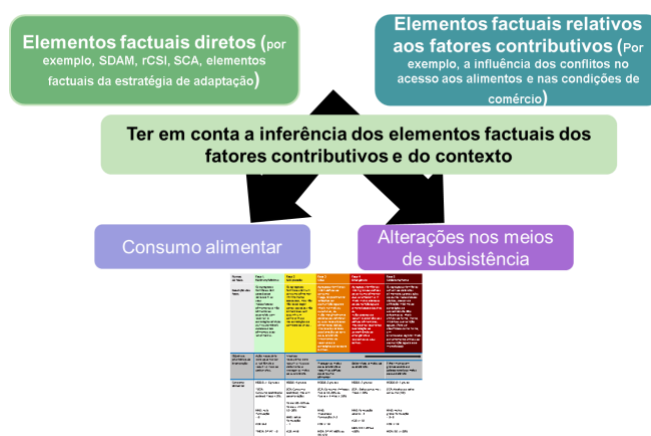
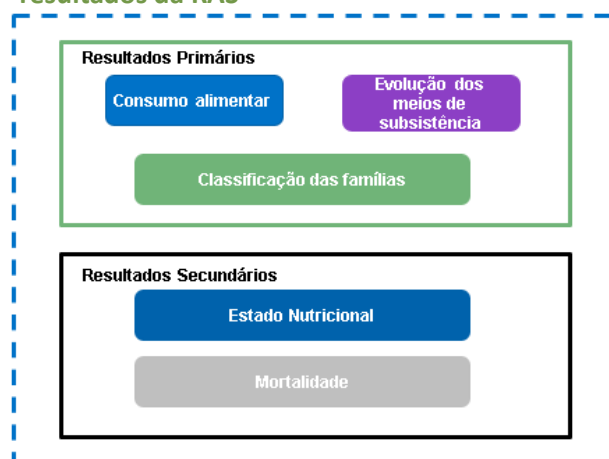


Figura 18: Diagrama da convergência dos resultados da RAS



Note-se que os impactos de fraca intensidade (+ LIGHT ou - LIGHT) não são, em princípio, suscetíveis de influenciar a classificação (fase) dos RESULTADOS.

Conclusão e determinação da fase de resultados da RAS

O faseamento de um resultado baseia-se na convergência das fases dos indicadores, tendo em conta o impacto de quaisquer fatores que contribuam para o resultado. Para cada resultado, é importante compreender o significado dos indicadores, a fim de construir a convergência.

Se todos os indicadores disponíveis de elevada fiabilidade convergirem para a mesma fase, então a fase de resultado é aquela para a qual esses indicadores convergem.

No caso de os indicadores divergirem entre si, os analistas são chamados a participar em discussões técnicas relevantes para formular a conclusão consensual de acordo com o quadro de referência, o quadro analítico e os impactos dos fatores que contribuem para a interpretação da prova fiável disponível, respeitando a regra dos 20%. Em todos os casos, os analistas elaboram uma breve conclusão que deve refletir a compreensão da fase atribuída ao resultado analisado. O quadro 2-B abaixo fornece o suporte técnico para a análise das provas dos resultados da segurança alimentar e nutricional.

Quadro 2-B: Análise da prova dos resultados das RAS

Tabela 2-B - Análise de provas de resultados												
1º Nível administrativo _____ 2º Nível administrativo _____ 3º Nível administrativo _____ Data do ciclo _____												
Resultado	Situação atual:						Situação projetada:					
	Classificação dos indicadores de resultado do consumo alimentar (CA)						Classificação do resultado da CA com base nas hipóteses específicas para a área analisada					
Consumo de alimentos	Prova direta											
	Indicador	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	« Os resultados da análise atuais servem como ponto de partida para a análise projetada. Para facilitar esta etapa crucial, destacam-se três etapas fundamentais: - Formular hipóteses-chave para a área analisada - Descrever os impactos nas fontes de prevenção e nas fontes de alimentação - Descrever a evolução provável dos resultados da segurança alimentar (consumo alimentar, evolução dos meios de subsistência, nutrição e mortalidade)»					
	SCA						Valor	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
	HDDS						HEA:DPME et DS					
	HHS						Zona 1					
	rCSI						Zona 2					
	HEA						Zona 3					
	Zona 1						Zona 4					
	Zona 2											
	Zona 3											
Zona 4												
Prova indireta												
	Proxy calórico						Proxy calórico:					
Conclusão sobre o resultado de consumo alimentar						Conclusão sobre o resultado de consumo alimentar						
Conclusão sobre a fase do resultado CA						Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Conclusão sobre a fase do resultado CA	
Evolução dos meios de subsistência	Classificação dos indicadores sobre a evolução dos meios de subsistência						Classificação da Evolução dos Meios de Subsistência com base nas hipóteses específicas para a zona analisada					
	Prova direta											
	Indicador	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Proceder da mesma forma que antes					
	CSHSAME											
	Conclusão sobre o resultado sobre a Evolução dos Meios de						Conclusão sobre o resultado sobre a Evolução dos Meios de Subsistência					
Conclusão sobre a fase do resultado EME						Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Conclusão sobre a fase do resultado EME	
Estado nutricional	Classificação dos indicadores de resultado do Estado nutricional (Nut)						Classificação do resultado de Estado nutricional (Nut) com base em hipóteses específicas para a área analisada					
	Prova direta											
	Indicador	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Proceder da mesma forma que antes					
	MAG						Valor	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
	MAG Mediana						Mediana MAG Histórico					
	IMC											
	Prova indireta											
	MUAC											
	Conclusão sobre o resultado Estado Nutricional						Conclusão sobre o resultado Estado Nutricional					
Conclusão sobre a fase do resultado Nut						Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Conclusão sobre a fase do resultado Nut (marca um)	
Mortalidade	Classificação dos indicadores de resultado da Mortalidade											
	Prova direta											
	Indicador	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Proceder da mesma forma que antes					
	TBM											
	TMM5											
Conclusão sobre o resultado Mortalidade						Conclusão sobre o resultado Mortalidade						
Conclusão sobre o faseamento do resultado Mortalidade (marca um)						Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Conclusão sobre o faseamento do resultado Mortalidade (marca um)	

Análise da situação projetada

A título de lembrete, a análise da situação atual implica essencialmente tirar conclusões com base nos dados atuais para justificar o nível de gravidade da insegurança alimentar e nutricional aguda. Para efeitos de alerta rápido, a análise da situação projetada descreve o cenário mais provável num determinado momento do futuro. O período projetado pode variar consoante a situação, o contexto e as necessidades dos decisores; pode ir de um mês a vários meses ou mesmo a um ano. Para os dois principais ciclos anuais do QH, foi acordado considerar o período (junho-julho-agosto) para a análise projetada. Os quadros 2-A e 2-B incluem as secções para a realização da análise projetada, tanto para os fatores contribuintes como para os resultados da segurança alimentar e nutricional.

Nesta fase, os analistas devem formular hipóteses com base nos dados, informações e/ou análises disponíveis sobre eventos que já ocorreram ou que ainda estão para ocorrer, a fim de projetar a evolução provável dos determinantes e das quatro dimensões da RAS (perigo e vulnerabilidade, disponibilidade, acesso, uso e estabilidade) ao longo do período projetado. Estes pressupostos são os mais prováveis, tendo em conta a sazonalidade e incluindo tanto os eventos normais como os anormais (choques) suscetíveis de ocorrer. Uma hipótese é mais sólida quando é formulada com elementos fatuais pormenorizados e um contexto preciso. A análise projetada para cada um dos elementos de segurança alimentar tem em conta os níveis atuais, as tendências históricas e os impactos passados ou futuros, de acordo com o quadro analítico do QH e o quadro de referência da insegurança alimentar e nutricional aguda.

Para analisar os fatores que contribuem para a situação projetada, os analistas têm de formular hipóteses globais baseadas nos elementos de risco e nos perigos prováveis. Devem então analisar a forma como esses riscos e perigos e a sua evolução provável podem ter impacto nas quatro dimensões da segurança alimentar e nutricional. A lógica da análise da situação projetada consiste, portanto, em demonstrar as ligações entre os fatores determinantes (perigos e vulnerabilidades) e os fatores limitantes (disponibilidade, acessibilidade, utilização e estabilidade), a fim de explicar o seu impacto nos resultados da SAN (consumo alimentar, alterações nos meios de subsistência, estado nutricional e mortalidade).

É necessário prestar especial atenção à tomada em consideração do contexto da área em análise, tendo em conta os meios de subsistência dos agregados familiares e as estratégias de sobrevivência antes de tirar conclusões, especialmente no que respeita aos resultados primários. Terão de ser desenvolvidos cenários, o que é geralmente um exercício complexo. As diretrizes são dadas na Figura 18.

Para tirar conclusões sobre os resultados da RAS na situação projetada, devem ser consideradas as seguintes indicações, tendo em conta a especificidade de cada resultado:

- **Vendas líquidas :**
 - o Na presença de dados HEA, estão disponíveis provas da situação projetada que devem ser tidas em conta na conclusão e classificação da AC.
 - o No caso de uma análise atual baseada no indicador de substituição, ter em conta o nível deste indicador para o período projetado, tendo simultaneamente em conta os elementos fatuais dos pressupostos utilizados que possam conduzir a alterações.
- **Resultado nutricional:** a conclusão deve também ser tirada com referência à mediana histórica. No entanto, se os resultados da análise da NM do IPC estiverem disponíveis, referir as conclusões tiradas e a classificação. Em caso de alterações significativas e justificadas dos elementos fatuais utilizados para os pressupostos do QH em comparação com os utilizados para a NAM IPC, os resultados da NAM IPC devem ser contextualizados.

Caixa 18: Formulação de hipóteses-chave para o domínio analisado

Esta etapa convida os analistas a formularem hipóteses relevantes e otimistas baseadas em dados do período atual e em acontecimentos futuros suscetíveis de terem um impacto na segurança alimentar e nutricional durante o período do cenário. Esta etapa é composta por três partes. Nos quadros 2-A e 2-B para a análise dos fatores contribuintes e os resultados da RAS, na coluna reservada à análise projetada, proceder da seguinte forma:

1. Identificar os choques mais prováveis (ou "eventos potenciais") que podem ocorrer durante o período do cenário e ter um impacto significativo nas condições de vida dos agregados familiares na zona.
2. Identificar os fatores relevantes para a segurança alimentar e nutricional que se espera que se comportem normalmente durante o período do cenário. Por exemplo, se se espera que a migração seja típica ou que a compra de fatores de produção agrícola seja normal, não se trata de choques. Contudo, se estes fatores forem relevantes para a segurança alimentar na zona em análise, devem ser explicitados.
 - a. Os acontecimentos podem ser positivos (por exemplo, uma colheita acima da média) ou negativos (por exemplo, seca ou subida dos preços).
 - b. Para cada evento, os analistas devem descrever o nível de gravidade e o calendário previsto, tão especificamente quanto possível.
 - c. É comum que vários choques ocorram durante um período de cenário.
 - d. A ajuda alimentar humanitária deve ser tida em conta durante o período do cenário se estiver planeada, for financiada ou for suscetível de ser financiada e suscetível de ser prestada. Se possível, fornecer pormenores sobre o volume, a frequência e a população beneficiária na zona analisada. Será elaborada uma nota de orientação para fornecer mais diretrizes sobre a tomada em consideração da assistência alimentar humanitária.

Descrever a evolução provável dos resultados da segurança alimentar

Para os resultados da RAS, o objetivo é caracterizar as mudanças que os cenários definidos podem provocar no consumo alimentar, nas mudanças nos meios de subsistência, no estado nutricional e na mortalidade. Conhecendo os níveis históricos de certos indicadores durante o hiato da fome, as comparações com a situação habitual permitem-nos antecipar a estabilidade, a melhoria ou a deterioração.

A conclusão, para cada elemento de resultado, deve ser formulada estabelecendo a ligação com os diferentes impactos dos fatores contributivos identificados. Esta conclusão deve fornecer indicações claras sobre a fase provável atribuída a cada resultado da segurança alimentar e nutricional.

1. Atualização da situação alimentar e nutricional

1.1 Casos em que existem novos dados sobre os resultados da segurança alimentar e nutricional

Quando estiverem disponíveis novos dados sobre os resultados da segurança alimentar e nutricional, é então possível atualizar a situação alimentar e nutricional através de uma nova análise QH com uma situação atual e, se necessário, uma situação projetada. Neste caso, os períodos de validade da situação atual e, se necessário, da situação projetada terão de ser objeto de um consenso técnico no seio da equipa de analistas, em função da natureza sazonal das condições de segurança alimentar e nutricional do país e das necessidades dos decisores. Neste caso, a análise deve ser efetuada em conformidade com as disposições do manual QH V3.0.

1.2 Casos em que não existem novos dados sobre os resultados da segurança alimentar e nutricional

Quando não existem novos dados disponíveis sobre os resultados da segurança alimentar e nutricional, não é possível efetuar uma análise atual, mas é possível atualizar uma projeção inicialmente estabelecida quando novos dados sobre

os fatores contribuintes estão disponíveis. Neste caso, o período de projeção para a atualização é o da projeção inicial. No entanto, deve notar-se que a atualização não pode ser realizada após o final do período de projeção inicial.

As etapas a seguir para atualizar a situação projetada da análise inicial são as seguintes

- **Primeira etapa** : Atualizar o mapa de fontes com as novas fontes de dados (Quadro 1-A)
- **Segunda etapa**: Atualizar os elementos relevantes da análise ambiental (Quadro 1-B)
- **Terceira etapa**: Substituir os dados antigos para cada fator contributivo na folha de cálculo da análise QH pelos novos dados que satisfazem os critérios de fiabilidade relevantes, caso existam. Para os fatores contributivos para os quais não estão disponíveis novos dados que satisfaçam os critérios de fiabilidade relevantes, os dados antigos devem ser mantidos se ainda satisfizerem os critérios de fiabilidade relevantes, tendo em conta os seus novos prazos. Além disso, podem ser incluídos novos dados que satisfaçam os critérios de fiabilidade relevantes para os fatores contributivos que não foram identificados durante a análise inicial. (Quadro 1-C).
- **Quarta etapa**: Através de uma convergência de provas entre todos os dados - os novos dados e os dados antigos que foram mantidos porque ainda satisfazem os critérios de fiabilidade relevantes tendo em conta as suas novas temporalidades - atualizamos as conclusões sobre os elementos contributivos, bem como a análise dos seus impactos nos resultados da segurança alimentar e nutricional para a situação atual. Note-se aqui que esta fase é, de facto, apenas um trampolim para a análise da situação projetada, dada a coerência que deve necessariamente existir entre as situações atual e projetada (Quadro 2-A, secção da situação atual).
- **Quinta etapa**: Os pressupostos para a situação projetada relativamente aos fatores contribuintes são atualizados, tendo em conta, entre outros aspetos, a nova situação atual atualizada na quarta etapa. Esta atualização dos pressupostos da projeção pode implicar a revisão ou o abandono dos pressupostos existentes ou, eventualmente, a formulação de pressupostos adicionais (Quadro 2-A, secção da situação projetada).
- **Sexta etapa**: Utilizando uma convergência de provas, as conclusões sobre os elementos contributivos e a análise do seu impacto nos resultados da segurança alimentar e nutricional para a situação projetada são atualizadas, tendo em conta, entre outros aspetos, a nova situação atual atualizada na quarta etapa (Quadro 2-A, secção da situação projetada).
- **Sétima etapa**: Utilizando uma convergência de provas, as conclusões e classificações dos resultados da segurança alimentar e nutricional para a situação projetada são atualizadas (Quadro 2-B, secção da situação projetada).
- **Oitava etapa**: A classificação da zona e a sua conclusão para a situação projetada são atualizadas com base na convergência entre as novas classificações dos resultados da segurança alimentar e nutricional para a situação projetada (sétima etapa) e os novos impactos dos fatores contribuintes para a situação projetada (sexta etapa), (Quadro 3, secção da situação projetada).
- **Nona etapa**: A estimativa da população para a situação projetada é atualizada. Note-se que é possível rever a estimativa da população para a situação projetada com base nas novas informações, mesmo que a atualização não tenha conduzido a uma alteração da classificação da zona (Quadro 4, secção relativa à situação projetada).

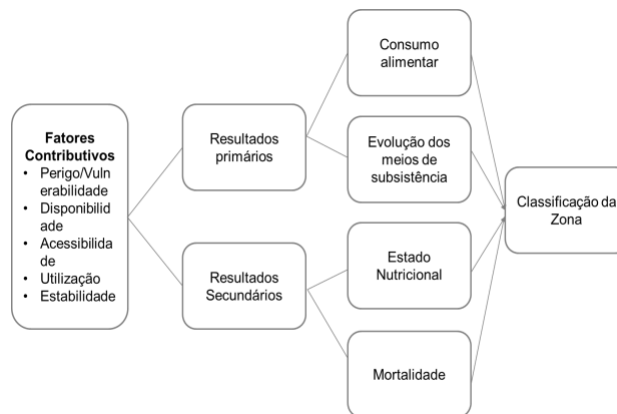
O nível de confiança de uma atualização de uma situação projetada é determinado de acordo com os critérios de atribuição do nível de confiança da análise de uma situação projetada, tal como definidos no manual QHV3.0.

ETAPA 3: SÍNTESE E CLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS

Etapa 3 - Síntese e classificação das zonas - é a fase em que os analistas transcrevem algumas das informações dos quadros 2-A e 2-B para o quadro 3 - Análise das provas.

Ao longo desta fase, os analistas recorrem ao quadro analítico, à regra dos 20% e à Quadro de referência do QH para a classificação das zonas, a fim de chegar a um consenso. O quadro analítico permite aos analistas assegurar a interação dos fatores e dos resultados, o que é essencial para a classificação final das zonas.

Figura 19: Classificação final das zonas



2.2.6 PROTOCOLO 2.6: CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE ANÁLISE

Os procedimentos para resumir e classificar as zonas para a situação projetada são semelhantes aos da situação atual. Na primeira sub-etapa, os analistas transferem as projeções dos quadros 2-A e 2-B para o quadro 3. Depois de relatarem as fases dos resultados e os diferentes impactos dos fatores contribuintes, os analistas procedem, numa segunda sub-etapa, a uma convergência das provas para decidir, de forma consensual e coerente, a classificação final da zona analisada, tendo em conta a pontuação de fiabilidade de cada resultado e tirando uma breve conclusão que justifique a fase final. Finalmente, numa terceira subfase, os analistas determinam o nível de confiança da análise de cada zona, com base no número e na natureza dos resultados e dos fatores contributivos utilizados.

O quadro 3 constitui a ferramenta de análise, que é completada em três sub-etapas:

- 1. Comunicação dos impactos dos fatores contribuintes:** o processo é semelhante ao da etapa anterior, assegurando que as conclusões comunicadas são coerentes com o conteúdo do quadro 2-A.
- 2. Comunicação do faseamento dos resultados:** esta etapa consiste em comunicar o resumo e a classificação dos resultados de segurança alimentar e nutricional concluídos na etapa 2 no quadro 2-B. Na prática, trata-se simplesmente de verificar se a transferência automática é coerente com a conclusão dos analistas e se corresponde à cor da fase identificada para cada resultado.
- 3. Transporte de conclusões parciais:** as conclusões parciais sobre os fatores contribuintes e os resultados são transportadas automaticamente.
- 4. Conclusão e classificação final das áreas:** uma vez comunicadas as fases dos resultados e os impactos dos fatores contribuintes, os analistas convergem as provas para decidir, de forma consensual e coerente, sobre a classificação final da área analisada, tendo em conta a pontuação de fiabilidade de cada resultado e elaborando uma breve conclusão que justifique a fase final. Para efetuar esta etapa essencial da análise, os analistas recorrem ao quadro analítico, à regra dos 20% e à descrição das fases fornecidas no quadro de referência do QH. O quadro analítico permite aos analistas compreender a interação entre os fatores contribuintes e os resultados da segurança alimentar e nutricional, o que é essencial para uma classificação final relevante da área.

Quadro 3-A: Resumo e classificação da situação atual

ETAPA 3, QUADRO 3A - Síntese e Classificação - Situação Atual												
1º Nível administrativo												
2º Nível administrativo												
3º Nível administrativo												
Data do ciclo												
Síntese e Classificação												
Admin 1	Admin 2	Área de meios de subsistência	INDICADORES DE RESULTADOS				IMPACTO DOS FATORES CONTRIBUTIVOS					Conclusão(s) Classificação final e nível de confiança para o 2º nível administrativo
			Consumo de alimentos	Evolução dos meios de subsistência	Estado nutricional	Mortalidade	Perigo e vulnerabilidade	Disponibilidade de alimentar	Acesso a alimentos	Uso de alimentos, incluindo água	Estabilidade	

Quadro 3-B: Resumo e classificação da situação projetada

ETAPA 3, QUADRO 3 B - Síntese e Classificação - Situação Projetada												
1º Nível administrativo												
2º Nível administrativo												
3º Nível administrativo												
Data do ciclo												
Síntese e Classificação												
Admin 1	Admin 2	Área de meios de subsistência	INDICADORES DE RESULTADOS				IMPACTO DOS FATORES CONTRIBUTIVOS					Conclusão (ões) Classificação final e nível de fiabilidade para o 2º nível administrativo
			Consumo de alimentos	Evolução dos meios de subsistência	Estado nutricional	Mortalidade	Perigo e vulnerabilidade	Disponibilidade de alimentar	Acesso aos alimentos	Uso de alimentos, incluindo água	Estabilidade	

Caixa 19: Condições mínimas para a classificação de zonas com base em protocolos normalizados**Para a classificação das zonas nas fases 1, 2 e 3 :**

- Pelo menos um resultado RAS com prova de fiabilidade de pelo menos F2 e ;
- Pelo menos 3 grupos de fatores contribuintes com pelo menos F1 de fiabilidade.

Para a classificação das zonas na fase 4 :

- Pelo menos dois resultados RAS, incluindo o consumo de alimentos, com provas de fiabilidade de, pelo menos, F2 e ;
- Pelo menos 3 grupos de fatores contribuintes com pelo menos F1 de fiabilidade.

Para a classificação das zonas na fase 5 :

- Pelo menos três resultados RAS (consumo alimentar, nutrição e mortalidade) com provas de fiabilidade F3 e ;
- Pelo menos 3 grupos de fatores contribuintes com pelo menos F1 de fiabilidade.

Para as condições que regem a classificação das zonas inacessíveis ou restritas, ver a caixa 18 dos protocolos especiais.

Atribuição de um nível de confiança para a análise

Com base no número e na natureza dos resultados e dos fatores contributivos utilizados, os analistas determinam, de acordo com os critérios constantes do quadro seguinte, o nível de confiança da análise de cada zona, tanto para a situação atual como para a situação projetada.

Quadro 20: Critérios para os níveis de confiança¹⁷

Nível de confiança	Critérios de atribuição dos níveis de confiança da análise	
	Situação atual	Situação projetada
Aceitável *	Pelo menos 1 resultado de segurança alimentar e nutricional + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos	Análise atual aceitável e pelo menos 4 elementos (resultados e fatores contribuintes) concluídos
Médio **	Pelo menos 2 resultados em termos de segurança alimentar e nutricional, incluindo pelo menos um resultado primário + Pelo menos 4 grupos de fatores contributivos	Análise da corrente média e, pelo menos, 6 elementos (resultados e fatores contribuintes) preenchidos
Elevado ***	Pelo menos 3 resultados em matéria de segurança alimentar e nutricional, incluindo os dois resultados primários + 5 grupos de fatores contributivos	NA ¹⁸

¹⁷ São definidos critérios específicos para avaliar os níveis de confiança de uma análise com base em protocolos especiais para zonas inacessíveis ou restritas. Ver quadro 22 para mais pormenores.

¹⁸ NA: Não aplicável à situação projetada, uma vez que as projeções se baseiam principalmente em pressupostos.

ETAPA 4: ESTIMATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A estimativa das populações é um exercício complexo que se baseia na convergência de provas e não em cálculos matemáticos. Envolve a divisão da população de uma zona analisada por nível de gravidade (fase) de insegurança alimentar e nutricional aguda. É efetuada depois de a classificação da fase da zona ter sido determinada com base na convergência das provas disponíveis e por consenso. O princípio básico é o cumprimento da regra dos 20%. Isto significa que uma vez que uma zona tenha sido classificada numa determinada fase, pelo menos 20% da população da zona deve ser afetada à pior fase.

Para classificar a população da zona de acordo com a gravidade da insegurança alimentar e nutricional aguda, é necessário começar por estimar as pessoas suscetíveis de se encontrarem na fase 5, e avançar progressivamente para as fases inferiores (fases 4, 3, 2 e 1) com base na descrição das fases contidas no quadro de referência do QH. Para o efeito, recomenda-se o seguinte procedimento:

1. Enumerar no quadro 4-A todas as provas quantitativas relativas aos indicadores de resultados da segurança alimentar e aos fatores contributivos disponíveis no quadro de análise de provas (quadros 2-A e 2-B), expressas em percentagem da população da zona analisada e/ou em número de pessoas afetadas por choques ou acontecimentos excecionais. Estas circunstâncias excecionais podem ser fatores de deterioração ou de melhoria da situação alimentar e nutricional.
2. As provas numéricas dos indicadores analisados estão distribuídas de acordo com a configuração apresentada na Quadro 4-A. Esta Quadro identifica as provas disponíveis para justificar a possível existência de populações em cada uma das fases de gravidade. Estas provas dizem respeito principalmente ao consumo de alimentos (HDDS, SCA, HHS, rCSI, HEA), alterações nos meios de subsistência e riscos e vulnerabilidade. O estado nutricional (NS) e a mortalidade (M) também devem orientar os analistas na existência potencial de populações nas fases 4 e 5. Na prática, o processo de estimativa de populações por fase é efetuado nas seguintes etapas:

A. População estimada para o resultado Consumo de alimentos

- i. O primeiro passo consiste em verificar a repartição dos valores dos indicadores por fase de gravidade.
- ii. Construir a convergência dos valores de todos os indicadores (SCA, HDDS, HHS, HEA, rCSI) a partir da fase 5 e respeitando a fase de classificação atribuída ao resultado "Consumo alimentar".
- iii. O processo de convergência dos dados dos indicadores para estimar as populações deve ter em conta o impacto dos fatores que contribuem para o resultado do "Consumo de alimentos".
". Este facto poderá levar a um ajustamento das estimativas das percentagens a atribuir a cada fase.

B. População estimada para o resultado das Tendências dos Meios de Subsistência

- i. O primeiro passo é verificar a repartição dos valores do indicador ISAME por fase de gravidade.
- ii. Construir o processo de convergência de dados ISAME, considerando os impactos dos fatores contribuintes no resultado da "Evolução dos meios de subsistência". Isto poderia levar a um ajustamento das estimativas das proporções a atribuir a cada fase.

C. Verificação da existência de dados sobre os resultados secundários: estado nutricional e mortalidade

- i. Será necessário assegurar que os indicadores de nutrição e de mortalidade sejam corretamente comunicados no quadro 4-A.
- ii. Verificar a classificação de cada resultado secundário

D. Verificação da existência de dados sobre os fatores contribuintes

- i. Será necessário verificar se os dados relativos aos fatores contributivos, nomeadamente os que se referem aos elementos de perigo e de vulnerabilidade, constam do quadro 4-A.
- ii. Caso contrário, integrá-los no quadro 4-A, remetendo para o quadro 2-A.

E. Estimativas de população para a zona

- i. Para concluir sobre a distribuição das populações por fase da área analisada, é necessário construir a convergência entre a distribuição das populações para os resultados "Consumo alimentar" e "Evolução dos meios de subsistência", tendo em conta os valores relativos aos fatores contributivos, bem como a fase de classificação dos resultados "Estado nutricional" e "Mortalidade".
- ii. A estimativa deve respeitar a regra dos 20% e ser coerente com a classificação da zona já estabelecida na etapa 3. Aconselha-se vivamente os analistas a relerem a descrição de cada fase antes de confirmarem a existência de uma proporção de população a atribuir.

A Quadro 21 apresenta instruções passo a passo, começando sempre pela pior fase (Fase 5 - Catástrofe/Fome).

Quadro 21: Instruções passo a passo para o procedimento de estimativa da população

Fase	Questão fundamental	Indicações
5 - Catástrofe/ Fome¹³	Com base nos dados disponíveis, é possível estimar a existência de pessoas que reúnem as características indicadas na descrição da fase 5? Para relembrar, a fase 5 descreve a seguinte situação: "Os agregados familiares têm uma carência extrema de alimentos e/ou de outras necessidades básicas, apesar da utilização máxima da oferta alimentar. estratégias de sobrevivência. São evidentes os níveis críticos de fome, morte, miséria e subnutrição aguda. (Para ser classificada como Fome, uma zona deve registar níveis extremamente críticos de desnutrição aguda e de mortalidade)".	• Leia atentamente a descrição da fase 5 oposta. • Com base nas provas disponíveis, existem populações com as características descritas na fase 5? Se a zona for classificada como Fome (Fase 5), a primeira etapa consiste em garantir que as condições mínimas para a classificação de uma zona como Fome estão reunidas. A segunda etapa consiste em proceder, com base nos elementos disponíveis, à estimativa propriamente dita, respeitando o princípio da convergência dos elementos definidos no manual e a regra dos 20%; esta deve então conduzir a uma estimativa de uma percentagem superior ou igual a 20% para a Fase 5. Se a área não estiver classificada na Fase 5 (Fome), as condições para estimar as populações em Catástrofe (Fase 5) são definidas da seguinte forma para uma área acessível: 1. Zona classificada na Fase 3 ou na Fase 4 2. Existência de populações na Fase 5 para o resultado CONSUMO DE ALIMENTOS; 3. Resultado A NUTRIÇÃO está classificada na fase 4 ou pior 4. Se o resultado EVOLUÇÃO DOS MODOS DE VIDA for classificado, deve haver populações na Fase 4. 5. Se o resultado da MORTALIDADE for classificado, deve estar na Fase 3 ou pior. • Se não houver populações na fase 5, introduzir "ZERO" e passar à fase 4.
4 - Emergência	Com base nos dados disponíveis, é possível estimar a existência de pessoas que reúnem as características indicadas na descrição da fase 4? Para relembrar, a fase 4 descreve a seguinte situação: "Agregados familiares: • apresentam grandes défices de consumo alimentar, que se refletem em níveis muito elevados de subnutrição aguda e de mortalidade excessiva, ou • são capazes de reduzir a extensão dos défices alimentares, mas apenas recorrendo a estratégias de sobrevivência de emergência e liquidando os seus ativos".	• Tal como no caso anterior, leia a descrição da fase 4 ao lado. • Com base nas provas disponíveis, existem populações com as características descritas na fase 4? • Se a Zona for classificada como de Emergência (Fase 4), a avaliação efetiva será realizada com base nas provas disponíveis, respeitando o princípio da convergência das provas, tal como definido no manual, bem como a regra dos 20%; isto deverá então conduzir a uma estimativa de uma percentagem maior ou igual a 20% para a pior Fase 4. • Se a classificação da zona não tiver atingido o nível de emergência (fase 4), as condições para estimar a população em situação de emergência (fase 4) são definidas da seguinte forma, tanto para as zonas acessíveis como para as zonas inacessíveis ou com acesso limitado: - a Zona classificada na Fase 2 ou na Fase 3 - a Existência de populações na Fase 4 para o resultado CONSUMO DE ALIMENTOS; - a Se o resultado EVOLUÇÃO DOS MODOS DE VIDA for classificado, deve haver populações na Fase 4. - a Se o resultado NUTRIÇÃO for classificado, deve estar na fase 3 ou pior. - a Se o resultado da MORTALIDADE for classificado, deve estar na Fase 2 ou pior. • Se não houver populações na fase 4, introduzir "ZERO" e passar à fase 3.

3 - Crise	Com base nos dados disponíveis, é possível estimar a existência de pessoas que reúnem as características indicadas na descrição da fase 3? Para lembrar, a Fase 3 descreve a seguinte situação: "Agregados familiares: • apresentam défices de consumo alimentar refletidos por uma desnutrição aguda elevada ou superior à habitual; ou • são marginalmente capazes de satisfazer as suas necessidades alimentares básicas, mas apenas através da alienação de bens de subsistência importantes ou recorrendo a estratégias de resposta a crises".	• Ler a descrição da fase 3 no manual ; • Com base nas provas disponíveis, existem populações com as características descritas na Fase 3? • Se houver, quantos são? • Para o efeito, será necessário verificar a existência das estimativas populacionais efetuadas para a Fase 3 dos resultados das AC e/ou da EME. • Verificar a existência de dados sobre a prevalência da SAM. • Verificar a existência de dados sobre os fatores determinantes (perigo e vulnerabilidade) • Nesta base, será efetuada uma estimativa consensual de uma proporção da população para esta fase. • Se não houver populações na fase 3, introduzir "ZERO" e passar à fase seguinte.
2 - Sob pressão	Com base nos dados disponíveis, é possível estimar a existência de pessoas que reúnem as características definidas na descrição da fase 2? Para lembrar, a Fase 2 descreve a seguinte situação: "Os agregados familiares têm um consumo alimentar minimamente adequado, mas não conseguem suportar certas despesas não alimentares sem recorrerem a estratégias de combate ao stress".	• Ler a descrição da fase 2 no manual ; • Com base nas provas disponíveis, existem populações com as características descritas na Fase 2? • Se houver, quantos são? • Para o efeito, será necessário verificar a existência das estimativas populacionais efetuadas para a Fase 2 dos resultados das AC e/ou da EME. • Verificar a existência de dados sobre a prevalência da SAM. • Verificar a existência de dados sobre os fatores determinantes (perigo e vulnerabilidade) • Nesta base, será efetuada uma estimativa consensual de uma proporção da população para esta fase. • Se não houver populações na fase 2, introduzir "ZERO" e passar à fase seguinte.
1 - Nenhum/Mínimo	Para lembrar, a Fase 1 descreve a seguinte situação: "Os agregados familiares são capazes de cobrir as suas necessidades alimentares e não alimentares básicas sem recorrer a estratégias atípicas ou insustentáveis de acesso aos alimentos e ao rendimento".	• A proporção da população na fase 1 é obtida deduzindo de 100% a soma das proporções da população nas fases 5, 4, 3 e 2. Por outras palavras, é a população total da área analisada menos a soma das populações nas fases superiores (2, 3, 4 e 5).

O processo de estimativa da população é efetuado através de uma folha Excel que contém dois quadros (4-A e 4-B) nos quais são introduzidas as diferentes proporções por fase de gravidade obtidas no final do exercício anterior, tanto para a situação atual como para a situação projetada.

A folha Excel inclui fórmulas de cálculo que permitem calcular diretamente o número de pessoas por fase com base na população total da área.

Quadro 4-A: Resumo dos números

Resultado	Situação atual:					
Consumo de alimentos	Classificação dos indicadores de resultado do consumo alimentar (CA)					
	Prova direta					
	Indicador	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
	SCA					
	HDDS					
	HHS					
	rCSI					
	HEA					
	Zona 1					
	Zona 2					
	Zona 3					
	Zona 4					
	Prova indireta					
	Proxy calórico					
	Conclusão sobre o CA	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
Evolução dos	Classificação dos indicadores sobre a evolução dos meios de subsistência					
	Prova direta					
	Indicador	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
	CSI-ISAME					
Evolução dos	Classificação dos indicadores sobre a evolução dos meios de subsistência					
	Prova direta					
	Indicador	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
	CSI-ISAME					
Estado nutricional	Classificação dos indicadores de resultado do Estado nutricional (Nut)					
	Prova direta					
	Indicador	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
	MAG					
	MAG Mediana					
	IMC					
	Prova indireta					
	MUAC					
Mortalidade	Classificação dos indicadores de resultado da Mortalidade					
	Prova direta					
	Indicador	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
	TBM					
	TMM5					
Perigos e Vulnerabilidade (número ou % de pessoas afetadas/atingidas por tipo de choque)		X% a utilizar eventualmente na convergência de provas				
Uso de alimentos, incluindo água		X% a utilizar eventualmente na convergência de provas				
População estimada		%	%	%	%	%

Quadro 4-B: Estimativa do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional para a zona

STEP 4, QUADRO 4 - Estimativas da população														
1º Nível administrativo														
Data do ciclo														
2º nível administrativo 3º nível População administrativa total			SITUAÇÃO ACTUAL											
			Classificação das zonas	Percentagem de agregados familiares afetados por cada fase					Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	População total nas fases 3 a 5
				Período :										
				Ph1	Ph2	Ph3	Ph4	Ph5						
									-	-	-	-	-	-
									-	-	-	-	-	-
									-	-	-	-	-	-
									-	-	-	-	-	-
									-	-	-	-	-	-
									-	-	-	-	-	-
Total									-	-	-	-	-	-

Estimativas da população para a situação projetada

Isto é feito no mesmo quadro com duas secções distintas (atual e projetada).

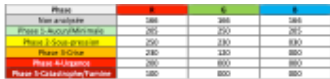
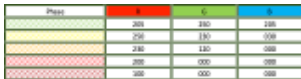
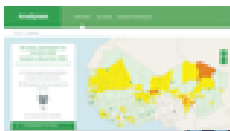
- O processo de estimativa da população é realizado numa folha de cálculo Excel (quadro 4-B) onde são introduzidas as diferentes proporções por fase de gravidade obtidas no final do exercício anterior, tanto para a situação atual como para a situação projetada.
- Verificar as informações abaixo:
 - ✓ os dados HEA para o resultado da AC, se aplicável
 - ✓ classificação dos resultados da AC;
 - ✓ Classificação dos resultados da EME
 - ✓ GAM-Mediana, se aplicável, e classificação dos resultados Estado nutricional e mortalidade
 - ✓ O impacto dos fatores contribuintes em cada resultado introduzido
- Nesta base, as proporções de população por fase devem ser estimadas utilizando a mesma abordagem, com referência à distribuição da população para a situação atual e respeitando a regra dos 20%, tendo o cuidado de manter a coerência entre as situações atual e projetada.

2.3 FUNÇÃO 3: COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DO QH PARA AÇÃO

ETAPA 5: RESUMO E CLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS

A função 3 é alimentada pela implementação de três protocolos que abrangem o mapeamento dos resultados da análise, o desenvolvimento de produtos de comunicação e a sua disseminação. O quadro 22 faz uma breve apresentação dos diferentes protocolos e das suas ferramentas específicas.

Quadro 22: Protocolos da função QH 3

Função 3: Comunicação dos resultados			
Protocolos	Ferramentas		
Protocolo 3.1 Respeitar as normas de cartografia	  		
Protocolo 3.2: Elaborar um relatório de análise			
Protocolo 3.3. Partilhar os produtos de comunicação de forma estratégica e atempada	 		

O objetivo da comunicação para a ação é colocar os principais resultados da análise do Quadro Harmonizado à disposição dos decisores para os ajudar a tomar melhores decisões. Os produtos a divulgar devem ser suficientemente informativos para influenciar uma tomada de decisão rápida. Em última análise, a comunicação deve ajudar os decisores a agir rapidamente para financiar a execução de ações adequadas para atenuar o impacto das crises alimentares e nutricionais nas populações afetadas.

São elaborados relatórios de síntese para destacar o contexto do período de análise, os principais fatores determinantes e limitativos e as conclusões mais importantes para apoiar a tomada de decisões. Os relatórios de síntese incluem mapas, gráficos, quadros e resumos informativos apresentados em folhas normalizadas.

Os resultados da QH são coerentes com a Carta PREGEC e constituem um contributo para as consultas entre os países, os PTF, as OIG e as OSC sobre a prevenção e a gestão das crises alimentares. Incluem, nomeadamente:

1. Coordenação dos sistemas nacionais de informação sobre segurança alimentar e de prevenção de crises ;
- . Análise de consenso da situação alimentar e nutricional ;

3. Concertação para a arbitragem da reserva regional de segurança alimentar da CEDEAO ;
4. Consultas do Comité de Alto Nível da UEMOA sobre Segurança Alimentar e Nutricional;
5. Consultas PREGEC e RPCA
6. Concertações da Rede Mundial contra as Crises Alimentares

A comunicação dos resultados da QH através das fases e dos quadros de consulta estabelecidos tem a vantagem de criar e reforçar as sinergias necessárias entre as partes interessadas para levar a cabo ações baseadas neste diagnóstico consensual, aproveitando ao mesmo tempo a diversidade das fontes de informação e de análise dos atores nacionais, regionais e internacionais.

A comunicação permite divulgar os resultados das análises a curto prazo da situação alimentar e nutricional, colocando a informação à disposição dos utilizadores. O objetivo é apoiar eficazmente a tomada de decisões dos governos, das organizações intergovernamentais, das organizações não governamentais e dos parceiros técnicos e financeiros. O departamento governamental que lidera a coordenação da unidade nacional de análise do QH é responsável, em concertação com os outros atores, pela organização de sessões de apresentação dos resultados aos decisores.

As conclusões da análise de consenso, nomeadamente a classificação das zonas e das populações, efetuada pela unidade nacional, não devem ser alteradas de forma alguma por nenhum interveniente. A comunicação aos decisores permite, por conseguinte, a divulgação dos produtos da análise do QH. Estes resultados comuns devem ser utilizados para planear intervenções a favor das populações em risco de insegurança alimentar e nutricional. Servirão igualmente para melhor organizar e orientar um acompanhamento conjunto e próximo da vulnerabilidade à insegurança alimentar nas zonas de risco, ou para criar locais de acompanhamento da subnutrição, em função das necessidades e das realidades de cada país.

2.3.1 PROTOCOLO 3.1: ADESÃO ÀS NORMAS DE CARTOGRAFIA

Após a classificação das zonas, são elaborados mapas para visualizar os resultados da situação atual e prevista. As zonas devem ser cartografadas de acordo com as normas de cor definidas no quadro de referência da segurança alimentar e nutricional aguda para a classificação das zonas e utilizando a combinação de cores Vermelho-Verde-Azul (VVA) ou Vermelho-Verde-Azul (VVA). Para gerar a legenda, recomenda-se a utilização e o respeito dos códigos de cores das diferentes fases de gravidade e dos casos de zonas não analisadas (quadro 23).

Quadro 23: Código de cores para o mapeamento

Fase	V	V	A
Não analisado	166	166	166
Fase 1-Nenhuma/Mínima	205	250	205
Fase 2 - Sob pressão	250	230	030
Fase 3 - Crise	230	120	000
Fase 4 - Emergência	200	000	000
Fase 5 - Fome	100	000	000

Se as análises forem efetuadas em zonas ou unidades administrativas com acesso limitado, os resultados devem ser cartografados de modo a realçar a natureza particular desses resultados em comparação com as análises efetuadas em zonas acessíveis. Aplicam-se os mesmos códigos de cores, mas com escolhas de modo de preenchimento de acordo com as indicações dadas no quadro 24.

Quadro 24: Códigos de hachura em zonas inacessíveis ou restritas com fundo branco

Fase	V	V	A
Fase 1-Nenhuma/Mínima	205	250	205
Fase 2 - Sob pressão	250	230	030
Fase 3 - Crise	230	120	000
Fase 4 - Emergência	200	000	000
Fase 5 - Fome	100	000	000

Quadro 25: Pictogramas utilizados

Estes pictogramas são obrigatórios e devem obedecer a critérios pré-definidos

* ** ***	Nível de confiança da análise
	Recorrência das fases 3 a pior durante três anos consecutivos no mesmo período e na mesma zona
	Zona onde pelo menos 25% da população recebe ajuda alimentar humanitária que cobre pelo menos 50% das suas necessidades alimentares

Os CNA podem, se assim o desejarem, desenvolver outros tipos de produtos cartográficos para além dos que apresentam os resultados da análise da insegurança alimentar e nutricional aguda. Isto pode envolver, por exemplo, a produção de mapas de certos dados específicos para uma melhor visualização (impacto dos fatores contribuintes, indicadores de resultados, secas, inundações, biomassa, variação de preços, concentração populacional, estado nutricional, etc.).

2.3.2 PROTOCOLO 2.3: ELABORAR UM RELATÓRIO DE ANÁLISE

Para além do relatório geral elaborado após a sessão de análise, que descreve em pormenor todo o processo, os resultados são imediatamente apresentados em dois tipos de fichas de comunicação: uma ficha para os decisores e uma ficha para o público em geral. Estes dois produtos fazem parte da etapa 5 do processo de QH.

A FICHA DE DECISÃO, redigida num máximo de duas (2) páginas e destinada aos decisores, resume os principais resultados da análise situacional de forma clara e concisa (esquema no anexo 4). Inclui seis secções:

- **Primeira parte:** apresenta os números globais relativos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional na fase de crise ou pior para as zonas mais afetadas nas situações atual e projetada;
- **Segunda parte:** um resumo narrativo dos factos mais importantes, descrevendo os fatores determinantes e o contexto;

- **A primeira parte: "ESSENCIAL"** resume os quatro resultados da segurança alimentar e nutricional (SAN): consumo de alimentos, mudanças nos meios de subsistência, estado nutricional e mortalidade.

- **Sétima secção "RECOMENDAÇÕES"**: apresenta recomendações pertinentes, claras e explícitas dirigidas ao Governo, aos PTF e às organizações intergovernamentais regionais para a aplicação de medidas de resposta adequadas e o apoio à melhoria da qualidade dos sistemas de recolha de dados e de informação.

SITUAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO SAHEL E NA ÁFRICA OCIDENTAL

ACTUAL (mês-mês-ano) e Projeção (mês-mês-ano)

PRINCIPAIS NÚMEROS	Atual	Projetado
Populações nas zonas mais afetadas	#	#

MAPAS DO QUADRO HARMONIZADO - SITUAÇÃO ATUAL E

AS CAUSAS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RECOMENDAÇÕES PARA UMA RECOMENDAÇÕES METODOLOGIA E

Parceiros financeiros do Quadro

Logos of partner organizations: UNICEF, FAO, WFP, IFAD, USAID, etc.

- **Oitava secção "CONTACTOS"**: inclui os endereços dos pontos focais do QH e os logótipos dos serviços, organizações e instituições que participam na sessão técnica e no financiamento da sessão de análise.

Validação dos resultados das análises

Logo que se chegue a um consenso no final dos trabalhos a nível nacional, sem objeções ou outras reservas quanto à qualidade e ao rigor do processo, os resultados devem ser transmitidos ao Comité Técnico para revisão da qualidade. O representante do Comité Técnico do QH e o ponto focal ou coordenador nacional da unidade de análise nacional são responsáveis pelo acompanhamento dos resultados obtidos no final da revisão de qualidade, a fim de transmitir as conclusões finais da análise às autoridades e aos parceiros nacionais e regionais.

2.3.3 PROTOCOLO 3.3: PARTILHAR OS PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO DE FORMA ESTRATÉGICA E ATEMPADA

Caixa 21: Procedimentos de comunicação específicos em caso de fome:

- Emitir um alerta de fome (versão simplificada da ficha de comunicação) para fornecer explicações claras e concisas sobre a situação;
- Comunicar claramente a situação de fome (área, número de pessoas, calendário, nível de confiança na classificação e necessidade de ação humanitária urgente);
- Desenvolver um argumento claro que justifique a classificação de fome, referindo as provas e as fontes utilizadas, reiterando simultaneamente a definição de fome do QH no alerta; e
- Especificar o processo de revisão especial seguido que levou à confirmação desta classificação de fome pelo Grupo Consultivo de Peritos (GCP).

A comunicação tem por objetivo reforçar a ligação entre o QH e o apoio à decisão, permitindo:

- Informar claramente os decisores sobre a gravidade da insegurança alimentar e nutricional atual e prevista;
- Ajudar a arbitrar o recurso à Reserva Regional de Segurança Alimentar (CEDEAO, UEMOA);
- Fornecer à comunidade humanitária informações fiáveis e relevantes para ajudar a planear a resposta;
- Informar os vários quadros de consulta sobre segurança alimentar e nutricional (mecanismos nacionais, PREGEC, RPCA, Rede Mundial de Crise Alimentar, etc.) de acordo com os respetivos calendários;
- Fornecer informações às plataformas de informação sobre crises alimentares (QH, plataforma RPCA, IPC, FSIN, GRFC, etc.).

O relatório completo e os produtos de comunicação (fichas para os decisores e para o público em geral) são partilhados com todos os parceiros sob a forma de documentos impressos ou de ficheiros descarregáveis alojados nos sítios Web apropriados da escolha do país, nos quadros de consulta nacionais, regionais e internacionais. O Centro Regional AGRHYMET desenvolveu uma plataforma cadreharmonise.org para facilitar a divulgação em linha e o acesso aos resultados do QH. Os principais produtos de comunicação estão também disponíveis em linha nos seguintes sítios Web: www.cilss.int; www.agrhymet.cilss.int; www.food-security.net/visualize/. Estes produtos do QH estão igualmente disponíveis na página especificamente dedicada ao QH no sítio Web do IPC: www.ipcinfo.org/ch.

2.4 FUNÇÃO 4: GARANTIA DE QUALIDADE E ANÁLISE RIGOROSA

O sucesso dos ciclos de QH depende do bom funcionamento da unidade nacional de análise responsável pela recolha e análise dos dados, e do seu desempenho na mobilização dos vários atores da segurança alimentar e nutricional. O objetivo é orientar o processo de reflexão com vista a reforçar a mobilização dos principais intervenientes da SAN para um consenso pleno e inclusivo durante as sessões de análise do QH e identificar formas e meios de melhorar a qualidade e o rigor de modo a cumprir os protocolos definidos neste manual 3.0. A implementação desta função baseia-se em três protocolos (Quadro 26).

Quadro 26: Protocolos da função QH 4

Função 4: Garantia de qualidade e análise rigorosa	
Protocolos	Ferramentas
Protocolo 4.1 Coaching e facilitação de análises nacionais	• Composição das equipas de facilitação • Mobilização do GEC em caso de fome
Protocolo 4.2: Verificação e consolidação das análises	
Protocolo 4.3. Avaliação das sessões de formação e análise de QH	

Caixa 22: Grupo consultivo de peritos :

Este grupo, independente do CT-QH, será constituído por peritos ou investigadores eminentes, em segurança alimentar e nutricional ou domínios conexos, com experiência comprovada no apoio a análises complexas de SAN (QH, IPC e ferramentas compatíveis ou conexas).

A sua composição será determinada pelo Comité de Direção do QH sob proposta do CT-QH. O GEC será mobilizado em tempo real, nomeadamente em caso de classificação de fome potencial. Se necessário, o CGE também podem ser envolvidos para ajudar a classificar áreas restritas ou inacessíveis.

A nível regional, a qualidade e o rigor dos ciclos de QH são monitorizados e orientados pelo Comité Técnico e pelo Grupo Consultivo de Peritos (GEP, Caixa 22). Estes dois órgãos asseguram que todos os participantes, organizações da sociedade civil e parceiros governamentais:

- participar na sessão de recolha e análise de dados e na elaboração dos produtos de cartografia e comunicação;
- receber relatórios sobre os resultados dos diferentes ciclos de análise efetuados;
- fornecer informações objetivas sobre o modo como a unidade nacional de análise está a trabalhar e a colaborar com os seus parceiros;
- aderir aos mecanismos criados para receber e comunicar formalmente as sugestões de melhoria à unidade de análise;
- receber formação para melhorar as suas capacidades de análise técnica.

2.4.1 PROTOCOLO 4.1: ACOMPANHAMENTO E FACILITAÇÃO DAS ANÁLISES NACIONAIS

As sessões de análise de QH devem ser conduzidas da seguinte forma:

- **Antes da análise:** a unidade nacional deve recolher, centralizar e preencher os quadros de inventário de provas (1-A, 1-B, 1-C e 1-D). Esta tarefa deve ser efetuada pelo menos uma semana antes da sessão de análise. Para tal, utiliza-se o ficheiro Excel denominado "matriz intermédia", que centraliza toda a informação disponível para o período de análise. O CT-QH fornece regularmente instruções sobre o preenchimento da matriz intermédia. Uma vez finalizada a matriz intermédia, o CNA utiliza a última versão da "Folha de Cálculo QH3.0" para gerar os ficheiros das unidades administrativas a analisar. Esta geração automática pode ser efetuada no primeiro dia da análise, após a integração de todas as provas adicionais dos parceiros.
- **Durante a sessão de análise:**
 - o **Formação:** se uma maioria significativa dos participantes não estiver familiarizada com o QH, deve ser ministrada uma formação completa antes do início da análise. Esta formação será ministrada por pessoas certificadas, aprovadas pelo CT-QH e apoiadas por um dos seus membros.
 - o **Lembrete:** o objetivo é atualizar os conhecimentos dos participantes sobre os procedimentos de QH. Para isso, é sempre útil fazer uma breve revisão das principais etapas (quadro analítico, análise dos fatores contribuintes e dos resultados, classificação das zonas e estimativa do impacto no ambiente, etc.).

A análise da QH será feita através de um lembrete (que será feito antes do início da análise da QH) aos membros da unidade nacional de análise e da introdução de quaisquer atualizações a determinados protocolos. Esta chamada de atenção será efetuada por um facilitador ou um formador certificado antes do início da análise de QH.

- o **Coaching e facilitação:** são prestados por peritos certificados ao nível confirmado, apoiados por facilitadores com certificação QH de, pelo menos, nível 2. O papel dos treinadores e facilitadores é fornecer orientação contínua aos participantes ao longo da análise, mas não devem tomar o lugar dos analistas nacionais na conclusão dos debates. Devem utilizar as suas competências técnicas para incentivar os analistas a respeitar o rigor dos protocolos e a chegar a um consenso com base nas provas disponíveis. Os formadores e facilitadores devem consultar o Guia de Formadores e Facilitadores, elaborado e atualizado regularmente pelo CT- QH. Este guia inclui as qualificações dos treinadores e facilitadores, as suas funções e responsabilidades, a forma como se devem organizar para realizar os exercícios de análise e os relatórios, a revisão da qualidade e outros produtos que devem trazer após as análises nos países. O guia também fornece explicações sobre coaching e facilitação à distância.
- o **Consolidação e validação dos resultados a nível nacional:** No final do trabalho de grupo, as análises de todas as entidades administrativas devem ser apresentadas ao plenário, discutidas e validadas. Se necessário, os grupos de trabalho devem rever as suas conclusões com base nas recomendações do plenário. Uma vez validadas as análises de todos os grupos, o CNA consolidará os resultados nacionais através de um ficheiro Excel denominado "Folha de Resultados", desenvolvido para o efeito. Este quadro consolidado de todas as zonas analisadas permite ao CNA avaliar o cumprimento da convergência no faseamento dos resultados e das zonas, bem como a coerência global dos resultados da análise. As estimativas populacionais também devem ser verificadas para garantir que a regra dos 20% foi respeitada, bem como as condições para estimar as populações nas fases 4 e 5. Por fim, os resultados obtidos devem ser cartografados e apresentados em sessão plenária, para garantir que não houve incoerências na compilação dos resultados.
- o **Desenvolvimento de produtos de comunicação.** Os formadores e facilitadores devem assegurar que os CCN tomem medidas para redigir os dois principais produtos de comunicação previstos e que fazem parte integrante do ciclo de análise. São eles a ficha de informação para os decisores e a ficha de informação para o público em geral. Pelo menos um destes dois produtos deve ser adotado durante a sessão de análise e utilizado como base para o feedback aos decisores.
- o **Integração dos resultados na plataforma de cartografia interativa do QH:** o objetivo é melhorar a disponibilidade dos resultados da análise do QH em tempo real e torná-los acessíveis aos utilizadores, incluindo o público em geral. Cada país gerirá a sua interface sob a supervisão do nível regional, que manterá a plataforma regional. Os pontos focais responsáveis pela coordenação em cada país receberão formação para assegurar a gestão técnica e a animação da sua interface nacional na plataforma global da região, que está alojada no sítio do Centro Regional CILSS AGRHYMET.
- o **Comunicação dos resultados provisórios:** no final da sessão, o CNA tomará todas as medidas para comunicar imediatamente aos decisores as conclusões provisórias sobre o consenso alcançado quanto à classificação da gravidade da insegurança alimentar e nutricional e quaisquer ações recomendadas para mitigar os efeitos das potenciais crises identificadas. **No entanto, na ausência de um consenso técnico geral, os intervenientes com objeções devem comunicá-las de forma documentada ao CNA e aos técnicos imediatamente antes do encerramento da sessão de análise. Estas reservas e objeções devem ser apresentadas à consolidação regional pela equipa de facilitação e devem ser cuidadosamente analisadas pelo CT-QH.**

2.4.2 PROTOCOLO 4.2: ACOMPANHAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DAS ANÁLISES NACIONAIS

O Comité Técnico do QH é responsável pela consolidação de todas as análises nacionais. Este comité reúne-se para analisar os resultados nacionais e verificar se os requisitos e o rigor do processo de análise do QH foram respeitados.

Os resultados das análises por país são apresentados pela equipa de facilitação e abrangem os seguintes aspetos

- Verificação do cumprimento dos protocolos (número de participantes na análise, número de estruturas, formação e envolvimento dos analistas, consenso nacional)
- Apresentação das provas utilizadas e da sua validade
- Verificar a coerência global dos resultados (figuras e mapas)
- Apresentação da folha de cálculo dos resultados
- Apresentação das estimativas da população
- Apresentação da avaliação da sessão de análise pelos participantes.

Uma vez apresentados estes elementos, o CT- QH pode criar um grupo de revisão envolvendo a equipa de facilitação do país. Este grupo certifica-se de que as classificações e as estimativas da população respeitam as normas do manual e outras disposições em vigor. O trabalho do grupo é apresentado à sessão plenária para validação.

Com base nas conclusões e nos consensos alcançados pelos países, bem como nas recomendações formuladas, o Comité de Coordenação efetua as alterações e/ou sugestões necessárias aos países em causa. Uma vez concluída a revisão dos resultados e validadas as análises em consulta com os países, o comité consolida todas as análises e elabora produtos de comunicação (fichas de comunicação e de informação ao público em geral) a nível regional. Os resultados consolidados são utilizados para coordenar as consultas PREGEC e RPCA. Um guia de avaliação das sessões de análise é utilizado para avaliar a qualidade global das análises efetuadas (quadro 27).

- **Condições de participação nas reuniões regionais de consolidação das análises nacionais**
 - o Participou na formação ou facilitação de, pelo menos, uma análise de QH num país
 - o Conhecimento das análises QH ou IPC
- **Lista de controlo da qualidade do processo (quadro 27)**

Quadro 27: Guia de avaliação para a sessão de análise do QH

Funções e protocolos		Avaliação da qualidade do cumprimento do processo		
		Satisfatório	Aceitável	Não satisfatório
Função 1: Criação de consenso técnico				
Protocolo 1.1	Assegurar que as unidades nacionais de análise do QH sejam corretamente compostas			
Protocolo 1.2	Efetuar a análise numa base consensual			
Função 2: Classificação da gravidade e identificação dos fatores determinantes				
Protocolo 2.1	Referir-se ao quadro analítico para construir a convergência das provas			
Protocolo 2.2	Utilizar o quadro de referência para avaliar as provas diretas da RAS e dos fatores contribuintes			
Protocolo 2.3	Respeitar os parâmetros de análise			
Protocolo 2.4	Avaliação e atribuição de índices de fiabilidade às provas			
Protocolo 2.5	Documentar sistematicamente e disponibilizar provas e análises			
Protocolo 2.6	Cumprir os requisitos mínimos de análise			
Função 3: Comunicação para a ação				
Protocolo 3.1	Respeitar as normas cartográficas			
Protocolo 3.2	Elaborar um relatório de análise			
Protocolo 3.3	Partilhar produtos de comunicação de forma estratégica e atempada			
Função 4: Garantia de qualidade e análise rigorosa				
Protocolo 4.1	Coaching e facilitação de análises nacionais			
Protocolo 4.2	Controlo e consolidação das análises			
Protocolo 4.3	Avaliação das sessões de formação e análise de QH			
Pontuação				

2.4.3 PROTOCOLO 4.3: AVALIAÇÃO DAS SESSÕES DE FORMAÇÃO E DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

Cada sessão de formação ou análise de QH será objeto de uma avaliação. Trata-se de uma autoavaliação efetuada no final da sessão. Uma ficha de avaliação (anexo 6) será autoadministrada pelos participantes. A autoavaliação permitirá avaliar o nível de domínio dos diferentes aspetos desenvolvidos durante as sessões de formação ou avaliar o cumprimento do processo durante as análises. O seu objetivo é recolher as avaliações dos participantes sobre:

- Preparar e dirigir sessões de formação ou de análise;
- A qualidade da facilitação;
- A qualidade dos debates;
- O nível de compreensão e de domínio do conteúdo dos módulos de formação.

O formulário destina-se igualmente a recolher sugestões dos participantes formados sobre aspetos que poderiam ser melhorados no futuro.

Figura 20: Formulário de avaliação da sessão

Formulário de avaliação das sessões de formação e análise do Quadro Harmonizado	
A ferramenta de autoavaliação do curso de formação e da unidade de análise do Quadro Harmonizado foi concebida para conhecer as impressões dos participantes sobre o curso de formação e as novas ferramentas do QH e para garantir a qualidade dos resultados. Para o efeito, é pedido aos participantes que: (1) deem a sua opinião sobre a formação em QH, (2) mostrem, da forma mais objetiva possível, como aplicaram as ferramentas QH para classificar a segurança.	
e (3) identificar áreas para melhorias futuras. Este questionário deve ser preenchido por cada participante no final da semana de análise de QH.	
País : ____ Data : ____ Organização a que pertence : _____	
Formação	
1. O(s) facilitador(es) tinha(m) um bom domínio das ferramentas?	Não - Parcialmente - Sim
2. A preparação e o desenrolar do curso corresponderam às suas expectativas?	Não - Parcialmente - Sim
3. O(s) facilitador(es) correspondeu(ram) às suas expectativas e preocupações?	Não - Parcialmente - Sim
4. O(s) facilitador(es) adotou(aram) uma atitude neutra na análise e classificação?	Não - Parcialmente - Sim
5. Considero adequado o tempo atribuído à formação	Não - Parcialmente - Sim
6. Após a formação, sente-se confiante na utilização das ferramentas de QH?	Não - Parcialmente - Sim
7. Os conceitos-chave e a metodologia são claramente explicados?	Não - Parcialmente - Sim
8. A sessão sobre a Etapa 1 - Inventário de provas é clara e fácil de compreender?	Não - Parcialmente - Sim
9. A sessão sobre a Etapa 2 - Análise das principais provas é clara e fácil de compreender?	Não - Parcialmente - Sim
10. A sessão sobre a Etapa 3 - Síntese e classificação é clara e fácil de compreender?	Não - Parcialmente - Sim
11. A sessão sobre a Etapa 4 - Estimativa das populações é clara e fácil de compreender?	Não - Parcialmente - Sim
12. Numa escala de 1 (mau) a 10 (excelente), como classificaria este curso? _____	
Observações adicionais:	
Áreas a melhorar:	
Etapa 1: Inventário dos elementos de prova (assinalar com um círculo a resposta e especificar)	
13. O inventário das provas foi suficientemente preparado para a análise?	Não - Em parte - Sim
14. O inventário inclui os principais dados necessários para a análise?	Não - Em parte - Sim
15. Considera que o Quadro 1 - Inventário de provas é claro e fácil de utilizar?	Não - Parcialmente - Sim
Observações adicionais:	
Áreas a melhorar:	

III. PROTOCOLOS ESPECIAIS QH

3.1 PROTOCOLOS ESPECIAIS PARA A CLASSIFICAÇÃO DA FOME

Os desafios e as implicações políticas da gestão da fome exigem a clarificação dos procedimentos de análise, respeitando todo o rigor necessário, tanto em termos de qualidade dos dados como do processo de análise. Por esta razão, foram desenvolvidos protocolos específicos para classificar uma zona como estando em estado de fome (Fase 5), realçando as diferenças de procedimento definidas nos protocolos padrão. Estes protocolos específicos clarificam as condições especiais a respeitar para as quatro funções do QH, de modo a garantir o rigor técnico, a neutralidade e a qualidade das análises.

Recomenda-se vivamente que as unidades nacionais de análise da QH (UNA- QH) que prevejam a possibilidade de a sua análise do QH, atual ou futura, resultar na classificação de uma ou mais zonas como zonas de fome informem o Comité Técnico do QH. Neste caso, o Comité Técnico de QH intervirá para clarificar o caminho a seguir, nomeadamente em termos de apoio técnico e de revisão do processo de análise.

Função 1: Criação de consenso técnico para a classificação das zonas de fome (QH Fase 5)

Relativamente ao **protocolo 1.1 Garantir uma boa composição dos UNA**, no caso de uma potencial classificação da fome, a UNA deve incluir peritos com conhecimentos comprovados do contexto. Além disso, os membros do UNA devem receber formação específica sobre a utilização de protocolos especiais para a classificação da fome. O UNA deve também ser apoiado por especialistas na análise dos dados relativos à mortalidade e à nutrição, a fim de garantir uma boa compreensão dos dados disponíveis para avaliar corretamente a situação.

Protocolo 1.2 A realização da análise numa base consensual será reforçada no caso de uma potencial classificação da fome numa determinada zona, através da mobilização do Grupo Consultivo de Peritos (GCP) para prestar apoio técnico às análises. As modalidades práticas de mobilização do apoio técnico do GCP serão definidas pelo CT- QH em estreita colaboração com o UNA.

Função 2: Classificação da gravidade e identificação dos fatores determinantes

Protocolo 2.2: Utilizar o quadro de referência para avaliar as provas diretas da SAN e os fatores contributivos. O quadro de referência é uma das componentes essenciais para a construção da convergência das provas que conduzem à classificação da gravidade da insegurança alimentar e nutricional. Em caso de fome, é necessário construir a análise com base nos resultados da SAN, em particular o consumo alimentar, o estado nutricional e a mortalidade, para os quais as provas têm limiares que atingem a fase 5. No que diz respeito ao consumo alimentar, trata-se de provas ligadas à escala de fome das famílias, à pontuação da diversidade alimentar das famílias e ao défice de sobrevivência da análise HEA. Relativamente ao estado nutricional, trata-se de provas do GAM (PT/WHZ) e, relativamente à mortalidade, de provas da TBM, de preferência, e da U5MR. São igualmente necessários fatores contributivos que forneçam informações sobre o risco e a vulnerabilidade e sobre as taxas de desnutrição aguda grave. Todos estes elementos devem necessariamente ser utilizados na construção da convergência de provas. Os fatores contributivos devem permitir deduções a partir dos resultados da RAS, a fim de garantir o rigor metodológico na classificação da fome.

Protocolo 2.3: Respeitar os parâmetros da análise: Tendo em conta as questões envolvidas na classificação de uma zona como estando em estado de fome (Fase 5), deve ser respeitado um número mínimo de critérios para se chegar a uma conclusão sobre esta fase (quadros 28 e 29). Os analistas devem assegurar-se de que estão disponíveis provas que satisfazem todos os critérios de qualidade definidos no presente manual. Estas condições devem aplicar-se à análise.

Caixa 23: Mais pormenores sobre os dados relativos à nutrição e à mortalidade**Pormenores dos dados nutricionais:**

A prevalência da desnutrição aguda global (GAM) deve ser calculada utilizando os dados de peso por altura em escores *z* e/ou a presença de edema. O valor de corte da GAM de acordo com o P/T e/ou a presença de edema deve ser superior ou igual a 30%. A prevalência de GAM calculada com base nas medições de P/T e/ou na presença de edema só pode ser utilizada com a aprovação do Grupo Consultivo de Peritos (GCP) do QH e exclusivamente para a classificação de zonas inacessíveis ou restritas.

Pormenores dos dados de mortalidade:

A taxa de mortalidade deve ser calculada a partir de mortes não traumáticas. As mortes por ferimentos não devem ser incluídas no cálculo das taxas brutas de mortalidade (TMB) ou das taxas de mortalidade de crianças com menos de cinco anos (TMM5) quando estas provas são utilizadas para apoiar a classificação da fome. Todas as outras causas de morte devem ser incluídas no cálculo da TFG e da TMM5. Se a informação sobre o número de mortes por causas traumáticas não estiver disponível, o analista deve rever cuidadosamente os dados de mortalidade para determinar em que medida a TMM e a TMM5 podem ter sido modificadas/influenciadas por causas traumáticas.

O limiar de fome para a TBM corresponde a mais de 2 mortes por 10.000 pessoas por dia e a TMM5 deve ser superior ao limiar de 4 mortes por 10.000 crianças com menos de 5 anos por dia. O período de retirada para a TBM e a MMR5 não deve exceder 90 dias. No entanto, quando os períodos de referência são mais longos, podem ser utilizadas provas, mas, neste caso, os analistas devem avaliar as tendências recentes. As taxas de mortalidade devem refletir as mortes na área analisada.

Caixa 24: Indicação adicional para a fase 5 - Classificação da fome :

A fome pode ser projetada mesmo que os dados atuais estejam abaixo dos limiares de fome para um ou todos os resultados, desde que se justifique que os níveis atuais se deteriorarão ao ponto de atingir ou exceder os limiares de fome durante o período de projeção no cenário mais provável. Para fundamentar a projeção da fome, os analistas devem formular hipóteses suficientemente claras e precisas a partir das provas diretas utilizadas para concluir sobre a classificação da situação atual. No caso das projeções, os dados relativos ao GAM, MMR e U5MR, bem como ao consumo alimentar (CF), devem estar relativamente próximos dos níveis de limiar da fome.

A relação causa-efeito entre a subnutrição aguda e as mortes não traumáticas deve ser demonstrada. Pode acontecer que os indicadores de consumo alimentar já estejam acima dos limiares de fome antes de a subnutrição aguda global e a mortalidade atingirem os mesmos níveis. Nesses casos, a análise dos fatores que contribuem para a situação deve mostrar uma deterioração entre o período atual e o período previsto, salientando as alterações prováveis na área em análise.

Convergência de provas:

Para classificar um resultado na fase 5 (Fome), é necessário ter pelo menos uma prova fiável (F3) na fase 5 (Fome) e todas as outras provas fiáveis (F3) na fase 4 (Emergência) no período atual. A projeção é elaborada tendo em conta as indicações definidas na casa 26.

Regra dos 20%: estima-se que pelo menos 20% da população se encontre na Fase 5 (Fome) quando uma zona é classificada como Fome (Fase 5).

Unidade(s) de análise: para ser classificada como **Fase 5 (Fome)**, uma área deve ter uma população de pelo menos **10.000 habitantes**. Uma unidade administrativa de análise típica, N2, deve ser desagregada e analisada separadamente se os dados representativos da zona indicarem a existência de fome potencial (atual ou prevista) numa subzona com uma população superior a 10.000 habitantes.

Protocolo 2.4: Avaliação e atribuição de pontuações de fiabilidade das provas: Apenas as provas de resultados com nível de fiabilidade F3 devem ser utilizadas para classificar uma área acessível como fome. No entanto, para áreas inacessíveis ou restritas, podem ser utilizadas provas com um nível de fiabilidade de F2 e F1.

Protocolo 2.5: Documentar e disponibilizar sistematicamente as provas: no caso da classificação da Fase 5 (Fome), todos os dados de base utilizados para gerar as provas devem ser colocados à disposição do grupo de analistas, do GCP e do Comité Técnico de Ajuda pela UNA. Os formulários utilizados para as análises devem ser cuidadosamente documentados de acordo com o processo analítico. Os suportes de análise são os mesmos que os utilizados nos protocolos padrão.

Protocolo 2.6: Cumprimento dos requisitos mínimos da análise: a classificação de uma zona na fase 5 (Fome) está sujeita à condição estrita da presença de um mínimo de provas com um determinado nível de fiabilidade (quadro 28). No caso da Fome, são definidos critérios adicionais, mais precisos e exigentes, que constituem as condições obrigatórias para a classificação neste nível de extrema gravidade.

Quadro 28: Provas mínimas necessárias para a classificação da fome

Análise atual	Análise projetada
Pelo menos três resultados (CA, Nutrição, Mortalidade) com provas de fiabilidade F3 + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos com provas de fiabilidade F1 ou superior	Análise atual realizada com, pelo menos, três resultados (CA, Nutrição, Mortalidade) apoiados por provas de fiabilidade F3 + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos com fiabilidade F1 ou superior e/ou hipóteses claramente documentadas

Para áreas inacessíveis ou restritas, o nível exigido de fiabilidade das provas é ajustado para ter efetivamente em conta os desafios e as dificuldades inerentes à recolha de dados neste tipo de áreas.

Quadro 29: Provas mínimas necessárias para a classificação da fome em zonas inacessíveis ou restritas

Análise atual	Análise projetada
Pelo menos dois resultados (CA + Nutrição /Mortalidade) com fiabilidade F1 ou superior + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos com provas fiáveis	Análise atual realizada com pelo menos dois resultados (CA + Nutrição /Mortalidade) com fiabilidade F1 ou superior + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos apoiados por provas fiáveis e/ou hipóteses claramente documentadas

Determinação do nível de confiança da análise: os critérios de avaliação do nível de confiança definidos nos protocolos normalizados e nos protocolos especiais para zonas inacessíveis ou restritas continuam a ser aplicáveis.

Condições para a estimativa das populações na fase 5:

Quando uma área não é classificada como Fase 5, ainda é possível estimar as populações da Fase 5. Nestas condições, estas populações encontram-se em situação de catástrofe. As necessidades

são os seguintes:

1. Zona classificada na Fase 3 ou na Fase 4
2. Existência de populações na Fase 5 para o resultado CONSUMO DE ALIMENTOS;
3. NUTRIÇÃO o resultado é classificado pelo menos na fase 4
4. Se o resultado EVOLUÇÃO DOS MODOS DE VIDA for classificado, deve haver populações na Fase 4.
5. Se o resultado da MORTALIDADE for classificado, deve estar pelo menos na Fase 3.

As estimativas da população para as outras fases de gravidade seguem a mesma abordagem que para os protocolos padrão.

Função 3: Comunicação para a ação

Quando a classificação de uma zona na Fase 5 (Fome) é confirmada pelo CGE na sequência de uma Revisão da Classificação da Fome (RCF), é imediatamente produzido um alerta de fome, como uma versão simplificada da ficha de comunicação, para fornecer explicações claras e concisas sobre a gravidade da situação. Além disso, neste caso, é necessário comunicar claramente o caso de fome (área, número de pessoas, prazo e nível de confiança da classificação e a necessidade de ação humanitária urgente). Deve também ser desenvolvida uma fundamentação clara para justificar a classificação de fome, fazendo referência às provas e fontes utilizadas, reiterando ao mesmo tempo no alerta a definição de fome adotada pelo HC. O processo de revisão especial que levou à confirmação desta classificação de fome também deve ser especificado.

Função 4: Garantia de qualidade e análise rigorosa

É obrigatória uma revisão técnica especial em tempo real da análise da QH, designada por Revisão da Classificação da Fome (RCF). A revisão centra-se na avaliação da plausibilidade da classificação da fome para que possa ser validada ou invalidada pelo GCP. A UNA e a equipa de facilitação preparam os dados e as informações necessárias para a revisão e partilham-nos com o Comité Técnico do CSS, que ativa imediatamente o ECG. O trabalho do GCP será coordenado pelo CILSS, que é responsável pela coordenação do Quadro Harmonizado. Se necessário, o Comité de Revisão da Fome (CRF) do IPC pode ser chamado a ajudar no processo de revisão da qualidade da classificação da fome.

As revisões da classificação da fome (RCF) da análise do QH são obrigatórias e devem ser efetuadas antes da publicação dos resultados. As conclusões e recomendações das revisões da classificação da fome (RCF) são comunicadas o mais rapidamente possível pelo Comité Técnico da QH à Unidade Nacional de Análise do QH (UNA-QH) do país em causa, ao Comité Diretor da QH e a outros parceiros regionais e internacionais.

3.2 PROTOCOLOS ESPECIAIS PARA ZONAS DE ACESSO RESTRITO OU INACESSÍVEL

O Quadro Harmonizado é um instrumento de alerta precoce concebido para partilhar informações oportunas, pertinentes e fiáveis sobre os riscos de deterioração da situação alimentar e nutricional nas zonas vulneráveis. Esta necessidade é ainda mais premente quando se trata de alertar os decisores e os atores humanitários para a situação que prevalece nas zonas inacessíveis ou restritas. Estes protocolos ajudam os analistas a classificar as zonas inacessíveis ou de acesso restrito, cujas características são definidas a seguir. Nestas condições especiais, os critérios mínimos de fiabilidade dos dados e de classificação das zonas são alterados para os tornar mais flexíveis.

3.2.1. Características das zonas inacessíveis ou de acesso restrito

Zona inacessível: zona em que se verifica pelo menos uma das seguintes condições:

1. Dificuldade de acesso físico à zona e aos seus habitantes.
2. Dificuldades na execução de intervenções de desenvolvimento ou humanitárias devido à insegurança, a conflitos, a catástrofes ou a decisões do Estado.
3. Dificuldades na recolha física de dados estatisticamente representativos. No entanto, é possível utilizar métodos de recolha de dados à distância ou indiretos (mVAM, entrevistas com pessoas deslocadas da zona, POT, etc.).

Zona de acesso limitado: zona com uma parte inacessível.

O EWS ou a UNA, 1 a 2 meses antes da análise, identifica as áreas inacessíveis ou de acesso limitado do país com base nas definições acima e usando a Quadro abaixo. O EWS organiza/incentiva a recolha de dados enquanto solicita informações aos POTs ou a outros parceiros. As áreas identificadas são apresentadas em plenário no primeiro dia de análise e validadas por consenso. A ferramenta proposta é uma Quadro que lista as zonas e responde às perguntas de definição às quais o EWS deve responder.

Quadro 30: Critérios de identificação de zonas inacessíveis e de acesso restrito

ADMIN0Nome (País)	ADMIN1Nome (Região)	ADMIN2Nome (Estado)	ADMIN3 (se necessário/ zona parcialmente acessível)	Geocódigo	Definir 1 para Sim e 0 para Não se for satisfeita uma das seguintes condições				
					1- Os serviços públicos estão a ter dificuldades em funcionar em toda ou parte da zona devido à insegurança ou a uma catástrofe natural?	2- Alguns agentes humanitários ou de desenvolvimento estão a ter dificuldades em aceder à população para realizar as suas atividades devido à insegurança ou a uma catástrofe natural?	3- Uma parte ou a totalidade da área não pôde ser coberta pela recolha de dados devido à insegurança ou a uma catástrofe natural?	Utilização do protocolo cartográfico	Utilização do protocolo das zonas inacessíveis
Gondwana	Bouloubou	Massadougou		GD10001	1	1	1	Sim	Sim
Gondwana	Bouloubou	Assiakopé		GD10002	1	1	0	Sim	Não
Gondwana	Bouloubou	Yafoyi		GD10003	1	1	1	Não	Não
Gondwana	Mbengué	Tourefé		GD10004	0	0	0	Não	Não
Gondwana	Mbengué	Bordesaine		GD10005	0	0	1	Não	Não
Gondwana	Mbengué	Pigali		GD10006	0	0	0	Não	Não
Gondwana	Soupréfait	Yassa		GD10007	0	0	0	Não	Não
Gondwana	Soupréfait	Kedjenu		GD10008	1	1	0	Sim	Não
Gondwana	Soupréfait	Ablo		GD10009	0	0	0	Não	Não
Gondwana	Soupréfait	Rabiolé		GD10010	0	0	0	Não	Não

A UNA terá de assegurar que os números relativos às populações que vivem em zonas acessíveis e inacessíveis são desagregados. Antes da análise, as partes interessadas devem esforçar-se por recolher dados adicionais nas/sobre as zonas inacessíveis, se possível.

3.2.2. Fases de análise e utilização de protocolos especiais para a análise de zonas inacessíveis ou restritas

3.2.2.1. Aplicação de protocolos especiais para análise de áreas inacessíveis ou restritas

- Quando a população que vive na parte inacessível é inferior a 20% da população total da zona, deve ser efetuada uma única análise que abranja toda a zona. Neste caso, a

Caixa 25: Condições para a classificação de zonas inacessíveis ou restritas

Se uma área for identificada como inacessível, com acesso limitado e/ou com problemas de acesso para certos atores durante as etapas descritas acima (incluindo o preenchimento do quadro descrito na etapa 2.1), deve ser dada especial atenção a esta área durante a produção de provas e a análise. Idealmente, estes domínios deveriam ser incluídos nas áreas prioritárias da *Task Force* POT e deveriam ser criados sistemas de recolha de dados adaptados ao contexto para garantir a disponibilidade das informações necessárias. dados suficientes e fiáveis para a análise do Quadro Harmonizado. Além disso, os domínios identificados no capítulo 2.1 devem ser objeto de uma análise específica durante a consolidação regional, independentemente do facto de o protocolo especial ter sido ou não utilizado.

Os quadros 31, 32 e 33 definem os critérios mínimos para a classificação das zonas inacessíveis ou de acesso restrito.

protocolos especiais para zonas inacessíveis ou restritas. Para além disso, nestas condições, devem ser aplicados protocolos de mapeamento ZIAL.

- No entanto, se a população que vive na parte inacessível for igual ou superior a 20% da população total da zona, deve ser efetuada uma análise separada das duas partes da zona: acessível e inacessível. As duas partes devem ser analisadas utilizando :
 - o Protocolos normalizados para a parte acessível.
 - o Protocolos especiais para zonas inacessíveis utilizando protocolos de cartografia ZIAL.

Isto poderia resultar em duas classificações diferentes no mapa de QH e numa estimativa populacional separada. Se, por razões de comunicação, for necessário fundir as estimativas de população das duas partes, a estimativa de população na fase 3 ou pior na parte inacessível deve, pelo menos, ser mencionada separadamente na narrativa.

Função 1: Criação de consensos técnicos

Protocolo 1.1: Composição da Unidade Nacional de Análise

No caso da aplicação de protocolos especiais para zonas inacessíveis ou restritas, a composição da Unidade Nacional de Análise requer um reforço das capacidades para garantir que o grupo de analistas encarregado de aplicar estes protocolos disponha de peritos:

1. ter um conhecimento profundo do contexto dos domínios analisados
2. tenham, se possível, participado na recolha de dados ou no controlo dos riscos de catástrofes
3. com experiência em análise de conflitos.

Função 2: Classificação da gravidade e identificação dos fatores determinantes

Os protocolos da função 2 dizem respeito principalmente aos requisitos de fiabilidade das provas, que devem ser tratados de forma mais flexível do que nos protocolos normais.

- A utilização de provas de fiabilidade de, pelo menos, F1 para os indicadores de resultados
- Cumprimento dos critérios mínimos de classificação das IBAs (quadros 31, 32, 33).

Caixa 26: Orientações para a recolha de dados em zonas inacessíveis ou restritas

Inquéritos rápidos e não representativos utilizar várias abordagens diferentes em simultâneo (**combinando métodos quantitativos e qualitativos**) e incluir o maior número possível de indivíduos - de forma exaustiva ou aleatória. As condições dos **recém-chegados** podem ser utilizadas desde que a duração da viagem seja considerada.

É absolutamente essencial documentar em pormenor os métodos e procedimentos utilizados, **incluindo os enviesamentos esperados**.

Entrevistas/medições em grupos de discussão ou em agregados familiares.

Se os dados sobre a subnutrição forem provenientes tanto do rastreio no domicílio como do rastreio num local central, como um centro de saúde, então a fusão destes dados não seria válida.

Consumo alimentar: HHS como prioridade, depois, se o tempo e os recursos o permitirem se os recursos disponíveis o permitirem, o SCA e/ou o HDDS.

Nutrição: PB/MUAC de preferência com edema;

Mortalidade: TBM baseada em:

- Entrevistas com informadores-chave, contagem de sepulturas recentes
- Revisão dos registos dos centros de saúde e dos hospitais.

- Para tal análise, os analistas precisam de combinar várias fontes de dados para construir uma análise relevante. Os dados a analisar podem provir de *avaliações rápidas*, de *sistemas de recolha de dados em locais onde as pessoas deslocadas chegaram recentemente à zona de residência*, de *inquéritos efetuados em zonas semelhantes próximas da zona a analisar*, de *séries históricas* ou de *dados recolhidos em pontos de distribuição* de ajuda humanitária, etc.
- É possível extrapolar a partir de dados recolhidos em unidades localizadas numa zona, com base num plano de amostragem que abranja alguns aglomerados/aldeias/assentamentos. Este cenário de análise deve também ter em conta a situação de zonas semelhantes próximas das zonas a analisar.
- Estes dados podem ser utilizados para efetuar uma análise à escala de uma área geográfica mais vasta (extrapolação).
- A extrapolação torna-se possível se os dados forem recolhidos através de um inquérito a, pelo menos, cinco grupos espalhados pelos diferentes locais da área a analisar.
- Dada a instabilidade da situação nas zonas inacessíveis e restritas, as classificações atuais devem basear-se em dados de três a cinco meses anteriores ao período de análise. As provas recolhidas em períodos diferentes devem ser contextualizadas com as da situação atual.
- Na ausência de novos dados sobre os indicadores de desempenho da RAS, não é possível atualizar as projeções.

Quadro 31: Critérios mínimos para a classificação das zonas inacessíveis ou de acesso restrito nas fases 1, 2 e 3

Análise atual	Análise projetada
Pelo menos 1 resultado, com provas de fiabilidade F1 ou superior + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos com provas fiáveis	Análise atual realizada com 1 resultado que contém provas de fiabilidade F1 ou superior + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos apoiados por provas fiáveis e/ou hipóteses claramente documentadas

Quadro 32: Critérios mínimos para a classificação da Fase 4 das zonas inacessíveis ou restritas

Análise atual	Análise projetada
Pelo menos 2 resultados, incluindo CA, apoiados por provas de fiabilidade F1 ou superior + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos com provas fiáveis	Análise atual realizada com 2 resultados, incluindo CA, apoiada por provas de fiabilidade F1 ou superior + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos apoiados por provas fiáveis e/ou hipóteses claramente documentadas

Quadro 33: Critérios mínimos para a classificação da Fase 5 das zonas inacessíveis ou restritas

Análise atual	Análise projetada
Pelo menos 2 resultados (CA + Nutrição/Mortalidade) com fiabilidade F1 ou superior + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos com provas fiáveis	Análise atual realizada com pelo menos 2 resultados (CA + Nutrição/Mortalidade) com fiabilidade F1 ou superior + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos apoiados por provas fiáveis e/ou hipóteses claramente documentadas

Nível de confiança da análise

Com base no número e na natureza dos resultados e dos fatores contributivos utilizados, os analistas determinam, de acordo com os critérios constantes do quadro seguinte, o nível de confiança da análise de cada zona, tanto para a situação atual como para a situação projetada.

Quadro 34: Critérios para os níveis de confiança para uma zona inacessível ou restrita

Nível de confiança	Critérios de atribuição dos níveis de confiança da análise	
	Situação atual	Situação projetada
Aceitável *	Pelo menos 1 resultado de segurança alimentar e nutricional + Pelo menos 3 grupos de fatores contributivos	Análise atual aceitável e pelo menos 4 elementos (resultados e fatores contribuintes)
Médio **	Pelo menos 3 resultados em matéria de segurança alimentar e nutricional, incluindo a AC + Pelo menos 4 grupos de fatores contributivos	Análise da situação atual média e, pelo menos, 7 elementos (resultados e fatores contribuintes)
Elevado ***	N/A	N/A

Estimativas da população

Condições para estimar as populações na Fase 5 para áreas inacessíveis e áreas com acesso limitado quando a área não está classificada como Fome.

1. Zona classificada pelo menos como Fase 3
2. Existência de populações na Fase 5 para o resultado **CONSUMO DE ALIMENTOS**;
3. Se o resultado **EVOLUÇÃO DOS MODOS DE VIDA** for classificado, deve haver populações na Fase 4.
4. Se o Resultado **NUTRIÇÃO** for classificado, deve estar pelo menos na Fase 4.
5. Se o resultado **de MORTALIDADE** for classificado, deve estar pelo menos na Fase 3.

Condições para estimar populações na Fase 4 para áreas inacessíveis e restritas em que a classificação da área não atingiu a Fase 4.

1. Zona classificada pelo menos como Fase 2
2. Existência de populações na Fase 4 para o resultado **CONSUMO DE ALIMENTOS**;
3. Se o resultado **EVOLUÇÃO DOS MODOS DE VIDA** for classificado, deve haver populações na Fase 4.
4. Se o resultado **NUTRIÇÃO** for classificado, deve estar pelo menos na fase 3.
5. Se o resultado **da MORTALIDADE** for classificado, deve estar pelo menos na Fase 2.

Função 3: Comunicação para a ação

A comunicação em torno da classificação das zonas inacessíveis e restritas deve sublinhar a utilização de protocolos especiais. Isto significa que :

- Relativamente ao Protocolo 3.1: o relatório de análise deve especificar claramente o facto de a zona ter sido classificada com provas limitadas devido a dificuldades de acesso;
- No que diz respeito ao Protocolo 3.2: respeito da norma de cartografia, o mapa deve indicar claramente "acesso limitado ou inacessível";
- Em caso de classificação de fome, devem ser aplicados procedimentos especiais de comunicação.

Função 4: Garantia de qualidade e análise rigorosa

Todas as zonas classificadas segundo os protocolos especiais para zonas inacessíveis e restritas devem ser sistematicamente submetidas a uma análise de qualidade pelo Comité Técnico.

3.3 PROTOCOLOS ESPECIAIS PARA CLASSIFICAR GRUPOS DE AGREGADOS FAMILIARES OU POPULAÇÕES ESPECÍFICAS

A análise de grupos de agregados familiares ou populações é importante:

- No contexto de crises ou catástrofes, quando é necessário dispor de informações mais precisas sobre determinados grupos afetados, nomeadamente nos campos de deslocados.
- Para mais pormenores sobre a situação dos agregados familiares com características específicas numa determinada zona ou em campos para pessoas deslocadas.

A análise de agrupamento de agregados familiares é levada a cabo considerando subgrupos de agregados familiares que são relativamente homogêneos em termos de resultados de segurança alimentar, dependendo de uma vasta gama de fatores tais como condições sociais e económicas, meios de subsistência, exposição a choques, etc. Todos os agrupamentos de agregados familiares numa área podem ser classificados, ou simplesmente um subconjunto deles. Todos os grupos de agregados familiares numa área podem ser classificados, ou apenas um subconjunto deles. Por outro lado, os grupos populacionais são analisados numa determinada área geográfica ou em campos de deslocados internos. Para recordar:

Recordação das condições de análise de grupos de agregados ou de populações

Escolha dos grupos de agregados familiares: um grupo de agregados familiares é um conjunto de agregados familiares relativamente homogêneos que partilham a mesma situação de segurança alimentar, incluindo fatores e resultados que contribuem para essa situação. Para este efeito, provavelmente, mas não necessariamente, têm meios de subsistência semelhantes. A escolha destes grupos depende das necessidades de informação, da disponibilidade de dados e dos recursos (humanos, tempo, financeiros). Tendo em conta as necessidades, os dados e outros recursos, os analistas escolhem os fatores mais importantes ou uma combinação de fatores para separar os agregados familiares. Para continuar a ser relevante no contexto específico do Sahel e da África Ocidental, a escolha destes grupos de agregados familiares deve basear-se em critérios socioeconómicos (muito pobres, pobres, de rendimento médio e ricos), sociodemográficos (agregados familiares chefiados por mulheres), de subsistência (agricultores, pastores, comerciantes, etc.), de impacto das crises de segurança (agregados familiares deslocados, agregados familiares de acolhimento) e de dimensão do grupo a analisar, que deve ser de pelo menos 10 000 pessoas.

Seleção de grupos populacionais: Trata-se de grupos populacionais específicos, tais como pessoas que vivem em campos de pessoas deslocadas (PDI ou refugiados) ou com famílias de acolhimento ou numa determinada área geográfica restrita e circunscrita.

Abordagem analítica: A análise de grupos de agregados familiares ou de populações pode ser efetuada total ou parcialmente. Dependendo da situação na área, os analistas devem selecionar a abordagem mais adequada às suas necessidades e aos dados e conhecimentos disponíveis.

Análise completa de grupos de agregados familiares ou de populações: Diz-se que a análise é completa quando a população total da área é dividida em diferentes grupos de agregados familiares, cada um dos quais é analisado separadamente. Este tipo de análise é útil quando existe muita informação disponível sobre os diferentes grupos populacionais e é necessária precisão para a tomada de decisões e a seleção de alvos. Se determinados grupos de agregados familiares ou populações não forem analisados, não serão classificados. A população de todos os grupos de agregados familiares com a mesma classificação será somada para obter a população de cada fase da área.

Se certos grupos de agregados familiares não tiverem sido analisados, as suas respetivas populações não serão adicionadas a nenhuma fase. Para os grupos populacionais, quando o grupo é classificado numa determinada fase, a população é distribuída de acordo com as diferentes fases de gravidade da insegurança alimentar.

Análise parcial de grupos de agregados familiares ou populações: No caso de uma análise parcial, apenas o grupo mais desfavorecido da população na área deve ser considerado se houver mais de 10.000 pessoas neste grupo. Uma análise parcial pode ser efetuada quando os dados sobre o grupo mais desfavorecido estão disponíveis, mas não há tempo nem dados suficientes para analisar todos os grupos de agregados familiares ou de população. Para efetuar uma análise parcial de grupos de agregados familiares ou populações, para além da sua relevância, será necessário que a população total do grupo de agregados familiares ou populações represente pelo menos 20% da população total da área.

3.4 PROTOCOLOS ESPECIAIS PARA A INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÉNERO NAS ANÁLISES QH

A integração da perspetiva de género na saúde humana deve começar durante a recolha de dados e deve ser orientada pela necessidade de reduzir as desigualdades de género em caso de crise alimentar e nutricional. A integração da perspetiva de género na QH procura orientar as decisões no processo de prevenção e gestão das crises alimentares e nutricionais. Por conseguinte, o género será tido em conta em todo o processo de QH.

Função 1: Criação de consenso técnico

A integração da perspetiva de género nas análises de QH deve refletir-se na participação ativa de peritos/pontos focais responsáveis pelas questões de género. Estes últimos devem ser provenientes de ONG nacionais (ACF, Oxfam, Save the Children) e internacionais e dos gabinetes nacionais das agências das Nações Unidas (PAM, FAO, UNICEF, OCHA) e devem ter recebido formação prévia pelo menos no nível 1 do Quadro Harmonizado. Para garantir que a questão do género é efetivamente tida em conta nas análises de QH, a unidade nacional de análise deve nomear um ponto focal de género. Os membros da UNA devem também receber formação em questões de género e, em particular, na tomada em consideração do género nas análises de QH.

Estes peritos contribuem para a recolha de dados temáticos sobre os diferentes sectores e componentes da segurança alimentar e nutricional que salientam as diferenças na dimensão do género e ajudam a organizá-los em bases de dados estruturadas. Devem também ajudar a utilizá-las numa base consensual.

Os peritos em questões de género, enquanto membros da unidade de análise nacional, devem participar no processo de formação de consensos técnicos, tirando o máximo partido dos seus conhecimentos durante os debates.

Função 2: Classificação da gravidade e identificação dos fatores determinantes

Para além dos dados normais, a análise do contexto da zona deve incluir dados desagregados sobre a população, as taxas de escolarização, as fontes de rendimento (e a contribuição das mulheres para o rendimento do agregado familiar), o acesso das mulheres aos fatores de produção agrícola e ao crédito, e as principais atividades económicas exercidas pelas mulheres. As fontes potenciais de tais dados são os documentos nacionais de política/estratégia em matéria de género, os relatórios de inquéritos dos institutos nacionais de estatística, os perfis de referência da AHE e os perfis e análises de género de certas instituições, nomeadamente o BAD, o PNUD, a FAO, a CEDEAO, a ACF, etc.).

A partir da recolha de dados, o género e a inclusão social são tidos em conta como fatores contributivos, nomeadamente em termos de determinantes (vulnerabilidade ao perigo) e fatores limitativos (disponibilidade, acessibilidade, utilização, incluindo o acesso à água potável, estabilidade). O género deve ser tido em conta nos sistemas e instrumentos de recolha de dados para que a informação necessária possa ser corretamente preenchida, como mostram os exemplos dos quadros 11, 12, 13 e 14 do presente manual.

Função 3: Comunicação para a ação

A dimensão do género deve ser explicitamente destacada nos vários produtos utilizados para comunicar os resultados do QH. Dependendo das circunstâncias e contextos, a vulnerabilidade particular de certos grupos socioeconómicos ou categorias de agregados familiares e indivíduos pode ser detalhada. Isto ajudará a chamar a atenção dos decisores para estes casos específicos e para as ações necessárias para reduzir o seu nível de vulnerabilidade.

Função 4: Garantia de qualidade e análise rigorosa

Os formadores e facilitadores devem assegurar que a participação dos peritos em questões de género seja respeitada durante as sessões de formação e análise. Devem também verificar que os dados sensíveis ao género estão disponíveis e são tidos em conta na análise. O controlo de qualidade dos resultados deve ser efetuado assegurando que a dimensão do género é respeitada nos vários protocolos, de acordo com a grelha de avaliação das sessões de análise.

A ferramenta de avaliação das sessões de formação e de análise do QH é adaptada de modo a realçar a eficácia da integração da perspetiva de género neste processo.

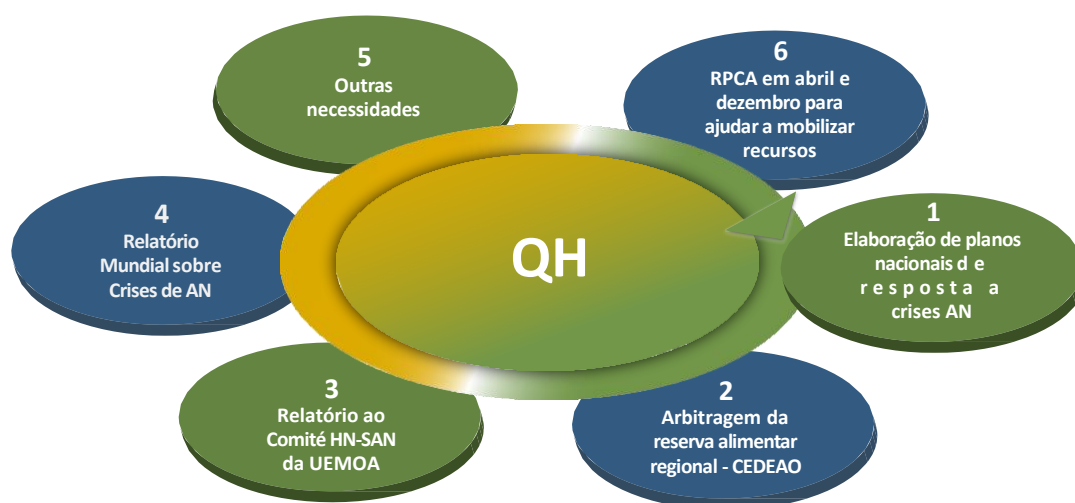
IV. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS DE QH

Os resultados do QH são uma importante fonte de informação para os governos, os seus parceiros técnicos e financeiros, as organizações intergovernamentais e a comunidade internacional. Os mecanismos nacionais e os parceiros utilizarão os resultados do QH no planeamento de intervenções de emergência, de reabilitação e/ou de reforço da resiliência, identificando as causas e os fatores limitantes, bem como as zonas de risco e as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. O Quadro Harmonizado é o instrumento de arbitragem para mobilizar a reserva regional de segurança alimentar da CEDEAO e da UEMOA. A decisão dos PTF de apoiar a mobilização de recursos adicionais para ajudar os países afetados por crises alimentares e nutricionais deve também basear-se nos resultados do Quadro Harmonizado, a fim de manter uma boa coordenação e coerência com as ações públicas de prevenção e gestão de crises, em conformidade com o espírito da Carta PREGEC.

Consequentemente, o Quadro Harmonizado é a referência única para todos os decisores e outros atores públicos e privados. A sua aplicação exige não só um forte apoio de toda a comunidade regional, mas também mudanças fundamentais nas práticas. A insegurança alimentar e nutricional é uma preocupação central e uma das prioridades na agenda dos governos, dos PTF, da sociedade civil e da comunidade internacional. É simultaneamente uma das principais causas da pobreza endémica e a sua principal consequência. Por conseguinte, o desenvolvimento dos meios para a remediar de forma sustentável é atualmente considerado como uma das condições e um dos meios para realizar a maior parte das ambições de todos os intervenientes.

Para aumentar o valor do QH, todos os parceiros devem respeitar este instrumento comum como referência para a análise da segurança alimentar e nutricional. O QH deve satisfazer as necessidades crescentes de informação das partes interessadas. É por isso que o QH foi definido como uma ferramenta de comunicação estratégica no domínio da segurança alimentar e nutricional, e uma ferramenta de diálogo e coordenação entre os sistemas PREGEC e RPCA. Os resultados são também utilizados no âmbito do relatório global sobre as crises alimentares (figura 21).

Figura 21: CH



CONCLUSÃO

O Quadro Harmonizado é um instrumento unificador devido ao seu alinhamento com a Carta para a Prevenção e Gestão das Crises Alimentares (PREGEC) e à sua abordagem participativa e inclusiva em termos de mobilização de parceiros e de aproveitamento dos resultados de outros sistemas de informação. A sua abordagem atual permite gerar resultados comparáveis no espaço e no tempo na região e a nível mundial. O QH utiliza o mesmo quadro analítico que o IPC 3.0, que oferece a vantagem de efetuar uma análise multidimensional e integrada da situação alimentar e nutricional com base numa abordagem de meta-análise e convergência de provas.

O QH tira o máximo partido dos dados de todos os sistemas existentes a nível dos governos, das organizações do sistema das Nações Unidas, das ONG e das organizações de produtores. Estes sistemas representam a maior parte do potencial para os países se encarregarem da QH. Necessitam de um reforço das capacidades técnicas e financeiras. No entanto, alguns sistemas nacionais precisam de ser reorganizados para garantir a produção regular de dados fiáveis para uma análise de alta qualidade que ajude a melhorar a tomada de decisões, tanto a nível nacional como regional.

BIBLIOGRAFIA

- Barrett C.B. e Lentz, E., 2010 "Food Insecurity" (Insegurança alimentar). Em Robert Denemark et al. eds. The International
- Projeto de Compêndio de Estudos. Oxford: Wiley-Blackwell
- Barrett, Christopher B., 2004 Mistura de métodos qualitativos e quantitativos de análise da pobreza Dynamics"; comunicação apresentada no seminário KIPPRA-Cornell SAGA sobre "Qualitative and Quantitative Methods of Poverty Analysis", Nairobi, março de 2004.
- ILSS, Cartade 1990 para a Prevenção e Gestão das Crises Alimentares no Sahel e na África Ocidental, RPCA, 10 de fevereiro de 1990
- ILSS, Cartade 2011 para a prevenção e gestão das crises alimentares no Sahel e na África Ocidental, RPCA, Conacri, novembro de 2011
- CILSS et al, 2012 Quadro harmonizado para a análise contínua da vulnerabilidade atual no Sahel e na África Ocidental. Manual do utilizador, versão 1
- CILSS et al, 2013 Quadro harmonizado para a análise contínua da vulnerabilidade no Sahel e na África Ocidental. Nota metodológica, versão 3
- CILSS, et al, 2012 Quadro harmonizado para a análise da vulnerabilidade em curso no Sahel e na África Ocidental. Nota metodológica, versão 2
- AO, 2006 O Quadro de Meios de Subsistência Sustentáveis As quatro dimensões da segurança alimentar: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.
- FAO, 2012 Quadro integrado para a classificação da segurança alimentar. Manual Técnico Versão 2
- FEG (sem data) Abordagem da economia das casas de família - Guia do Profissional. Programa regional de combate à fome e à vulnerabilidade - Save the Children.
- FEWS, 1995 Desenvolvimento do Método de Avaliação da Vulnerabilidade Regional (Mali, Burkina Faso, Níger e Chade), março de 1995, V.01
- FSAU, 2006 Classificação Integrada da Segurança Alimentar e da Fase Humanitária: Manual Técnico Versão I
- Maxwell D, e Caldwell R., 2008 O Índice de Estratégias de Enfrentamento: Manual de Métodos de Campo, segunda edição, CARE. Primeira edição de 2003 em <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/009/ae513e.pdf>
- Parceiros mundiais do IPC 2012 Quadro integrado de classificação da segurança alimentar: Manual versão técnica 2.0. Provas e normas para uma melhor tomada de decisões em matéria de segurança alimentar. FAO. ROMA
- PAM, 2000 Food and Nutrition Handbook.oma: Serviço de Nutrição do
- PAM Robert M., 1999 Food And Nutrition Assistance, Sampling Guide (USAID) UNICEF, 1996 nicef's Conceptual Framework for Nutrition
- OMS, 1995 Relatório sobre a saúde mundial 1995, Colmatar as lacunas
- OMS, 1997 Relatório sobre a saúde no mundo em 1997, vencer o sofrimento, enriquecer a humanidade

ANEXO

**MANUAL DO QUADRO
HARMONIZADO 3.0**

ANEXO 1: ORIENTAÇÕES SOBRE O INDICADOR ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO BASEADAS NOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

A análise do Quadro Harmonizado da insegurança alimentar e nutricional baseia-se em quatro resultados principais: (i) consumo alimentar, (ii) alterações nos meios de subsistência, (iii) estado nutricional e (iv) mortalidade. Destes quatro resultados da segurança alimentar e nutricional, o consumo de alimentos e as mudanças nos meios de subsistência são os principais resultados. Apesar deste lugar importante na análise da insegurança alimentar e nutricional, a mudança de meios de subsistência foi um resultado que raramente foi reportado nos ciclos de análise do QH. Isto deveu-se principalmente ao facto de os analistas terem dificuldade em chegar a acordo sobre as provas diretas relevantes e, acima de tudo, quantificáveis a utilizar na sua análise. A consequência foi que, apesar da sua importância, muitas análises de QH foram efetuadas sem que este resultado essencial da segurança alimentar e nutricional fosse devidamente documentado.

1. As provas utilizadas para analisar a evolução dos meios de subsistência no Quadro Harmonizado

O Quadro Harmonizado recomenda a utilização de estratégias de adaptação baseadas nos meios de subsistência para a análise do resultado "mudança dos meios de subsistência". Tendo em conta o contexto específico dos países do Sahel e da África Ocidental, o Quadro Harmonizado propõe as seguintes dez (10) estratégias de adaptação com as categorias que se seguem:

Nº de encomenda	Estratégias	Categorias
01	Vender mais animais do que o habitual numa base sustentável O objetivo é ver se o agregado familiar vendeu mais animais do que normalmente venderia, assegurando ao mesmo tempo que esta venda adicional não compromete a sustentabilidade do rebanho. Esta estratégia centra-se principalmente na venda de pequenos ruminantes.	Stress
02	Reduzir as despesas com a saúde e/ou a educação O objetivo é verificar se o agregado familiar reduziu as despesas com a educação e/ou a saúde (mesada para os alunos, compra de material escolar, compra de uniformes, participação em atividades recreativas, compra de medicamentos mais baratos, recurso à medicina tradicional por ser mais barata do que a medicina moderna, etc.).	Stress
03	Reduzir as despesas de apoio à produção agro-silvo-pastoril e à pesca O objetivo é verificar se o agregado familiar reduziu as despesas com sementes, pesticidas, adubos, mão de obra, forragens, cuidados veterinários, alimentos para o gado, água para o gado, compra/manutenção de pirogas ou redes de pesca, etc. Os elementos mais relevantes terão de ser visados de acordo com a natureza específica dos meios de subsistência da zona. Os elementos mais relevantes terão de ser direcionados de acordo com a natureza específica dos meios de subsistência da zona.	Stress
04	Pedir dinheiro emprestado para comprar alimentos O objetivo é verificar se o agregado familiar pediu dinheiro emprestado para comprar alimentos porque não tem alimentos em stock ou não tem dinheiro para comprar alimentos. O empréstimo de dinheiro para outros fins que não a compra de alimentos não deve ser tido em conta nesta estratégia.	Stress
05	Venda insustentável de gado (nível elevado de venda, venda invulgar de jovens fêmeas reprodutoras) O objetivo é verificar se o agregado familiar vendeu animais a um nível que compromete a sustentabilidade do seu gado ou se o agregado familiar vendeu jovens fêmeas reprodutoras que normalmente não se destinam à venda.	Crise
06	Venda de ativos produtivos ou de bens do agregado familiar O objetivo é ver se o agregado familiar vendeu certos bens produtivos ou bens como charruas, carroças, animais de tração fora do abate, bicicletas, motorizadas, joias de família, rádios, mobiliário, televisões, frigoríficos ou qualquer outro bem/ativo relevante do agregado familiar devido à insegurança alimentar.	Crise
07	Tirar as crianças da escola O objetivo é verificar se o agregado familiar retirou os seus filhos da escola por já não ter meios para os manter. No entanto, a retirada das crianças da escola por outras razões, nomeadamente socioculturais em certas comunidades, não deve ser tida em conta nesta estratégia.	Crise
08	Venda de todo o gado O objetivo é verificar se o agregado familiar vendeu todos os seus animais devido à insegurança alimentar. A venda de animais por outras razões, nomeadamente para escapar ao perigo (epizootia, seca, etc.) ou para renovar o efetivo, não deve ser tida em conta nesta estratégia.	Emergência
09	Venda de terrenos agrícolas O objetivo é verificar se o agregado familiar vendeu as suas terras agrícolas devido à insegurança alimentar. A venda de terras agrícolas por outras razões, em particular a venda de terras agrícolas pertencentes ao agregado familiar mas que não são normalmente desenvolvidas ou a venda de terras de cultivo menos férteis para comprar terras mais férteis não deve ser tida em conta nesta estratégia.	Emergência
10	Migração de todo o agregado familiar O objetivo é verificar se todo o agregado familiar está a migrar de outra área devido à insegurança alimentar ou civil na sua área de origem. A migração de todo o agregado familiar, possivelmente por outras razões, não deve ser tida em conta nesta estratégia.	Emergência

NB: Para todas estas estratégias de sobrevivência, deve ter-se o cuidado de garantir que a ligação com a insegurança alimentar e nutricional é claramente estabelecida e que o período de recolha é o dos últimos 3 meses anteriores ao inquérito.

ANEXO 2: UTILIZAÇÃO DE DADOS SOBRE NUTRIÇÃO

Fonte dos indicadores nutricionais:

Os dados nutricionais provêm de três tipos de fontes: inquéritos, sítios sentinela e dados de rastreio.

PESQUISAS:

A. Inquéritos nutricionais SMART: Os inquéritos SMART são rápidos, simples e normalizados. Utilizam as melhores práticas para a recolha de dados antropométricos de crianças e mulheres. Os inquéritos SMART fornecem estimativas de subnutrição com um elevado nível de fiabilidade que é internacionalmente comparável. Os inquéritos SMART são validados através de um processo nacional e regional que permite a comparação entre regiões e países.

Os inquéritos sobre parcelas inteligentes só devem ser utilizados nas zonas por eles abrangidas e apenas se tiverem sido validados pelo país e pelos seus parceiros.

B. Outros inquéritos (ENSAN, EFSAN, EBSAN, AGVSAN, MICS, EDS, inquéritos demográficos ou de segurança alimentar que incluam indicadores nutricionais úteis para a análise da QH). **Os resultados destes inquéritos devem ser validados pelos serviços técnicos de nutrição ou pelo grupo de trabalho sobre nutrição existente na maioria dos países.**

- **NB1:** A validação dos inquéritos e dos dados não é da competência do Comité Nacional de Análise (CNA) do Quadro Harmonizado.
- **NB 2:** Os dados nutricionais dos inquéritos devem respeitar uma amostragem de, pelo menos, 25 grupos para os inquéritos por conglomerados aplicáveis a uma grande população e de, pelo menos, 150 crianças para os inquéritos simples e sistemáticos aplicáveis a uma pequena população.

DADOS PROVENIENTES DE SÍTIOS SENTINELA:

Um sítio sentinela é um quadro de recolha, análise e partilha de informações sobre as condições de vida das populações locais e visa melhorar o conhecimento geral e específico das causas profundas da vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional. Os sítios sentinela podem fornecer dados em termos de MUAC/Perímetro braquial (PA) ou em termos de P/T. Os dados dos sítios sentinela devem ser submetidos a um controlo de qualidade (preferência digital, desvio-padrão, distribuição etária e proporção entre os sexos) por estruturas nacionais com as competências necessárias antes do ciclo de análise.

Em geral, os sítios sentinela recolhem PB durante estes inquéritos. Os critérios de aceitabilidade dos dados dos sítios sentinela para o QH

- Dados do MUAC em números (não codificados por cores) do rastreio exaustivo, ou seja, tendo atingido pelo menos 80% do objetivo;

NB que no entanto os dados podem ser utilizados para avaliar a situação nutricional através da análise das tendências mensais durante o período de análise em comparação com os dois (2) anos anteriores.

A seleção das crianças nos sítios deve ser aleatória ou exaustiva

O rastreio deve ser efetuado na mesma época que a análise em todos os locais.

- Controlo da qualidade dos dados
- A distribuição etária deve ser assimétrica
- Verificar a distribuição etária das crianças mais novas (<2 anos) e mais velhas (>2 anos) (por exemplo, utilizando a folha de cálculo Excel do CDC) e ajustar, se necessário
- Outros controlos de qualidade a efetuar
- Preferência numérica
- rácios de sexo
- Desvio-padrão do MUAC (bom: <130; aceitável: 130- <140; mau: 140- <150; inaceitável: > 150)

Se o rastreio for efetuado numa base mensal, devem ser utilizadas as informações mais recentes da época de análise.

Os dados provenientes de avaliações rápidas pontuais, efetuadas para avaliar rapidamente a situação, devem ser considerados como uma despistagem.

NB: Se o rastreio for efetuado numa base mensal, devem ser utilizados os dados mais recentes da época de análise.

DADOS DE RASTREIO:

DADOS DE ADMISSÃO PARA PROGRAMAS DE NUTRIÇÃO,

Os dados sobre as admissões nos programas de nutrição são úteis para as análises do QH. No entanto, estes dados têm limitações, em particular o aumento do número de admissões pode refletir uma deterioração da situação nutricional, mas também pode refletir uma expansão do programa com a abertura de novos centros de saúde, o que aumenta o número de crianças atendidas. Isto não significa necessariamente que a situação nutricional global na área estudada esteja a deteriorar-se.

É por isso que, no contexto do QH, estes dados podem ser considerados como um fator contributivo, tendo em conta aspetos como a cobertura indireta ou geográfica. A opinião dos nutricionistas é importante para compreender e avaliar a situação em caso de aumento dos internamentos.

O rastreio é uma atividade que consiste na recolha de dados antropométricos para avaliar o estado nutricional das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses, de forma exaustiva, numa determinada zona, através da medição do perímetro braquial (PA ou MUAC). O rastreio deve ser efetuado na mesma estação para todas as zonas e os dados antropométricos devem dizer respeito a pelo menos 300 crianças por unidade de análise. Se todas estas condições forem cumpridas, os dados terão uma fiabilidade de 2. Se a amostra for inferior a 300, então a fiabilidade será F1.

Os dados do rastreio devem ser submetidos a um controlo de qualidade (MUAC em mm, cobertura, distribuição etária e proporção entre os sexos) por estruturas nacionais com as competências necessárias antes do ciclo de análise.

Mediana das séries históricas para caracterizar a situação nutricional

Definição da Série Histórica:

- **Opção 1 (a preferir)** Pelo menos três inquéritos nos últimos cinco anos (mesmo não consecutivos, mas na mesma época)
 - **Opção 2:** Pelo menos cinco inquéritos ao longo de dez anos (mesmo não consecutivos, mas na mesma época)
- Utilizar as séries históricas**

Utilizar a base de dados sobre nutrição para calcular a mediana de GAM (de WHZ <-2) em crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses da mesma estação em anos semelhantes: **a mediana será considerada prova direta de GAM**

AUSÊNCIA DE DADOS REPRESENTATIVOS DA UNIDADE DE ANÁLISE,

Podem ser utilizados os seguintes artigos:

- Dados desagregados de inquéritos a um nível administrativo mais elevado
- Dados "recentes" de inquéritos representativos
- Dados históricos de inquéritos representativos

POSSIBILIDADE DE REANÁLISE,

No caso de dados desagregados de inquéritos a um nível administrativo superior ao analisado: os dados podem ser reanalisados para obter estimativas para níveis administrativos inferiores. *Por exemplo: os dados do 2º nível administrativo podem ser reanalisados ao 3º nível correspondente ao analisado.*

A decisão sobre a utilização das estimativas e a reanálise baseia-se no efeito de agrupamento ou efeito de conceção (DEFF).

- Se o DEFF no nível superior de administração for <1,3, as mesmas estimativas podem ser aplicadas aos níveis inferiores (não é necessário efetuar uma nova análise)
- Se o DEFF no nível superior for $\geq 1,3$, é necessária uma nova análise.

No entanto, a reanálise a um nível inferior deve respeitar um certo número de critérios, nomeadamente :

- O número de clusters por unidade de análise deve ser maior ou igual a 5;
- O número de crianças por unidade de análise deve ser maior ou igual a 100 ;
- O efeito de agrupamento das estimativas unitárias reanalisadas deve ser $DEFF < 1,3$.

NB 1: os 5 grupos e as 100 crianças só são utilizados para efeitos de reanálise do QH aceite por consenso, e nunca devem ser utilizados para efeitos de um inquérito representativo de uma unidade de análise.

NB 2: Estas reanálises, como parte das análises da QH, terão de ser orientadas pelo Grupo de Trabalho sobre Nutrição da QH (NTF-CT/QH), que foi mandatado pelo Comité Técnico (CT-QH) para desenvolver os critérios qualitativos mínimos para este exercício de reanálise.

Fatores contribuintes adicionais (FC) :

Fatores contributivos	Impacto negativo			Impacto positivo		
	Forte	Médio	Ligeiro	Ligeiro	Médio	Forte
Taxa de vacinação contra o sarampo	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Introdução de alimentos sólidos, semissólidos ou moles	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Início atempado do aleitamento materno	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Utilização dos serviços de saúde: pode ser comunicada por doença ou para todas as doenças em conjunto. Se for comunicada por doença, incluir cada doença numa linha diferente.	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Acesso a água suficiente	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Acesso a instalações sanitárias melhoradas	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Proporção de crianças com menos de 5 anos que dormiram sob todos os tipos de mosquiteiros	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Anemia em mulheres grávidas	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Baixo peso à nascença	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Desnutrição crónica/atraso de crescimento	Avaliação técnica e de consenso por especialistas no domínio					
Desnutrição aguda grave (SAM)	≥ 2%			< 2%		

ANEXO 3: RESPONSÁVEIS PELA TOMADA DE DECISÕES

NÚMEROS-CHAVE	Atual	Projetada
 Populações em situações difíceis (QH fases 3 a 5)	#	#
 Populações nas zonas mais afetadas que exigem uma ação imediata para salvar vidas e proteger os meios de subsistência		

DESTAQUES

MAPAS DO QUADRO HARMONIZADO - SITUAÇÃO ATUAL E PROJETADA	
Mapa da situação atual	Mapa da situação projetada

RESUMO DA SITUAÇÃO

AS CAUSAS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RECOMENDAÇÕES PARA UMA RESPOSTA IMEDIATA	
Recomendações para o acompanhamento	Metodologia e processo

Parceiros financeiros do Quadro Harmonizado:



CONTACTOS
Nome completo e endereço da pessoa de contacto
Nome completo e endereço da pessoa de contacto

ANEXO 4: PRINCIPAIS AÇÕES PÚBLICAS

Quadro harmonizado para a análise e identificação das populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e das zonas de risco no Sahel e na África Ocidental (QH) - Análise regional da situação de insegurança alimentar e nutricional aguda

Situação atual (mês-mês-ano) e prevista (mês-mês-ano)

O Essencial	
	Consumo alimentar:
	Alterações nos meios de subsistência:
	A situação nutricional:
	A situação da mortalidade:
Resumo dos fatores determinantes e limitativos :	
Mapa atual	Mapa projetado

Fase 1 Mínimo	Fase 2 Sob pressão	Fase 3 Crise	Fase 4 Emergência	Fase 5 Fome
------------------	-----------------------	-----------------	----------------------	----------------



Fatores que limitam a insegurança alimentar e nutricional aguda

Perigos e vulnerabilidade:

Disponibilidade de alimentos:

Utilização :

Estabilidade :



Principais resultados da análise

Situação atual : Quantas zonas foram identificadas como de insegurança alimentar e nutricional e onde se situam?

Situação projetada: Quantas pessoas se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional?



Metodologia e dificuldades de análise



Recomendações

Para o Governo

Parceiros técnicos e financeiros OIGs:

CEDEAO, CILSS, UEMOA



Contactos

Pessoa de contacto 1

Pessoa de contacto 2

Nome completo

Nome completo

Endereço

Endereço

Parceiros técnicos

Logótipos dos diferentes serviços, organismos e instituições que participam na sessão de análise do QH

Parceiros financeiros

Logótipos dos diferentes PTF que contribuíram para o financiamento da sessão de análise da QH

ANEXO 5: NOTA SOBRE A INCLUSÃO DA AJUDA ALIMENTAR HUMANITÁRIA NAS ANÁLISES DO QUADRO HARMONIZADO

1. Introdução

A evolução do número de pessoas que sofrem de insegurança alimentar e nutricional aguda (QH/IPC Fase 3 e superior) nos últimos 5 anos mostra que a insegurança alimentar, em especial nos agregados familiares vulneráveis, continuará a ser um desafio importante para a região do Sahel e da África Ocidental nos próximos anos.

Assistimos a um aumento da complexidade e do número de situações de crise, caracterizadas, na maior parte das vezes, pela falta de acesso aos alimentos resultante de uma combinação de fatores estruturais (pobreza, pressão demográfica, baixa produtividade agrícola) e de fatores conjunturais (conflitos, riscos climáticos, pandemias, crises económicas).

Os governos e os seus parceiros estão a implementar programas de assistência alimentar humanitária para apoiar o consumo de alimentos, proteger os meios de subsistência e prevenir a subnutrição aguda.

A ajuda alimentar humanitária tem, por conseguinte, por objetivo "assegurar o consumo de alimentos suficientes, seguros e nutritivos antes ou em prevenção durante e após uma crise humanitária, quando o consumo de alimentos seria, de outro modo, insuficiente ou inadequado para evitar uma mortalidade excessiva, níveis de emergência de desnutrição aguda ou mecanismos prejudiciais de sobrevivência".¹⁹

2. Assistência alimentar e análise da insegurança alimentar e nutricional

Por definição, a AAH tem por objetivo apoiar o consumo de alimentos, a fim de evitar a insegurança alimentar e proteger os meios de subsistência.

Por conseguinte, é importante avaliar a importância da ajuda alimentar humanitária nas análises do QH. Para o efeito, é necessário começar por definir o conceito de ajuda alimentar humanitária no contexto das análises do QH e caracterizar o seu limiar de importância.

3. Definição

O Quadro Harmonizado considera como Ajuda Alimentar Humanitária todas as ações destinadas **a salvar e preservar vidas, a proteger os meios de subsistência e a reforçar a capacidade de resistência das populações que enfrentam crises alimentares atuais ou previstas**. Em conformidade com os principais objetivos da ajuda humanitária da UE, tal como definidos no Regulamento (CE) n.º 1257/96 do Conselho, de 20 de junho de 1996, relativo à ajuda humanitária, o principal objetivo da ajuda alimentar humanitária é salvar e preservar vidas, proteger os meios de subsistência e reforçar a capacidade de resistência das populações que enfrentam ou recuperam de crises alimentares atuais ou previstas com um elevado grau de certeza.

A ajuda alimentar inclui uma série de intervenções destinadas a assegurar que os agregados familiares e os indivíduos tenham um consumo alimentar adequado. Estas intervenções podem assumir diferentes formas, por exemplo, transferências em espécie (alimentos), cupões ou dinheiro a nível individual ou familiar. A fim de facilitar a inclusão da assistência alimentar humanitária nas análises do QH, são propostas as seguintes diretrizes e definições:

¹⁹ DG ECHO: Política temática N 1: Assistência alimentar: da ajuda alimentar à assistência alimentar; janeiro de 2014

1. **Os tipos de ajuda alimentar humanitária** a considerar incluem *transferências diretas de recursos (em espécie ou em dinheiro) para os agregados familiares em resposta a um choque (seca, inundações, deslocação, etc.) e que visam salvar vidas, reduzir os défices de consumo alimentar e proteger os meios de subsistência. Só* devem ser consideradas as *transferências diretas de recursos (em espécie ou em dinheiro)* que melhorem o acesso dos agregados familiares aos alimentos durante os períodos de validade das análises de QH.

As modalidades de assistência alimentar a considerar podem ser identificadas no âmbito dos Planos de Resposta Nacionais (PNR) na sua secção de assistência alimentar (período de atenuação e de escassez) ou do Cluster de Segurança Alimentar (CSA). Tal inclui, entre outras, as seguintes modalidades (lista não exaustiva)

!): distribuição condicional ou incondicional de géneros alimentícios ou de dinheiro aos agregados familiares (por exemplo, no âmbito de programas de distribuição gratuita orientada ou de dinheiro por trabalho), etc.

NB: As transferências plurianuais da rede de segurança social, tais como as transferências ou seguros de proteção social, não são tidas em conta, a menos que estes programas tenham sido intensificados em resposta a um choque ou crise aguda e visem melhorar o acesso aos alimentos (por exemplo, programas de proteção social adaptados ao choque). Os programas destinados a tratar a subnutrição também devem ser excluídos. Por outro lado, os programas de cantinas escolares destinados a prevenir ou a responder a uma crise alimentar devem ser considerados aquando da avaliação da ajuda alimentar humanitária.

2. A fim de facilitar a inclusão da ajuda alimentar humanitária nas análises do QH, as unidades nacionais de análise, em colaboração com as entidades nacionais e os clusters de segurança alimentar, devem assegurar, antes das análises do QH, que todas as informações necessárias sobre a ajuda alimentar humanitária (período de intervenção, zonas de intervenção, objetivo, taxa de cobertura das necessidades alimentares, nível/previsão de financiamento, etc.) sejam colocadas à disposição dos analistas.

4. Condições para a inclusão da AAH (Ajuda Alimentar Humanitária) nas análises do QH

1. Para que possa ser utilizado em análises, é necessário que estejam reunidas algumas condições

1-a. A importância e a escala da ajuda alimentar humanitária na zona analisada As análises do AC devem identificar as zonas que recebem ajuda alimentar humanitária, para que as pessoas que necessitam de ajuda alimentar sejam devidamente tidas em conta na estimativa do número de pessoas necessitadas. Para efeitos das análises do QH, a ajuda alimentar humanitária é considerada significativa se cobrir pelo menos 50% das necessidades alimentares²⁰ dos beneficiários e atingir pelo menos 25% da população da zona analisada.

1-b. O período durante o qual a ajuda alimentar é tida em conta

De um modo geral, os períodos durante os quais a ajuda alimentar humanitária é tida em conta devem ser coerentes com os períodos de validade das análises do QH. Assim, para a situação atual no ciclo outubro/novembro (outubro-dezembro), a ajuda alimentar humanitária a considerar é a fornecida de setembro até à data da análise do QH, bem como a planeada até dezembro. Quanto à situação atual no ciclo fevereiro/março (março-maio), apenas é tida em conta a ajuda alimentar humanitária fornecida de janeiro até à data da análise do QH e a planeada até maio. Para ambos os ciclos de análise, a ajuda alimentar humanitária a considerar para a situação projetada é a planeada durante o período de validade da projeção (junho-agosto).

²⁰ Para efeitos da análise do QH, a necessidade calórica média é de 2.100 calorias por pessoa e por dia. Estas necessidades podem ser cobertas pela distribuição de alimentos ou por transferências de dinheiro. A cobertura de 50% das necessidades significa que a assistência alimentar contribui com 1050 calorias por pessoa e por dia.

1-c) níveis de consideração durante as sessões de análise.

- Como parte do preenchimento da folha de cálculo da análise, na etapa 1.B da análise do contexto, se a ajuda alimentar humanitária tiver sido prestada nos períodos relevantes ou estiver em curso, é necessário especificá-lo nesta etapa.
- No âmbito da análise dos fatores que contribuem para **a situação atual**, o processo de análise recolhe informações sobre a ajuda alimentar humanitária (AAH) prestada ou em curso, quando essas informações estão disponíveis. A ajuda alimentar humanitária **durante o período atual** deve ser conhecida com certeza (financiada, viável do ponto de vista logístico, de segurança e político). Os planos de assistência (localização, número esperado de beneficiários, tipo de programa, montante, duração e frequência) também devem ser claramente conhecidos.
- Na formulação dos pressupostos fundamentais para o **período projetado**, a ajuda alimentar humanitária durante o período do cenário deve ser mencionada/tomada em consideração **se estiver prevista para o período da projeção, se for efetivamente financiada e se for viável**. Se possível, devem ser dadas indicações sobre o volume, a frequência e a população beneficiária da zona analisada. Só devem ser incluídos na análise os pressupostos da ajuda alimentar humanitária (AAH) planeados para o período de projeção, financiados e viáveis (em termos logísticos, de segurança e políticos).

2. A identificação das zonas que recebem ajuda alimentar humanitária faz parte do protocolo 2.3 Respeitar os parâmetros de análise.

O pictograma abaixo é utilizado para identificar uma zona que recebe uma ajuda alimentar humanitária substancial, que é, por conseguinte, necessária para a segurança alimentar na zona.

	Zona onde pelo menos 25% da população recebe ajuda alimentar humanitária que cobre pelo menos 50% das suas necessidades alimentares
---	---

TIPOS	DESCRIÇÃO	TERMOS E CONDIÇÕES ESPECÍFICOS	TERMOS E CONDIÇÕES COMUNS
Distribuição de alimentos	Transferência em espécie de alimentos, numa forma "seco" (não cozinhado)	Fornecimento de alimentos de qualidade diretamente à população local.	Elenco : a distribuição abrange toda a população de uma determinada área; não existe um sistema de seleção. Estas distribuições visam geralmente os agregados familiares e não os indivíduos.
Programas de emergência para cantinas escolares²¹	Distribuição de rações alimentares cozinhadas ou físicas nas escolas ou a agregados familiares com crianças matriculadas na escola em situações de emergência.	Cantinas escolares provisórias criadas no âmbito de um programa de distribuição de cobertores - em resposta à crise alimentar e energética. nutrição para estabilizar as escolas.	Distribuição direcionada: a distribuição é dirigida apenas a uma parte da população, de acordo com critérios de seleção predefinidos. Estas distribuições visam geralmente os agregados familiares e não os indivíduos.
Distribuição de vales de alimentação ou dinheiro	Talões emitidos em papel ou em formato eletrónico que podem ser trocados com comerciantes por bens ou serviços.	Distribuição de cupões de acesso a "bens" O cupão dá ao seu titular acesso a uma "oferta especial". quantidade pré-determinada de bens ou serviços específicos Distribuição de cupões de "dinheiro": o cupão dá ao seu detentor acesso a bens ou serviços até um valor monetário definido	Alimentos em cobertor: trata-se de distribuições especificamente destinadas a populações em risco de subnutrição, em geral crianças com menos de 2 ou 5 anos de idade, bem como mulheres grávidas e a amamentar. São designados por "cobertura" porque, para além dos critérios acima referidos, não existem outras formas de seleção. Trata-se da distribuição de rações individuais, nutricionalmente mais ricas. do que as rações familiares tradicionais
Transferência alimentar condicional	Distribuição de alimentos	Distribuição alimentar condicional: fornecimento de alimentos de qualidade à população, sujeito à participação em determinadas atividades definidas por um programa.	Distribuição condicional: a receção da ração alimentar está condicionada à participação noutras atividades, como o trabalho, a formação, as sessões de sensibilização ou a frequência regular de um centro de saúde, por exemplo.
Transferências monetárias ou alimentares	Transferir dinheiro em numerário, por via eletrónica ou através de uma conta bancária.	Transferência com restrições: o montante distribuído deve ser utilizado para adquirir bens ou serviços específicos. Transferência para utilização gratuita: não existem restrições quanto à utilização dos fundos distribuídos.	A distribuição de cobertores faz parte dos programas de alimentação suplementar. Transferência contra o trabalho : O recebimento de uma ração alimentar está condicionado à participação num trabalho, geralmente comunitário.

²¹ Apenas são consideradas as cantinas criadas para prevenir ou responder a uma crise alimentar.



Manual do Quadro Harmonizado 3.0